



UNIVERSIDADE DO ALGARVE



FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**A Gestão de Tempo dos Alunos – Percepções dos Alunos do Ensino Básico.
Estudo de um Agrupamento Vertical – Agrupamento de Escolas de Vila do Bispo**

Dissertação para obtenção do grau de mestre em

Observação e Análise da Relação Educativa

Orientadora: Professora Doutora Helena Quintas

Isabel Carmen Rocha Arriegas Rianço Gomes da Silva

FARO, 2009

Agradecimentos

Agradeço à minha Orientadora Professora Doutora Helena Quintas a forma criteriosa e organizada como me orientou neste trabalho de investigação. A disponibilidade e simpatia com que aceitou as minhas ideias foram sem dúvida alguma um grande estímulo para o desenvolvimento de todo o processo.

Agradeço aos meus filhos Rafael e Matilde, ao meu marido e à minha mãe todo o amor e apoio que me deram ao longo do tempo em que me dediquei a este trabalho.

Ao Agrupamento de Escolas de Vila do Bispo, agradeço toda a ajuda prestada, desde a direcção executiva, professores, encarregados de educação, auxiliares de acção educativa e, principalmente, aos alunos pela sua generosidade e empenho na realização deste estudo.

Ao meu querido pai, dedico todo este trabalho de investigação.

Resumo

As constantes mudanças da sociedade, as exigências da vida profissional dos pais, o crescer num mundo onde os meios de comunicação e as novas tecnologias se sobrepõem ao tempo do diálogo e ao tempo para brincar dão origem a novas abordagens dos alunos à sua organização e gestão de tempo, nas duas dimensões escolar e extra-escolar.

As recentes alterações das políticas educativas, que preconizam reestruturações a nível dos currículos e dos tempos escolares, correspondem, na prática, a uma modificação dos horários escolares e, conseqüentemente, a alterações da gestão dos tempos individuais dos alunos.

A presente dissertação centra-se na relação entre as formas de ocupação dos tempos livres dos alunos, nas suas percepções sobre a gestão de tempo. Outra dimensão importante da presente investigação é a estrutura organizacional dos tempos escolares e a análise da interferência que a mesma exerce na gestão dos tempos individuais dos alunos.

O estudo foi realizado num Agrupamento Vertical de Escolas, incidindo nos três ciclos do Ensino Básico (1º, 2º e 3º ciclos), pelo que o campo de estudo implicou a participação de alunos pertencentes aos três ciclos do ensino Básico. Foi utilizada uma metodologia de investigação mista, que combinou procedimentos de recolha de dados de tipo quantitativo e qualitativo.

A triangulação dos dados recolhidos permitiu retirar algumas conclusões sobre o fenómeno em estudo, nomeadamente conhecer as formas de ocupação dos tempos livres dos alunos, o número de horas dispendidas em cada actividade e, por último, as percepções dos alunos em relação à gestão dos seus tempos individuais.

Palavras-chave: tempo, tempo escolar, actividades extra-curriculares, actividades de complemento curricular, actividades de tempos-livres, tempo individual

Abstract

The constant changes in society, the demands of parents' professional lives careers, growing up in a world where the media and new technology overlap time for dialogue and time for playing are factors that introduce students new approaches to their personal organization and time management in both curricular and extra-curricular dimensions.

The recent alterations in educational politics which announced the new structure in curriculum and school timing, correspond to a change in school schedules and, consequently, to changes in the management of the students' individual time.

The problematic of the present thesis is centred in the relationship between the ways of spending students' free time and their perception about time management. Another important issue in our investigation was to verify if all the organizational structure of school timing interferes or influences the students' individual time management.

The study took place in a Vertical Group of Schools, falling upon the three levels of Basic Education (1st, 2nd and 3rd levels). It's a mixed qualitative and quantitative study essay. The field study implied the participation of students from these three levels of Basic Education.

The crossing of the collected data allowed to withdraw some conclusions about the matter in study, namely to know the ways students spend their free time, the number of hours spent in each activity and the students' awareness about their individual time management.

Key-words: time, school time, extra-curricular activities, school support activities, free-time activities, individual time.

ÍNDICE

Introdução	2
CAPÍTULO I	
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	7
1. O conceito de Tempo	
1.1. A complexidade do conceito de Tempo	8
1.2. O conceito de tempo na Mitologia Clássica	9
1.3. O conceito de tempo – Perspectiva Filosófica	10
1.4. O conceito de tempo como experiência Histórica e/ou Social	12
1.5. O conceito de Tempo e a Cultura	13
1.6. O conceito de Tempo – Que futuro?	15
2. O conceito de Tempo Escolar	
2.1. O Tempo escolar como regulador social	18
2.2. O Tempo escolar como factor cultural	20
2.3. O Tempo escolar como sistema	20
2.4. O Tempo Escolar e a Gestão Flexível	23
2.5. O Tempo escolar e o Currículo Formal e Não Formal	25
2.6. O tempo escolar e o tempo livre	28
2.7. O tempo escolar, os “Trabalhos de Casa (TPC’s)” e o Estudo.....	30

3. Enquadramento Legal do tempo escolar	
3.1. Evolução Legislativa	32
3.2. Actuais disposições legais do tempo escolar	37
4. Consequências das Disposições Legais do Tempo escolar	
4.1. As consequências nos alunos – Contributos da Cronobiologia	48
4.3. As potencialidades do alargamento dos tempos escolares	52
4.4. Os constrangimentos e vulnerabilidades do Projecto Escola a Tempo Inteiro	54
CAPÍTULO II	
METODOLOGIA	56
1. Contexto da investigação e formulação da pergunta de partida	57
2. Mapa conceptual e reformulação da pergunta de partida	59
3. O Modelo de Análise	61
4. Objectivos da Investigação	63
5. Opções Metodológicas	64
6. Campo de estudo e amostra	65
6.1. Caracterização dos Sujeitos da Amostra 1	66
6.2. Caracterização dos Sujeitos da Amostra 2	69
7. Técnicas e instrumentos de recolha de dados	
7.1. O inquérito por questionário	70
7.1.1. Processo de construção do inquérito por questionário	71

7.1.2. Processo de validação do inquérito por questionário	72
7.1.3. A aplicação do inquérito por questionário	75
7.1.4. Procedimentos de análise dos dados recolhidos	76
7.2. Grelha de Registo da Ocupação dos Tempos Individuais de cada aluno	76
7.2.1. Procedimentos de análise dos dados recolhidos	79
7.3. A entrevista	81
7.3.1. Procedimentos de análise dos dados recolhidos	83
CAPÍTULO III	
APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	85
Introdução	86
1. Gestão do Tempo na Microestrutura	
1.1. Apresentação dos resultados relativamente à Gestão de Tempo na Microestrutura	87
1.2. Apresentação dos resultados relativamente à Gestão de Tempo Individual dedicado à escola	91
2. Gestão de Tempo Individual	
2.1. Apresentação dos resultados relativamente à Gestão do Tempo Individual extra-escola	106
3. Apresentação dos resultados da “Grelha de Registo da Ocupação dos Tempos Individuais dos alunos	114
4. Análise global	120
CONCLUSÕES	125

BIBLIOGRAFIA134

ANEXOS141

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Forças Operacionais nos sistemas do tempo escolar	22
Figura 2. Modelo de análise	62
Figura 3. Frequência de aulas de apoio na escola	88
Figura 4. Frequência de actividades de tempos livres na escola	88
Figura 5. Frequência de actividades de desporto escolar	88
Figura 6. Local de realização dos TPC'S	93
Figura 7. Representações face à ocupação do tempo nas aulas	
– ocupas bem o tempo nas aulas?	99
Figura 8. Representação face à ocupação do tempo na escola	
– ocupa bem o tempo na escola?	99
Figura 9. Disciplinas a que é dedicado mais tempo de estudo	100
Figura 10. Representações face à ocupação dos Tempos Livres na Escola	
– aproveita bem o tempo na escola?	105
Figura 11. Frequência de actividades de Tempos Livres fora da escola	107
Figura 12. Número de horas semanais dedicadas à frequência de actividades	
de tempos livres fora da escola	108
Figura 13. Dias da semana em que ocorrem as actividades	
de tempos Livres extra-escola	109
Figura 14. Actividades desenvolvidas durante a semana	114

ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1. Mapa conceptual	61
Tabela 1. Idade dos alunos pertencentes à Amostra 1	67
Tabela 2. Género dos alunos pertencentes à Amostra 1	68
Tabela 3. Percentagem de alunos que pertencem à Amostra 1 por Ano de Escolaridade	68
Tabela 4. Percentagem de alunos com reprovação em algum ano de escolaridade	69
Tabela 5. Percentagens resultantes das respostas às questões 6, 11, 13 e 14 por ciclos de ensino	89
Tabela 6. Percentagens resultantes das respostas à questão 8 - O que pensas dos TPC's?	92
Tabela 7. Percentagens resultantes das respostas à questão 10 - quando tens TPC's para fazer qual é a tua atitude?	94
Tabela 8. Percentagens resultantes das respostas à questão 12 – O que pensas das Actividades de Tempos Livres na tua Escola	97
Tabela 9. Percentagens resultantes das respostas à questão 22 – Como organizas o teu tempo de estudo	102
Tabela 10. Percentagens resultantes das respostas à questão 23 – Como organizas o teu tempo na escola?	104
Tabela 11. Percentagens resultantes das respostas à questão 17, iten 17.6 – 6 horas semanais dedicadas às actividades de Tempos livres extra-escola, por ciclos de ensino	109
Tabela 12. Percentagens resultantes das respostas à questão 25	

– de que tipo de tempo sentes mais falta no teu dia a dia?	111
Tabela 13. Actividades desenvolvidas durante uma semana; por ciclo de ensino (% de horas despendidas por actividade)	115
Tabela 14. Actividades desenvolvidas durante uma semana – por ano de escolaridade – 1º ciclo (% de horas despendidas por actividade)	117
Tabela 15. Actividades desenvolvidas durante uma semana – por ano de escolaridade – 2º ciclo (% de horas despendidas por actividade)	118
Tabela 16. Actividades desenvolvidas durante uma semana – por ano de escolaridade – 3º ciclo (% de horas despendidas por actividade)	119

CÓDIGO DE SIGLAS

CAP – Comissão de Acompanhamento do Programa (de Generalização do Ensino do Inglês nos 3º e 4º Anos e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico.

AEC – Actividades de Enriquecimento Curricular.

ACC – Actividades de Complemento Curricular.

DGIDC- Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.

TPC'S – Trabalhos de/para casa.

MSN – Microsoft Service Network (Software de troca de mensagens instantâneas pela Internet.

Hi5 – Rede social de troca de mensagens pela Internet.

SIMS – Jogos electrónicos

O tempo acaba o ano, o mês e a hora,
a força, a arte, a manha, a fortaleza;
o tempo acaba a fama e a riqueza,
o tempo o mesmo tempo de si chora.

O tempo busca e acaba o onde mora
Qualquer ingratidão, qualquer dureza;
Mas não pode acabar minha tristeza,
Enquanto não quiserdes vós, Senhora.

O tempo o claro dia torna escuro,
e o mais ledo prazer em choro triste,
o tempo a tempestade em grã bonança.

Mas de abrandar o tempo estou seguro
o peito de diamante, onde consiste
a pena e o prazer desta esperança.

Camões

Introdução

A presente investigação, realizada no âmbito do mestrado em Observação e Análise da Relação Educativa, tem como título “A gestão de tempo dos alunos – Percepções dos alunos do Ensino Básico”. Na opção por esta problemática pesou a sua actualidade e pertinência, assim como a relação com a nossa área profissional.

Tomámos, como referência teórica, análises sociológicas e investigações realizadas em torno do conceito de Tempo e, posteriormente, de Tempo Escolar. No entanto, tornou-se necessária a procura de bibliografia nas áreas da Filosofia, Psicologia, Pedagogia, Antropologia e até da Biologia e da Cronobiologia, pautando-se, assim, a nossa pesquisa bibliográfica por um sentido de transdisciplinaridade¹ científica. Foi ainda necessário examinar aprofundadamente o actual Sistema Educativo português. Neste contexto, foi nossa preocupação realizar uma abordagem sistémica² com vista a uma melhor compreensão da totalidade dos fenómenos (Bertran & Guillhmet, 1994).

Nos dias de hoje as crianças e os jovens passam cada vez mais tempo na escola, iniciam a sua vida escolar mais cedo, e o seu percurso escolar também se prolonga no tempo. Deste modo, crianças e jovens vivem vários anos da sua vida fazendo parte de uma

¹ O conceito de transdisciplinaridade diz respeito ao que está, ao mesmo tempo, entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de todas as disciplinas. (Nicolescu, 1997).

² A abordagem sistémica considera o sistema na sua totalidade, na sua complexidade e na sua dinâmica própria. (Rosnay, 1997). A Sistémica é a ciência dos sistemas desenvolvida por Bertalanffy na sua Teoria Geral dos Sistemas. Esta é uma teoria das organizações vivas, onde o ser humano ou um animal é considerado como um todo que funciona como um sistema. (Bertran & Guillhmet, 1994).

organização³ que, pela sua complexidade, lhes impõe determinados ritmos e tarefas que acabam por fazer parte da sua vida pessoal. Tal como refere Fernandes (citado por Felgueiras, 2008), “o tempo escolar transporta em si as estruturas e ritmos da escola, assim como os rituais e usos da sociedade em que esta se inscreve” (p.9).

As alterações da sociedade, as exigências da vida profissional dos pais, o crescer num mundo onde os meios de comunicação e a tecnologia se sobrepõem ao tempo do diálogo e ao tempo para brincar, dão origem a novas abordagens dos alunos à sua organização e gestão de tempo, tanto na dimensão escolar, como extra-escolar. O nosso interesse em abordar a temática da gestão de tempo dos alunos vai para além da experiência adquirida como profissional do ensino; entra também na esfera familiar onde, como pais, também observamos e participamos na gestão de tempo dos nossos filhos.

Barrère (s/d), numa publicação intitulada “O Trabalho dos alunos”, refere que “a representação que os alunos têm do tempo que passam a trabalhar é, em si mesma, decisiva, porque é a partir desta representação, e de um laço entre este tempo e o êxito escolar, que se constituirá a sua relação com a instituição.” (p.68-69)

A reflexão sobre a problemática da gestão de tempo dos alunos do ensino básico e a sua relação com o desempenho escolar, apesar de não constituir uma questão nova em termos de investigação, mantém, apesar disso, uma grande actualidade. Alguns investigadores indicam este tema como bastante pertinente e importante para o quadro da investigação em educação em Portugal. A este propósito, Grilo (1995), numa

³ Na perspectiva de Lima (1998) a Escola é considerada como uma Organização mas, no entanto, refere que “ não é à escola – organização, específica e identificável enquanto tal, que nos referimos a maior parte das vezes, mas à escola – instituição – à idade de estar na escola, às funções sociais da escola, ao ensino e às aprendizagens que nela têm lugar, enfim às características gerais partilhadas por todas as escolas, típicas dos processos educativos escolares e de um tempo, de uma idade e de um status social particulares” (p.48)

reflexão sobre alguns temas educativos em Portugal, afirma que “os primeiros temas que deveriam merecer a atenção dos investigadores situam-se na área da escolaridade obrigatória que, pela Lei de Bases, em vigor desde 1986, tem uma extensão de nove anos e é constituída por três ciclos sequenciais com duração de 4 anos (1º Ciclo), 2 anos (2º ciclo) e 3 anos (3º ciclo) respectivamente.” (p.42). O autor indica, ainda, que dentro de um conjunto geral de temas, outra área que deveria ser sujeita a investigação, são “os meios e as práticas que podem transformar a escola num meio atractivo, motivador e mobilizador dos interesses e das tendências naturais dos jovens que as frequentam” (p.43).

Com as recentes directrizes provenientes do Ministério da Educação, que preconizam o conceito de “Escola a Tempo Inteiro”, a escola passou a estar aberta aos alunos durante mais tempo e, conseqüentemente, provocou uma reorganização dos tempos escolares e extra-escolares no Ensino Básico. Esta medida governamental suscita controvérsia acerca da ocupação do tempo dos alunos e coloca algumas questões, tanto na sociedade civil, como nos grupos profissionais cuja actividade está relacionada com o ensino e a aprendizagem de crianças e de jovens: os alunos devem ou não ficar mais tempo na escola? O tempo a mais que ficam na escola deverá ser ocupado em que tipo de actividades? Será benéfico para os alunos abdicarem do seu tempo individual para ficarem na escola mais tempo, com mais tarefas para realizar e mais conteúdos para aprender? Que tempo sobra, das horas escolares, para o convívio com a família e para brincar?

Este conjunto de questões encorajou o nosso interesse em aprofundar a forma como os alunos gerem o seu tempo livre, tanto em contexto escolar, como extra-escolar.

No plano escolar se, por um lado, nos últimos anos, temos vindo a assistir a um surgimento do conceito de gestão flexível, quer dos currículos, quer dos tempos escolares, assim como um alargamento da autonomia das escolas, a reforma educativa, iniciada na década de oitenta confere ainda grande centralidade a algumas questões a nível dos tempos lectivos, não permitindo, por vezes, a flexibilidade que preconiza nos seus princípios orientadores.

Uma vez que a nossa problemática reside na relação existente entre as formas de ocupação dos tempos livres dos alunos e as suas percepções sobre a gestão de tempo, estipulámos como objectivo principal para a nossa investigação verificar quais as percepções que os alunos do Ensino Básico têm sobre a gestão do tempo.

O tópico que nos propomos investigar suscita algumas questões que passamos a enunciar: os alunos que estão mais ocupados com actividades têm resultados escolares menos bons? O grau de eficácia da realização das tarefas depende da boa ou má gestão do tempo individual? A frequência das actividades extra-curriculares dentro da própria escola interfere no seu rendimento escolar? Como ocupam os alunos os seus tempos livres? Será que o tempo dos alunos está tão preenchido que não lhes possibilita terem os seus próprios tempos de lazer? Como organizam os alunos os seus tempos de estudo? Será que os alunos beneficiam verdadeiramente com a nova política educativa da “Escola a Tempo Inteiro”? Quais as percepções que os alunos têm em relação a estas questões da organização e da gestão do seu tempo?

O estudo incidiu num Agrupamento Vertical de Escolas, frequentado por alunos do ensino básico pertencentes ao 1º, ao 2º e ao 3º ciclos. Dada a complexidade do objecto em análise houve a necessidade de proceder à realização de um estudo misto que combinou metodologias de natureza quantitativa e metodologias de natureza qualitativa

(Almeida & Freire, 2007). Recorremos, então, a vários instrumentos de recolha de dados, tais como um inquérito por questionário, entrevistas, mas também a grelhas de observação e de registo de ocupação do tempo individual.

A dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro é composto pelo Enquadramento Teórico que serve de base à nossa investigação, e procurámos clarificar os conceitos de “Tempo” e de “Tempo Escolar”, as abordagens e os modelos teóricos existentes sobre esta matéria. Ainda neste capítulo é feita uma incursão ao quadro legal relativamente aos tempos escolares existente no Sistema de Ensino Português e, por último, também abordámos as consequências que as disposições legais do tempo escolar têm nos alunos.

No segundo capítulo é descrita a metodologia desenvolvida, nomeadamente as opções que foram tomadas quanto ao tipo de investigação, as técnicas e os instrumentos utilizados e respectivos procedimentos de análise.

No terceiro capítulo são apresentados e discutidos os resultados apurados através da triangulação dos três instrumentos: Inquérito por questionário, Grelha de registo de ocupação dos tempos individuais e entrevistas.

Por último, no quarto capítulo, apresentamos as conclusões a que o estudo nos conduziu, assim como dificuldades encontradas, a mais valia do trabalho, e agenda de investigações futuras.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. O conceito de Tempo

“O erro mais grave em relação ao tempo é considerá-lo como uma realidade simples.”

Hall (1996, p.23)

1.1 A complexidade do conceito de Tempo

O conceito de tempo surge-nos com uma complexidade tal que se torna bastante difícil a sua definição. Segundo Hall (1996), longe de ser uma constante imutável, como supunha Newton, o tempo é um agregado de conceitos, de fenómenos e de ritmos que recobrem uma realidade muito ampla. Na revisão de literatura sobre este conceito, deparámo-nos, várias vezes, com a célebre frase proferida por Santo Agostinho em relação à definição de Tempo: “O que é o Tempo? Se ninguém mo pergunta, eu sei; se eu quiser explicá-lo a quem mo pergunta, não sei.” (Santo Agostinho, citado por Pinto, 2001, p.16). De facto, o elevado número de reflexões que existem sobre este conceito dá-nos a medida da sua complexidade.

Numa primeira abordagem por enciclopédias e dicionários o conceito de tempo surge associado aos processos de medição que existe desta dimensão. O dicionário da Porto Editora (2009) define o tempo como a “sucessão de momentos, horas, dias, anos, em que se verificam os acontecimentos”. Para autores como Elias (1998), o “fetichismo do tempo” (p.84) é reforçado na percepção humana porque a sua padronização social se inscreve na consciência individual, tão mais sólida e profundamente quanto mais a sociedade se torna complexa e diferenciada, levando todos a perguntarem

constantemente “que horas são?” ou até “que dia é hoje?”. O tempo faz assim parte da vida quotidiana de cada indivíduo.

1.2. O conceito de tempo na Mitologia Clássica

Na Mitologia Grega, segundo a apresentação de Homero, Zeus substitui com muita astúcia, Chrónos⁴, Deus do Tempo, que fica assim a ter o domínio sobre as questões temporais. O Sol, a Lua e o Dia, tal como a Noite e o Sono são divindades mitológicas responsáveis pela marcação do tempo, e são responsáveis pela interpretação desses fenómenos na natureza. Segundo a interpretação clássica, Chrónos simbolizava o Tempo e, por isso, Zeus, ao derrotá-lo, conferiu-lhe, então, a imortalidade aos Deuses. Esta história sobre Chrónos insere-se no plano dos mitos, mas a curiosidade dos homens fez com que fossem progressivamente feitas as distinções entre os mitos e os elementos naturais. Dominando a natureza, o ser humano identifica-se com ela e começa a classificá-la como parte de si. E é aqui que o Tempo, enquanto elemento da natureza, passa a ser objectivado e esclarecido. A humanidade apodera-se então dos processos de medição: relógios e calendários e torna-se prisioneiro desse tempo contado.

Há ainda a referir em relação a este tema, que as marcas temporais nem sempre foram as mesmas. O padrão de Tempo foi sofrendo modificações com a evolução da

⁴ Chrónos representava o Tempo objectivo, cronológico, o tempo contado. Aparece na Mitologia como o Deus Grego que representa o Tempo. Chrónos, influenciado pela mãe e ajudado pelos irmãos, os Titãs, castrou o pai (Urano, o Céu), separando-o da sua mãe (Géia ou Gé, a Terra) e tornou-se o primeiro rei dos Deuses. No entanto, o seu reinado era ameaçado por uma profecia: um dos seus filhos o iria destronar. Então Chrónos devorava todos os filhos que a sua mulher lhe dava, até que esta (Réia) o enganou e salvou o seu filho Zeus. Zeus, quando cresceu, ficou com o trono do pai e expulsou-o do Olimpo, banindo-o para um lugar de tormento.

humanidade, até que o dia solar⁵ passou a ter uma medida universal. Adoptou-se a partir da Assembleia Nacional de França (1789), métodos de medida que, ao tomarem como base as dimensões da Terra, acabaram com as ambiguidades e regionalismos dos sistemas de medidas anteriormente utilizados. O Tempo no mundo foi uniformizado, padronizou-se o tempo social e os seres humanos foram enquadrados neste mundo temporal (Ramalho *et al.*, 1998)

1.3. O conceito de tempo – Perspectiva Filosófica

Para abordarmos o conceito de tempo numa perspectiva filosófica optámos por consultar como obra de síntese, a Enciclopédia Brasileira de Cultura. Nesta obra são apresentadas três teorias principais que envolvem o conceito de tempo, a saber: as Teorias Objectivas, as Teorias Subjectivas e as Teorias Abstractivas.

Nas Teorias Objectivas “o conceito de tempo é intuitivo, porque deriva só da experiência externa dos sentidos. Significa a duração real dos entes e da sua actividade ou devir” (p.1277). Nesta perspectiva, Newton considerava o tempo sob dois aspectos: absoluto e relativo:

“o Tempo absoluto, verdadeiro e matemático, de si mesmo e por ser natureza, flui uniformemente, sem relação a qualquer coisa externa; e por outro nome chama-se duração; o Tempo relativo, aparente e comum é alguma medida

⁵ O dia solar como intervalo entre duas passagens consecutivas do sol pela Terra, foi redefinido até encontrar o segundo solar médio, definido como “1/86.400 do dia solar” e hoje, com a exactidão da ciência moderna, conforme os fundamentos da Física, segundo Ramalho et al., “um segundo é a duração de 9.192.631.770 períodos da radiação correspondente à transição entre os dois níveis hiperfinos do estado fundamental do átomo de cézio 133”. (Ramalho, et al., 1998, p.480)

sensível e externa (seja exacta ou irregular) da duração por meio do movimento, que é comodamente usado em vez do verdadeiro Tempo, assim uma hora, um dia, um mês, um ano”. (p. 1277).

Para as Teorias Subjectivas o conceito de tempo é transcendental pois deriva do nosso processo de conhecimento; o tempo é considerado como uma forma pura. Para Kant, “O Tempo não é outra coisa, senão a forma do sentido interno, isto é, a intuição de nós mesmos e do nosso estado interior (...) Porque se abstrairmos dela, o Tempo não é nada” (p. 1279). Também Hegel, refere que “ O Tempo é o ser que enquanto é, não é; e enquanto não é, é; é o *dever intuído* (...) O Tempo é o próprio princípio do eu – o eu da pura auto consciência”(p 1279).

Nas Teorias Abstractivas “o conceito de Tempo é abstracto (ou discursivo) porque depende de duas fontes de conhecimento: o intelecto e os sentidos externos. Significa a forma de número da dimensão sucessiva do movimento” (p.1280). Tal como Aristóteles referia, “o Tempo (chronos) é o número do movimento, segundo a relação de anterior e posterior” (p. 1280). Descarte fazia, no entanto, a distinção entre tempo e duração: “a duração é só o modo sob o qual concebemos que as coisas perseveram no existir. E quando distinguimos o Tempo da duração, é só um modo de pensar” (p. 1280). Já Leibniz considerava a duração como uma extensão, atributo das coisas. Quanto ao tempo, referia que “é a ordem de sucessão dos fenómenos, é extrínseco às coisas, porque é um conceito ideal, inadequado, que serve para medir” (p.1281). Heidegger considera, no entanto, que o tempo é a mesma coisa que duração, referindo-se ao tempo “como horizonte da compreensão do ser” (p.1281).

Nos anos cinquenta assistimos ao surgimento da Cronobiologia, que se dedica ao estudo dos efeitos dos ritmos naturais – dias, noites, marés, fases da lua, estações do ano – sobre o homem e as plantas. Os estudos da Cronobiologia vêm reforçar a ideia de que “o homem é um ser biologicamente adaptado”. (Pinto, 2001).

Nas teorias psicanalíticas, a concepção de tempo prende-se com a dimensão individual do sujeito e, por isso, é um tempo subjectivo. Para Freud, o tempo resultava de uma construção complexa, era um efeito de um certo modo de funcionamento da psique. Ainda para Duparc, “O tempo não é uma coisa simples (...) o tempo humano resulta do entrelaçamento de diferentes dimensões, que entram em ressonância, construindo a duração do sujeito que lhe confere o seu sentido” (p.1283).

1.4. O conceito de tempo como experiência Histórica e/ou Social

Segundo Elias (1998), a noção de tempo utilizada na humanidade, até há poucos séculos atrás, servia para determinar, de acordo com o antes e o depois, processos variados de experiências sociais. Era a cronologia centrada no homem, e as suas acções correspondiam às necessidades humanas: a hora da reza, as épocas das culturas e colheitas, etc. Neste sentido, o tempo adquiria um carácter regulador dos acontecimentos sociais.

Marx (1983) defende mesmo a existência de uma “ditadura do relógio” a que os trabalhadores estão sujeitos de tal forma que não são capazes de perceber a construção histórica e social do tempo.

Para Harvey (1992) a concepção de Tempo (no campo social e cultural) encontra-se em constante mudança de acordo com o modo de produção ou formação social. A medição do tempo é um sinal do uso do conhecimento para a obtenção de riqueza e poder. Com o surgimento do capitalismo, os homens que regem as práticas produtivas, as formas de produção e o sentido do dinheiro, fixam, com o uso racional do tempo, as regras básicas do jogo social.

Assistimos, hoje em dia, a um desnivelamento sobre o Tempo. Ferreira e Arco-Verde (2001) utilizam a expressão “dualidade da noção temporal” (p.67), quando se referem ao “tempo físico” e ao “tempo social”. Nesta divisão conceptual, o tempo físico é aquele que se inicia sob o domínio de *Chrónos* e que determina o ritmo e a contagem do tempo que guia o mundo em dias, horas, minutos, etc. O tempo social, o *Kairós*⁶ é o tempo vivido pelos homens e que nem sempre coincide com o tempo cronológico.

1.5. O conceito de Tempo e a Cultura

Alguns cientistas sociais analisam o conceito de tempo na sua relação com a cultura. Ricœur (1978), por exemplo, refere que a forma consciente ou inconsciente como é expresso e interpretado o tempo é um dos sistemas fundamentais e um elemento distintivo da cultura dos povos. É como se os códigos culturais fossem para o homem como os códigos genéticos são para os animais, ou seja, modelos organizadores de

⁶ No grego bíblico, é feita uma nítida distinção entre *Chrónos* e *Kairós*. *Kairós* significa o tempo do Dom, a hora da graça, da salvação, o tempo propício, o dia da libertação, a hora da visitação, o momento em que o anjo passa, o dia do senhor. *Kairós* representa o Tempo subjectivo, o tempo vivencial. A junção de *Chrónos* e *Kairós* está bem presente no poema bíblico “*Tudo tem o seu tempo*”.(Assman, 1998, p.213)

experiências. Assim, cada código reflecte a forma de ler o tempo e prescreve as normas de conduta para a sua acção. Já para o antropólogo Edward Hall (1996), o tempo deixa de ser considerado como uma característica da cultura para ser a própria cultura, “o tempo é um dos sistemas fundamentais de toda a cultura e esta desempenha um papel tão importante para a compreensão do tempo como sistema cultural que é praticamente impossível separá-lo dos diferentes níveis de cultura nos quais se inscreve; em particular do nível de cultura primária⁷” (p.11). Hall ainda refere que “um sistema temporal é totalmente dependente, não apenas do modo como uma cultura se desenvolve, mas também do modo como os membros dessa cultura percebem o meio que os rodeia.” (p.13). Baseado em investigações efectuadas, o autor assinala que em certas culturas (americanas e africanas) nem sequer existe no seu vocabulário qualquer palavra para designar Tempo, e que em certas culturas existem diferentes entendimentos do conceito. Hall refere, por exemplo, que em África, na região do Sudão, os Nuer consideram que o tempo está sempre parado, somente as gerações é que vão passando. Já o povo Tiv vê o tempo como um conjunto de espaços fechados onde cada um deles tem uma actividade diferente. Na sua carta do tempo⁸ Hall indica vários tipos de Tempo: O Metatempo, o Tempo Biológico, o Tempo Individual, o Tempo Físico, o Tempo Metafísico, o Microtempo – sistema temporal próprio do nível de cultura primária onde aparecem os conceitos de Monocronia e Policronia), a Sincronia, o Tempo Sagrado e por último, mas não menos importante, o Tempo Profano.

⁷ Para Hall, a cultura primária é composta por dados que estruturam o nosso pensamento e por essa razão uma das principais características do nível de cultura primária é “... a sua resistência particular às tentativas de manipulação que visam modificá-lo a partir do exterior. As regras próprias a esse nível de cultura não podem ser transgredidas ou transformadas sem que os indivíduos estejam absolutamente conscientes do facto de que qualquer coisa de anormal se passou. Em contrapartida, permanecem idênticas ou modificam-se em função de uma dinâmica interna que lhes é própria.” Hall (1996, p. 15).

⁸ Hall classifica os vários tipos de Tempo por categorias que estão ligadas entre si por relações funcionais, por outro lado classifica por categorias os períodos históricos e as culturas.

Hall (1996) ainda refere que o Tempo tem diferentes concepções conforme a posição que cada indivíduo ocupa numa determinada organização ou empresa. Dá como exemplo os sistemas de controlo⁹ externos presentes na organização de tempo na indústria, com os horários existentes nas organizações militares, nas escolas, nas empresas, nos hospitais, etc, o que por vezes é causa de desigualdades e de problemas sociais. Ou seja, o facto de existirem administradores que impõem diferentes horários a grupos de diversos de trabalhadores, dá origem a diferenças e excepções a uns e a outros o que não é bem aceite.

1.6. O conceito de Tempo – Que futuro?

Nos tempos actuais são comuns as manifestações acerca do fim dos tempos ou do apressar das horas, da aceleração da roda do tempo, talvez pela ilusão mítica de que se chegou ao fim de uma era e de que tudo precise ser retomado. O quadro pintado por Salvador Dali “Persistência da memória” (1931), ilustra bem este sentimento. Os relógios que escorrem lembram bem o tempo viscoso referido no discurso pós-moderno. Nele, o Tempo é tempo exacto e tempo solto ao mesmo tempo. (Ferreira & Arco-Verde, 2001). O Tempo é exacto quando depende dos instrumentos exactos da ciência, o Tempo é solto quando está para além da ciência. Este quadro revela a preocupação humana com o passar do tempo e da memória.

⁹ Tendo como referência das Teorias das Organizações, a Teoria da Administração Científica de Taylor, um dos seus princípios da organização científica do trabalho era o Controlo. “Este método consiste na desagregação de cada tarefa de um indivíduo nos seus movimentos físicos elementares; estes movimentos elementares eram cronometrados, e, em seguida, tendo presente o objecto da tarefa, recompostos de forma a minimizar o output produzido por empregado” (Bertrand & Guillemet, 1994, p.41).

Prigogine (1988) denuncia que, apesar de todos os avanços da ciência, ainda há atraso nas teorias sobre o tempo em relação às implicações das leis das estruturas da Física e dos princípios de irreversibilidade, probabilidade e coerência nas medições temporais. Este Físico indica ainda que se suspeita que o mundo não é feito de movimentos periódicos simples e nem é um conjunto de pêndulos. É célebre a sua frase: “não podemos prever o futuro da vida ou do universo (...) o futuro permanece aberto (...) o tempo é criação” (p.75). O autor afirma, ainda, que mesmo com as descobertas sobre o ponto de partida e a idade do nosso universo, não há provas sobre o Tempo, pois este continua sem um início e provavelmente sem um fim.

Ainda sobre o conceito de tempo, Assmann (1998) afirma que parte da humanidade já convive com o Tempo dos *bits* exactos, como forma de expressão do dinheiro, das identificações, da escrita, do telemóvel, da internet, da TV digital, do DVD e, contudo, é um Tempo no qual todas as fronteiras explodem.

No entanto, alguns trabalhos de investigação referem que o tema do Tempo não tem recebido a atenção que deveria por parte das ciências sociais e humanas. Tal como refere Macgrath, 1988,

“Toda a actividade humana tem uma dimensão temporal assim como espacial. Por isso, o tempo deveria ser uma dimensão fundamental de qualquer campo das ciências sociais e do comportamento, tal como tem sido para a maioria das ciências físicas e biológicas. Mas, de facto, o tempo tem tido muito pouca atenção na psicologia social, muito menos atenção do que o seu papel chave na vida humana requer”. (p 7).

O autor enumera vários motivos de ordem prática, metodológica e estratégica que contribuem para o afastamento de estudos nesta área, uma vez que se torna bastante dispendioso abordar todas as dimensões do Tempo. Indica, no entanto, uma sugestão de estudo a empreender: a dimensão do comportamento como um facto crucial do estudo do contexto. Daí o nosso interesse em abordar este tema na nossa investigação, observando o comportamento/atitudes/representações dos alunos face à gestão do tempo em contexto escolar e extra-escolar.

2. O conceito de Tempo Escolar

“A educação escolar é a matriz do tempo bloqueado”

Husti, 1992

Considerando a problemática da presente investigação, torna-se pertinente realizar uma abordagem teórica sobre o conceito de Tempo Escolar. Da mesma forma que o conceito de Tempo está revestido de complexidade, o conceito de Tempo escolar passou por vários significados ao longo da história e apresenta, ainda nos dias de hoje, diferentes configurações conforme as instituições e as políticas educativas dos diversos países.

2.1. O Tempo escolar como regulador social

O conceito de Tempo escolar pressupõe a existência da semana como unidade temporal na distribuição no tempo de conteúdos, matérias e actividades, contendo uma distribuição diferenciada para todos os dias da semana (Ferreira & Arco Verde, 2001). O controlo do tempo, com a distribuição diária de disciplinas pelo período de algumas horas em que o aluno passasse na escola, impôs uma nova ordem com uma lógica pré-determinada e cronometrada. Segundo Elias (1998), uma criança da sociedade industrializada do século XX e submetida a uma regulação temporal muito intensa, leva sete a nove anos para aprender a dizer as horas, ou melhor, para aprender a ler e interpretar o complexo sistema simbólico dos relógios e calendários e também para se adaptar a esse mesmo sistema.

Os Tempos na escola são marcados pelo tempo de longa duração – a obrigatoriedade escolar, e pelo tempo de curta duração – o ano lectivo, a distribuição das disciplinas pela semana e os horários das aulas. Como nos alerta Escolano (1993), o tempo não é somente constitutivo da socialização da infância, mas uma ordem que se experimenta e se aprende na escola. De facto, a escola impõe hábitos de pontualidade, ordem e aproveitamento máximo do tempo – aprendizagens importantes para a vida adulta.

Para Durkheim (1992) é a própria estrutura do Tempo escolar (a forma como o tempo é distribuído, os ritmos próprios das tarefas e aprendizagens) que faz com que a criança se submeta às regras escolares, ainda que sob um aspecto informal e sem que esta se aperceba. Temos aqui uma função social do Tempo na medida em que toda a estrutura de horários provoca uma homogeneidade entre os modos de actuar dos alunos e, por conseguinte, os torna mais obedientes às regras sociais.

Veiga-Neto (2002) acrescenta um contributo interessante à perspectiva do Tempo Escolar, quando afirma que a escola foi dividida em tempos e espaços, determinados e estruturados, e que as crianças foram hierarquizadas dentro deles. Segundo o autor, os espaços e tempos fixos, próprios da Modernidade, levaram à homogeneização das turmas. Afinal, era preciso que todos estivessem num mesmo ponto de desenvolvimento para ocupar um determinado lugar num determinado tempo. O autor considera que é a espacialização do tempo, onde o tempo passou a ser redutível ao espaço e pensado em função do espaço. Ou seja, o tempo escolar seria estipulado de acordo com a função pretendida para cada espaço.

2.2. O Tempo escolar como factor cultural

Frago (1998) defende que o Tempo Escolar é um tempo institucional, organizativo e é um factor cultural, pois resulta de uma construção histórica. O autor indica como principais características do Tempo Escolar, a organização, a estrutura e as práticas nos diferentes sistemas de ensino. Qualifica o Tempo Escolar simultaneamente como algo institucional, pessoal, cultural e individual. Afirma que o tempo é, do ponto de vista individual, plural e diverso, percebido e vivido distintamente por cada um dos participantes da escola: aluno, professor e direcção. Ressalta, ainda, que o tempo é uma construção social em constante mudança e não é vivido apenas por aqueles que compartilham o espaço escolar, mas também pelas famílias e por toda a comunidade.

2.3. O Tempo escolar como sistema

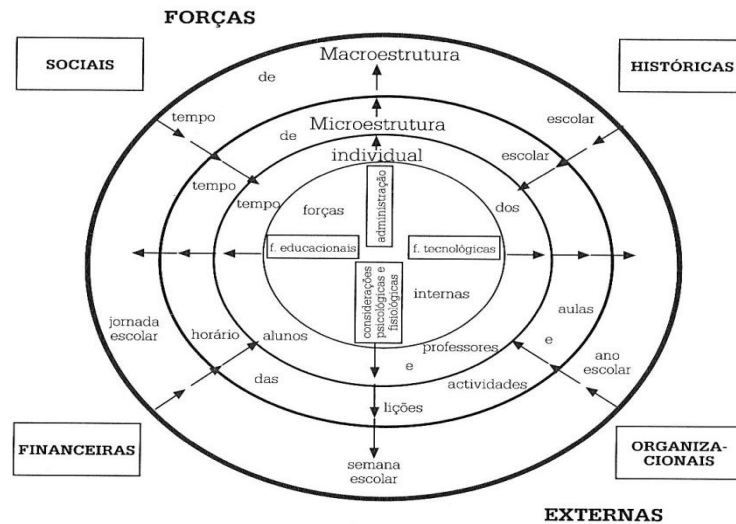
A respeito do Tempo escolar, Knight (1991), apresenta um modelo onde existem três estruturas: a “Macroestrutura”, a “Microestrutura” e o “Tempo Individual” (ou pessoal). Estas três estruturas estabelecem relação entre si e, ao mesmo tempo, sofrem influência de quatro níveis de forças: forças sociais, forças históricas, forças financeiras e forças organizacionais.

Para este autor é a Macroestrutura que comporta os responsáveis pela organização do tempo escolar. As forças sociais são as que têm mais capacidade de influência no sistema de tempo escolar. Uma mudança no sistema implicaria mudanças nas vidas e

rotinas das famílias e poderia provocar desordem social. As forças históricas podem exercer influência no Sistema do tempo escolar, na medida em que impõem mais ou menos resistência à mudança. As forças financeiras têm capacidade de exercer a sua influência ao nível dos custos. As forças organizacionais têm capacidade de exercer a sua influência ao nível das políticas educativas mas, actualmente, estas políticas são decididas a nível global, e não do próprio país.

O modelo proposto por Knight (Figura 1) é um modelo dinâmico, onde cada elemento influencia ou é influenciado por outros elementos. Ao observarmos mais atentamente o modelo, observamos que a Macroestrutura do Tempo escolar é composta pelo ano escolar, semana e jornada escolar. As componentes da Macroestrutura influenciam as componentes da Microestrutura do Tempo escolar, que é composta pelos horários das aulas e das actividades. De igual modo, estas componentes da Microestrutura também exercem influência no Tempo Individual os alunos e dos professores. Outro aspecto importante deste Modelo é que todo o sistema de Macroestrutura do Tempo Escolar é influenciado pelas forças operacionais sociais, históricas, financeiras e organizacionais.

Figura 1
Forças operacionais nos sistemas do tempo escolar



Fonte: Knight (1991: 20) adaptado

Figura 1. Forças Operacionais nos sistemas do tempo escolar (Fonte: Pinto, 2001)

A política europeia ao nível da Educação é um bom exemplo de influência de forças organizacionais. A este propósito refira-se que, no seguimento do Conselho Europeu de Lisboa, a Comissão das Comunidades Europeias emitiu uma directiva sobre os parâmetros de referência europeus para a educação e a formação, na qual é dito que “a Comissão convida o Conselho a adoptar parâmetros de referência europeus para os sistemas de educação e formação, em áreas centrais para a realização do objectivo estratégico definido em Março de 2000 pelo Conselho Europeu de Lisboa: até 2010, tornar a Europa na economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável com mais e melhores empregos, e com maior coesão social” (p.3). Para a concretização deste objectivo global

foram definidos pelos Estados Membros, objectivos concretos comuns no que respeita à Educação e Formação. Assim, cada Estado Membro terá que fomentar, até 2010, políticas de educação que promovam a eficácia dos Sistemas de Educação e Formação. No âmbito deste trabalho de investigação, apenas iremos referir a redução dos níveis de abandono escolar e aumento dos níveis de aproveitamento escolar.

Benito (2008), por seu lado, concebe o tempo escolar como um cronossistema que faz parte da cultura escolar numa perspectiva de processo. O autor compara a cultura escolar a um teatro. Refere que o cenário é onde se realiza a cultura escolar, e que utiliza um código (as metodologias) e o cronossistema (organizado em actos que regulam os processos e tempos da formação). Em suma, os mesmos códigos formais utilizados em teatro. Benito considera, assim, que o Tempo escolar deverá ser considerado uma variável essencial que condiciona toda a cultura da escola em conjunto e que adaptar os alunos à disciplina imposta pelos horários e calendários escolares é atribuir à infância um estatuto importante na organização social.

2.4. O Tempo Escolar e a Gestão Flexível

Ainda no âmbito do conceito de gestão de tempo escolar, emerge a noção de gestão flexível do tempo, nomeadamente a ideia de capital horário, de duração e diversidade das sequências de ensino e a sua organização em módulos temporais variáveis ao longo do ano (Sobral, 1993). No seu estudo sobre “Gestão Flexível do Tempo Escolar”, a autora explica-nos que a noção de capital horário se insere,

“numa perspectiva macroscópica¹⁰ da divisão do tempo, onde a unidade de tempo considerada por cada disciplina é o seu currículo anual e não o semanal. O capital horário das disciplinas no regime de gestão flexível do tempo, corresponde a unidades de tempo diversificadas, organizadas em módulos de sequências variáveis de tempo ao longo da semana, da quinzena, do trimestre ou de todo o ano, que ele pode gerir por si só, ou com outros professores, em regime de interdisciplinaridade¹¹, ou de forma negociada.” (pp.27-28).

Quanto à duração e diversidade das sequências de ensino, a autora diz-nos que o que é importante é associar e tratar como factores independentes, os objectivos, os conteúdos e a dimensão temporal de cada aprendizagem. A autora indica-nos, também, as vantagens da utilização do tempo como instrumento pedagógico baseadas na análise da prática da experimentação destas “ fórmulas novas de gestão de tempo” (p. 32) que, na sua opinião, são as seguintes:

- a) favorecem a diversificação dos métodos e meios de abertura da escola ao exterior;
- b) permitem uma maior coerência entre as diferentes aprendizagens dos alunos;
- c) a sequência prolongada da hora permite um trabalho mais activo e mais pessoal do aluno, logo, também proporciona ao professor um maior conhecimento do trabalho do aluno;

¹⁰ A noção de macroscópio indica-nos uma visão global dos sistemas. É um novo instrumento que surge para abordar cada sistema observando-o na sua globalidade, observando a forma complexa de como está organizado e ainda as relações de interdependência e os seus mecanismos de regulação. (Rosnay, 1977).

¹¹ A interdisciplinaridade é, segundo Pombo, a “interacção existente entre duas ou mais disciplinas.” E acresce vários tipos de interdisciplinaridade: auxiliar, complementar, compósita, de engrenagem, estrutural, heterogénea, linear, restritiva, unificadora e pseudointerdisciplinaridade.

- d) permitem uma adaptação das matérias aos ritmos de aprendizagem de cada aluno;
- e) motivam mais o aluno e tornam-no mais activo;
- f) fazem com que o aluno aprenda a gerir o seu tempo e, por isso, tornam-no mais autónomo.

A utilização do Tempo como Tempo flexível pode ser um instrumento de autonomia das escolas na medida em que envolve as estruturas de gestão, os professores e os alunos. Numa outra perspectiva, o Tempo flexível promove o trabalho em equipa dos professores – disciplinar e pluridisciplinar, pois permite “...a utilização de métodos e práticas mais motivadoras e dinamizantes e representa um incentivo à diversificação de métodos e de meios de ensino ” (p.34).

2.5. O Tempo escolar e o Currículo Formal e Não Formal

O conceito de Tempo foi sempre uma dimensão imprescindível da vida escolar, dimensão esta dividida entre dois aspectos: pela estrutura da grelha curricular e pela troca e aquisição de saberes da vida quotidiana (Fernandes, 2008). Na opinião do autor, é bem visível a divisão entre o Tempo escolar e o Tempo social.

Segundo Pacheco (2001), o Tempo escolar é, permanentemente, sujeito a regulamentações impostas pelo Estado, o que o torna diferente dos tempos e dos ritmos impostos pela sociedade. O autor ilustra esta opinião afirmando que “ainda que agora se fale do aluno como um sujeito activo no desenvolvimento do currículo, o certo é que, olhando para um passado recente, o aluno tem sido um sujeito passivo, subordinado a

coordenadas didáticas que fazem dele um recipiente de conteúdos, cujo tempo de permanência na escola lhe retira o tempo que deveria dispor para outras actividades” (p.221). O autor acrescenta que esta dualidade tem sido tema constante nas reformas do ensino, e questiona se os planos curriculares e a carga horária das disciplinas devem ser modificados no sentido de sobrecarregar ou de aliviar os alunos das actividades lectivas. Num estudo realizado por Felgueiras (2008) sobre as crianças em regime de internato, concluiu-se que a forma como o tempo era distribuído em tarefas constituía uma limitação da liberdade, uma vez que a execução de tarefas em certos tempos escolares estava ligada com um determinado espaço físico. Através da ocupação orientada dos horários num determinado espaço físico, as crianças iam adquirindo responsabilidades e, por esse motivo, não se tornavam elementos à margem da sociedade.

Um outro estudo efectuado na Universidade do Minho (Moura, 2005) – Estudo de Tempo Escolar na Escola Primária: Tempo de Escola e Tempo de Vida – vai mais além na definição do conceito de Tempo escolar. Para esta investigadora o tempo escolar é considerado uma estrutura secular que continua a originar resistências e exclusão social. Este estudo evidencia “resistências às rotinas escolares” (p. 496) quer pelas dificuldades de aprendizagem que os alunos têm (pois estas não lhes permitem acompanhar os conteúdos e as actividades nos tempos destinados para esse efeito), quer pelas dificuldades de socialização (pois estes alunos têm dificuldade em adaptar-se a rotinas e regras impostas pelo Tempo escolar. Consequentemente, o estudo defende que as situações de abandono escolar estão associadas, na maioria das vezes, à resistência social imposta pela lógica do tempo escolar.

O surgimento das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) no 1º Ciclo deu origem a novas problemáticas presentes em alguns estudos de investigação sobre o

Tempo escolar. As AEC's foram estão regulamentadas pelo Despacho nº 12591 /2006 e correspondem às actividades que “incidam nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias de informação e comunicação, de ligação à escola com o meio, de solidariedade e de voluntariado e da dimensão europeia da educação” (p.8783). As AEC's correspondem na prática a um prolongamento das actividades das escolas do 1º Ciclo até às 18.00 horas. Um destes estudos referidos, é o estudo feito por Cunha (2008), que se debruçou sobre a problemática do tempo escolar, refere que “há uma separação nítida entre o curricular e o extra-curricular, como se de duas faces antagónicas se tratasse. A linha que marca a separação tende a remeter-se para o não reconhecimento das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC), sendo-lhes atribuídas um carácter de clandestinidade e subalternidade em relação às áreas curriculares”(p.110). Neste sentido, considera a existência de um currículo formal, directamente ligado às áreas curriculares, e um currículo não formal mais ligado às actividades das AEC.

Cosme e Trindade (2007) questionam a aplicação do Despacho nº12591/2006 sobre a “Escola a Tempo Inteiro”, ou seja, “se a opção de alargamento do espaço da educação formal, em vez da opção animação de tempos livres das crianças, era uma opção inevitável”(p.22) ou não. O prolongamento do currículo formal seria benéfico em detrimento do currículo não formal? Estes autores consideram que os dois tipos de currículo têm funções distintas:

“As escolas necessitam, para que os seus alunos aprendam, de proporcionar ambientes e experiências que potenciem as vivências em função das quais as aprendizagens sejam possíveis e os contextos educativos não formais,

proporcionam certamente situações de aprendizagem que resultam de experiências vividas por todos aqueles que percorrem tais contextos. As aprendizagens não são, contudo, a finalidade primeira dos contextos educativos não formais, embora estas possam acontecer como um fenómeno decorrente do envolvimento dos sujeitos naquelas experiências” (p.23).

Dito isto, podemos afirmar que, ao concretizar-se o prolongamento do horário escolar, preenchendo-o com actividades pertencentes ao currículo formal (com um acréscimo de aulas onde os alunos têm que assimilar mais informação), a escola não estará a sobrecarregar os alunos com mais conteúdos em vez de lhes proporcionar actividades verdadeiramente livres, ou seja, actividades pertencentes ao currículo não formal, onde os alunos podem efectivamente desenvolver as suas competências de uma forma livre? Ou seja, em actividades lúdicas escolhidas pelos alunos conforme os seus interesses e gostos?

2.6. O tempo escolar e o tempo livre

Araújo (2009) explicita de uma forma bastante interessante a noção de “tempo livre”:

“o tempo livre será quando escolhermos fazer ou não o que queremos, e não aquilo que os outros nos impõem ou sugerem. (...) o contrário de tempo livre será, portanto, o tempo em que somos condicionados e obrigados a fazer coisas que não derivam apenas da nossa livre vontade. Nesta perspectiva podemos ter

tempo livremente ocupado e podemos ter tempo de inactividade forçada, isto é, pode haver tempo livre ocupado ou desocupado e tempo não livre por forçada ocupação ou forçada desocupação.” (p.26).

Perante esta noção podemos afirmar que o tempo que os alunos têm livre, ou seja, o tempo que lhes sobra das actividades diárias onde entra a escola, o tempo que medeia a escola e a chegada a casa, os intervalos das aulas e o tempo dos feriados e do fim-de-semana, poderá ser ocupado com actividades realmente livres ou actividades formativas programadas pelos adultos. Araújo (2009) reforça esta nossa constatação quando afirma que “o tempo livre é, assim, visto como um tempo de equilíbrio individual e social, e não como um tempo de descanso”(p.29). A autora refere ainda que “o tempo livre tem sido concebido como um tempo *ganho* ao trabalho, muitas vezes associado, de forma imprecisa, à origem do tempo escolar” (p.27). O tempo livre dos alunos acaba assim, na maioria das vezes por corresponder a mais actividades de trabalho e não de brincadeira ou de lazer.

Perrenoud (1994), por seu lado, considera que através de uma observação mais pormenorizada aos horários do tempo escolar, se verifica que uma parte importante do tempo dos alunos não é dedicada ao trabalho escolar, mas sim aos seus “investimentos afectivos, seja porque esses investimentos se sobrepõem à relação pedagógica e ao trabalho escolar colectivo, ou ainda porque têm um lugar à parte, em todos os lugares e momentos que a escola não controla completamente, como por exemplo, nos recreios.” (p.29). Este autor identifica a existência de uma “vida quotidiana” (p.29) na escola que vai para além das aulas, dos métodos e da avaliação. Os alunos têm na escola algum tempo livre e esse tempo é aproveitado das mais diferentes formas. A forma como as crianças ocupam o seu tempo livre tem também suscitado alguns estudos.

Num estudo elaborado sobre a influência dos meios de comunicação audiovisual e os conflitos com a escola (Pinto, 1999), ressaltam algumas conclusões, bem interessantes e até surpreendentes. Uma das conclusões é o facto de que, apesar de muitas crianças passarem bastante do seu tempo livre a ver televisão (cerca de 3 horas em dias úteis e 4 horas nos fins-de-semana), este tempo quantificado não pode ser totalmente tomado em conta. O autor acrescenta algumas razões para esta sua opinião: a) numa grande parte do tempo as crianças também brincam ao mesmo tempo que assistem aos programas de televisão; b) a maioria das crianças estudadas, quando confrontadas com a alternativa entre ver um programa de televisão e fazer um piquenique com os colegas, preferia sair; e c), em caso de escolha de modalidades de ocupação de tempos livres que mais lhe agradavam, só uma parte bastante reduzida da amostra é que preferiu a televisão. Outro aspecto importante deste estudo, e relevante para o nosso trabalho, é que, contrariamente ao que se pensa, não são as crianças muito ocupadas com actividades que vêem menos televisão. Foram encontrados muitos casos de crianças bastante ocupadas que eram grandes consumidores de televisão.

2.7. O tempo escolar, os “Trabalhos de Casa (TPC’s)” e o Estudo

Os TPC’s - “Trabalhos de Casa”, como são em linguagem comum designados -, fazem parte do universo do tempo escolar na medida em que constituem um conjunto de tarefas a realizar depois das aulas que, na maior parte das vezes, contemplam os conteúdos abordados nas aulas. Araújo (2009) indica-nos que os TPC’s “enquanto prática institucionalizada, têm causado algum incómodo aos educadores (pais e

professores) e representam para a maioria das crianças uma sobrecarga de trabalho num tempo que deveria ser para brincar” (p.57).

A controvérsia é grande; há pais que exigem aos professores TPC’s para os seus educandos, tal como há pais que não consideram os TPC’s importantes. Esta dicotomia também se verifica em vários estudos feitos sobre este assunto, como é o caso de Perrenoud, (1994). Este autor é absolutamente contra os TPC’s, pois considera que estes em nada contribuem para a aproximação da família do aluno à escola, e nem combatem o insucesso escolar. Refere que a realização de TPC’s sobrecarrega “o aluno fraco com tarefas que são inúteis quando são realizáveis, mas impossíveis de fazer sozinho, no caso de favorecerem verdadeiramente o desenvolvimento e as aprendizagens fundamentais”(p.152). Este autor considera que, para alguns pais, os TPC’s apenas servem para “enervá-los, culpabilizá-los, deixar-lhes campo livre às angústias, transformá-los em explicadores, envenenar os serões familiares, colocar muitos pais em situações de incompetência ou de onipotência” (p.152).

Ao contrário do que sucede com a realização dos TPC’s, o acto de “estudar” implica uma “adesão voluntária” (Araújo, 2009, p.86) por parte dos alunos. Este conceito é um pouco confuso para crianças mais pequenas que o confundem, ainda, com os TPC’s. No entanto, não fará parte do seu tempo escolar o tempo que dedicam ao estudo ainda que fora da escola? Araújo (2009) considera que, tanto os pais, como professores, incutem nos alunos a confusão entre TPC’s e estudar, na medida em que “estamos a dizer às crianças que estudar é aquele trabalho repetitivo, cansativo e mecânico que é proposto na maior parte dos TPC’s” (p.86).

A autora compara, ainda, as horas dispendidas pelos alunos do Ensino Básico no seu “ofício de aluno” (p.73) com o número de horas que os adultos têm no seu trabalho

diário. Ou seja, as crianças trabalham tanto nas suas actividades quanto um trabalhador adulto. Os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico trabalham cinco horas na sala de aula (25 horas semanais), e depois têm uma hora e meia de actividades integradas nas AEC (90 minutos) e ainda os TPC's. Os alunos do 2º Ciclo têm um horário semelhante. Um adulto trabalha cerca de sete horas e meia por dia (de 37,5 a 40 horas semanais). (Araújo, 2009).

3. Enquadramento Legal do tempo escolar

“A estrutura formal da escola – parte, apenas da sua estrutura global – sofreu, com o 25 de Abril, uma evolução clara, passando de estrutura fomentadora de passividade a estrutura apostada na participação, ainda que esta, frequentemente, não seja plenamente conseguida”

Barroso, 1997, p. 82

3.1. Evolução Legislativa

A propósito da história do tempo escolar na Europa, Compère (1997) afirma que, em todos os países estudados, a escola obedece às mesmas regras formais. A actuação legal do Estado sobre a prescrição do tempo cresce no decorrer do século XVIII e intensifica-se no século XIX, acompanhando o processo de secularização da escola elementar e na configuração dos sistemas estatais de ensino. A normalização do tempo pelo Estado significou, em toda a parte, colocar em acção um dispositivo de racionalização do ensino e de controlo sobre a infância e sobre os professores.

Num estudo sobre esta questão do tempo escolar, Fernandes (2008) faz o paralelismo entre o tempo monacal e o surgimento do tempo escolar. Os mosteiros obedeciam a uma organização de tempo por meio dos actos litúrgicos, progressivamente alterados conforme a evolução das rotinas diárias das populações. O autor observa ainda que estavam estipulados determinados tempos de aula em registos pertencentes ao Estudo Geral da Idade Média. A Universidade surge-nos assim como um exemplo da preocupação em regulamentar o tempo. É também na Universidade que surge o relógio mecânico, em substituição da ampulheta ou dos relógios de areia como forma de controlar os tempos escolares.

Mais tarde, com o alargamento da rede escolar a quase toda a população, existia também uma grande preocupação em estipular tempos específicos para o ensino. Como regista Correia (1997), por volta de 1850 o tempo destinado à escola seria de seis horas, distribuídas pelas duas partes do dia, havendo, por isso, duas aulas diárias por dia para os mesmos alunos (três horas de manhã e três horas de tarde).

Na opinião de Pintassilgo e Costa (2008), desde o Marquês de Pombal que existiu uma “clara tendência intervencionista” (p.2) do Estado, que se irá manter até ao final da Monarquia. O Ano lectivo iniciava a 1 de Outubro e terminava a 1 de Agosto, existindo alguns feriados aos Domingos e dias santos, e as férias ocorreriam durante a época das colheitas. O tempo escolar era subordinado aos “interesses económicos de uma sociedade essencialmente rural” (p.3). Todavia, explica que com a Reforma Educativa de 1919, o calendário escolar sofreu a “maior ruptura” (p.4) com a tradição do calendário escolar, ao serem estipuladas pausas para férias, que poderiam coincidir ou não com as festividades religiosas, de forma a articular momentos de aulas com pausas para descanso. Quanto aos horários, houve uma diminuição do número de horas: quatro

horas lectivas e uma hora de descanso, 25 horas semanais e, apesar da existência de uma regra geral sugerida pelo Estado, a forma como eram executados os horários ficava a cargo dos professores.

Aquando da ditadura salazarista, a conjectura do tempo escolar alterou-se novamente. Os horários das escolas funcionariam tal como acontecia no mundo do trabalho. Algumas escolas até foram equipadas com sirenes semelhantes às que existiam nas fábricas. Pacheco (2001) cita Bernardino Machado, onde este compara o trabalho do aluno ao operário:

“na officina, a repetição invariável do mesmo trabalho, que hypnotiza e amputa o espírito. Na escola, uma proximidade, uma pulverização de cada programma que pouca diferença faz da repetição hynotizante do mesmo estudo” (p.222).

Lima (1998) refere que o currículo escolar está na base das críticas que surgem na comparação do modelo de organização da escola ao modelo de organização da fábrica. Citando Toffler, Lima indica-nos a existência de um currículo oculto destinado a ser ensinado à escola de massas que assenta nas seguintes características: pontualidade, obediência e trabalho de rotina repetitivo. Ou seja, o calendário escolar serviria para estabelecer ritmos e cadências de trabalho semelhantes aos processos de produção das empresas e da vida social. Na mesma linha de pensamento, Pintassilgo (2008) esclarece que “a semana escolar comportava vinte e oito tempos (incluindo o canto coral, a higiene pessoal e a educação física). Por último constata-se a inclusão (...) de dois tempos ao sábado destinados à doutrinação política, em torno da trilogia da educação do Estado Novo – Deus, Pátria e Família” (p.10). Conforme se constata através dos autores

citados, o conceito de tempo escolar foi-se adaptando a novas perspectivas e à evolução do próprio sistema educativo e, consecutivamente, ao estabelecimento de horários mais rígidos em relação aos tempos escolares, assim como ao estabelecimento de uma obrigatoriedade de frequência.

Como refere Barreto (1995) “o conceito de escolaridade obrigatória, que nasceu como imposição ao Estado na tentativa de convencer ou forçar os pais a levar os filhos à escola, transformou-se num direito dos cidadãos a satisfazer pelo Estado. Melhor ainda: o dever da escola transformou-se no direito à educação” (p.162).

Com o aceitar das influências das necessidades biológicas dos alunos na aprendizagem, o conceito de tempo escolar adquiriu outras dimensões, nomeadamente aspectos que levassem em conta o esforço, a fadiga e o bem-estar da criança. Apontava-se, então, para soluções que alterariam a configuração temporal das escolas como, por exemplo, a introdução de férias, recreios, intervalos, etc (Ferreira & Arco-Verde, 2001). Estas autoras referem, ainda, que o movimento da Escola Nova, com as suas ideias sobre o respeito, a liberdade e a espontaneidade da criança, resistiam em oferecer horários rígidos, tendo como princípio básico que a escola e os seus horários deveriam ser feitos para a criança e não ao contrário. Este movimento propunha a substituição da organização rígida, por outras técnicas, métodos e desenhos curriculares mais flexíveis, formando, inclusive, novas composições temporais.

Outros autores, como Felgueiras (2008), referem-se, também, à relação entre as horas solares e a definição de tempos escolares, afirmando que “a jornada escolar é também ela marcada pelo ritmo solar e o passado foi particularmente dependente dele, uma vez que as fontes de iluminação eram poucas, caras, o que exigia o aproveitamento máximo

da luz natural” (p.99). Os horários escolares eram feitos de forma a contemplar esta condicionante.

Para Sobral (1993) no campo científico do ensino o tempo é um factor significativo do acto de ensinar. A autora considera que

“O tipo de estrutura temporal utilizado, a organização do dia, da semana e do ano escolar, o ritmo da progressão das matérias, estão intimamente relacionados com os princípios pedagógicos, biológicos e sociológicos desse ensino. Existem ligações profundas entre método, projecto pedagógico e gestão de tempo. No entanto, a organização do tempo escolar tem vindo a oferecer as maiores resistências a inovações ou alterações à organização curricular anual de todas as disciplinas de todos os níveis de ensino” (p.15).

De acordo com a mesma autora, no “Projecto da Gestão Flexível do Tempo Escolar¹²” vislumbrava-se já uma grande mudança na forma como era perspectivado o ensino, tanto nas alterações estruturais, nas estruturas curriculares, como ao nível dos tempos escolares, situação que viria a efectivar-se com as alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo. Refiram-se, concretamente, as mudanças introduzidas nas escolas do 1º Ciclo, decorrentes da implementação do Despacho nº 12591/2006, referente à ““Escola a Tempo Inteiro””. Com estas medidas, a escola passa a ser um local onde “as crianças permanecem ocupadas, enquanto as famílias estão a trabalhar” (Cunha, 2008, p.13).

¹² Este Projecto foi realizado pela autora no Departamento de Programação e Gestão Financeira do Ministério da Educação em 1993. Consistia em várias orientações para a elaboração de horários escolares utilizando o tempo como Tempo Flexível, envolvendo várias sequências horárias e continha sugestões de operacionalização da utilização semanal do Tempo Flexível.

3.2. Actuais disposições legais do tempo escolar

Barroso (1997) refere que as fronteiras da escola se alargaram com a inclusão de outro tipo de participação (que não a participação dos actores internos à escola) como sejam professores, alunos e funcionários. A participação de actores externos à escola, como os pais, os representantes das autarquias e dos interesses sociais, económicos e culturais, ainda é uma alteração estrutural da organização – escola que necessita ser testada e passível de inferências. A inclusão, para uma gestão mais participativa, destes actores externos à escola, nomeadamente, as autarquias e os pais, estão bem patentes na Lei de Bases do Sistema Educativo Português¹³. Um dos princípios que ilustra bem esta situação é o princípio organizativo, presente no artigo 3.º, alínea l) “Contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adopção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias.

Nesta perspectiva, assistimos, na escola, à existência de sequências organizacionais de tempo com vista a atingir os objectivos do sistema educativo. Estas sequências organizacionais dos tempos escolares correspondem, na prática, em primeiro lugar, a princípios curriculares próprios de cada nível de ensino, ano de escolaridade e área ou disciplina curricular e não curricular. O surgimento da “Escola a Tempo Inteiro” para os alunos do 1º Ciclo, regulamentado através do Despacho nº 12591/2006, é bem um exemplo da preocupação do estado em responder às necessidades das famílias. Vem

¹³ A Lei de Bases do Sistema Educativo a que nos referimos é à segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo referente a 30 de Agosto de 2005 através da Lei nº 49/2005. A Lei de Bases do Sistema Educativo – base é a lei nº 46/86 de 14 de Outubro de 1986. Esta Lei já tinha sofrido a primeira alteração em 19 de Setembro de 1997 através da Lei nº 115/97.

referido no documento legal que “considerando (...) a urgência de adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de ensino às necessidades das famílias e à necessidade de garantir que esses tempos são pedagogicamente ricos e complementares das aprendizagens associadas à aquisição das competências básicas (...) se atribui às autarquias locais responsabilidades em matéria de ensino pré-escolar e de 1º Ciclo do Ensino Básico”.

Num estudo intitulado “A Escola a Tempo Inteiro num contexto de mudança” (Cunha, 2008), a autora conclui que as AEC constituem uma importante autonomia curricular da escola, pois criam espaços para um ensino mais personalizado, facilitam o desenvolvimento de competências transversais, enriquecem o currículo formal e promovem o sucesso dos alunos.

No âmbito dos outros ciclos do Ensino Básico (2º e 3º), também está contemplado na Lei nº 49/2005¹⁴ a existência, na escola, de actividades extra-curriculares e de complemento curricular de forma a ocupar os tempos livres dos alunos. Através destas disposições legais, o Estado pretende proporcionar aos alunos uma ocupação plena do tempo passado na escola, e reforçar, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de competências em determinadas áreas.

Na Secção III, referente à educação extra-escolar, o Artigo 26.º, 3 refere como um dos vectores fundamentais da educação extra-escolar, na alínea f), assegurar a ocupação criativa dos tempos livres de jovens e adultos com actividades de natureza cultural.

No Capítulo VII – Desenvolvimento e avaliação do sistema educativo, no artigo 50.º referente à ocupação dos tempos livres e desporto escolar, o ponto 2 explicita que “as

¹⁴ A Lei nº 49/2005 de 30 de Agosto corresponde à Segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo.

actividades de complemento curricular visam, nomeadamente o enriquecimento cultural e cívico, a educação física e desportiva, a educação artística e a inserção dos educandos na comunidade. Ainda no ponto 4 do mesmo artigo, é referido que “as actividades de ocupação de tempos livres devem valorizar a participação e o envolvimento das crianças e dos jovens na sua organização, desenvolvimento e avaliação. Consideramos que o quadro legal em relação ao Tempo escolar tem evoluído no sentido de aumentar o número de horas de permanência dos alunos na escola. Numa outra perspectiva, as actividades de complemento curricular, as actividades de enriquecimento curricular, os clubes e as aulas de substituição evitam que os alunos tenham tempos sem ocupações na escola, ou seja tempos para brincar e conviver com os colegas livremente no espaço escolar.

Segundo Pinto (2001) a “maior ocupação do horário semanal, relativamente à anterior reforma¹⁵, não foi obtida através da inclusão de actividades não disciplinares, ocupacionais ou formativas (...). Não. Trata-se, exclusivamente, de mais horas e de mais disciplinas, ao que parece, com um único objectivo: que o aluno fique na escola durante mais tempo.” (p.82). No estudo que elaborou sobre o tempo e aprendizagem no Ensino Secundário, o autor refere que, para uma contagem efectiva de todos os tempos escolares, há que “somar não só a actividade lectiva curricular, a actividade lectiva não curricular (...) mas ainda as actividades de compensação educativa (casos de alunos com dificuldades de aprendizagem) e as actividades de complemento curricular”. (p 86). Esta situação aplica-se perfeitamente aos alunos do Ensino Básico.

¹⁵ A reforma global do Sistema Educativo de Veiga Simão que teve lugar no início dos anos 70 seguiu os seguintes princípios: Fomento da educação Pré-escolar, prolongamento da escolaridade obrigatória, reconversão do ensino secundário, expansão e diversificação do Ensino Superior. (Carreira, 1996)

No Ensino Básico e no Ensino Secundário, os tempos escolares dos alunos são definidos por meio do “horário escolar”. Os horários são elaborados tendo em conta as horas destinadas a cada disciplina ou área curricular.

Com a alteração da política educativa, como resposta à necessidade de um reforço da participação das famílias e comunidades na direcção estratégica dos estabelecimentos de ensino e no favorecimento de lideranças fortes, surgiu o Decreto-Lei nº 75/2008 de 22 de Abril. Esta revisão de regime jurídico aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Segundo este Decreto, a “autonomia exprime-se, em primeiro lugar, na faculdade de auto-organização da escola.”. São para isso definidos instrumentos¹⁶ que possibilitem o efectivo desenvolvimento dos contratos de autonomia¹⁷. No Artigo 58º, Ponto 1, estão expressas a atribuição de competências dos contratos de autonomia. Alguns dos domínios visados estão relacionados com a gestão dos currículos e, conseqüentemente, com a gestão de tempos escolares, que passamos a citar:

Alínea a) – Gestão flexível do currículo, com possibilidade de inclusão de componentes regionais e locais, respeitando os núcleos essenciais definidos a nível nacional;

Alínea b) – Gestão de um crédito global de horas de serviço docente, incluindo a componente lectiva, não lectiva, o exercício de cargos de administração, gestão e orientação educativa e, ainda, o desenvolvimento de projectos de acção e inovação;

Alínea c) - Adopção de normas próprias sobre horários, tempos lectivos, constituição de turmas ou grupos de alunos e ocupação de espaços.

¹⁶ Os instrumentos de autonomia previstos no Decreto referido são: o Projecto Educativo, o Regulamento Interno, os Planos Anual e Plurianual de Actividades e o Orçamento.

¹⁷ Os contratos de autonomia são celebrados na sequência de procedimentos de auto avaliação e avaliação externa.

Torna-se necessário referir que a aplicação da autonomia nestas alíneas do Decreto-Lei nº 75/2008 remonta ainda ao que está exposto no Decreto-Lei nº 6/2001 de 18 de Janeiro, no que respeita à organização do ano escolar e organização e gestão do currículo nacional em termos de carga horária das disciplinas. No Capítulo I, Princípios gerais, Artigo 4.º, indica-nos que “1 – ano escolar é entendido como o período compreendido entre o dia 1 de Setembro da cada ano e o dia 31 de Agosto do ano seguinte. 2- O ano lectivo corresponde a um mínimo de 180 dias efectivos de actividades escolares. 3- O calendário escolar anual é definido por despacho do Ministro da Educação, ouvidos os parceiros educativos.”

Quanto à organização e gestão do currículo nacional, vêm definidos no Capítulo II, Artigo 5.º, Ponto 1, Anexo I, II, III, os desenhos curriculares dos 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, bem como a carga horária semanal de cada área curricular disciplinar e não disciplinar¹⁸.

Os desenhos curriculares do 1º, 2º e 3º Ciclos, constantes nos Anexos do Decreto-Lei nº 6/2001, indicam-nos o seguinte:

No 1º Ciclo, contabilizando a carga semanal dos alunos, temos um total de 25 horas abrangendo as áreas curriculares disciplinares e não disciplinares. As escolas tiveram, assim, que alargar o seu horário de funcionamento de cinco para o mínimo de oito horas diárias. A área curricular disciplinar Educação Moral e Religiosa é de frequência facultativa e não conta para esta contagem. Quanto às actividades de enriquecimento curricular são também de carácter facultativo. No entanto, o Despacho nº 12591/2006, já mencionado anteriormente, define novas normas de horários de funcionamento dos

¹⁸ No Capítulo II, Artigo 5.º, Ponto 3, estão mencionadas como áreas curriculares não disciplinares: a Área de Projecto, o Estudo Acompanhado e a Formação Cívica.

estabelecimentos do Pré-escolar e 1º Ciclo. Refere o Ponto 5 deste Despacho o seguinte: “Sem prejuízo da normal duração semanal e diária das actividades educativas na educação pré-escolar e curriculares no 1º ciclo do ensino básico, os respectivos estabelecimentos manter-se-ão obrigatoriamente abertos, pelo menos até às 17 horas e 30 minutos e no mínimo oito horas diárias.” Este Despacho regulamenta também as actividades de enriquecimento curricular, definindo que os planos de actividades dos agrupamentos deverão incluir obrigatoriamente a actividade de Apoio ao Estudo e Ensino do Inglês para alunos do 3º e 4º anos de escolaridade. (Ponto 10 do Despacho nº 12 591/2006). No Ponto 13 do Despacho, refere ainda que: “Na planificação das actividades de enriquecimento curricular deve ser salvaguardado o tempo diário de interrupção das actividades e de recreio e as mesmas não podem ser realizadas para além das 18 horas”. O Despacho mencionado também estabelece a duração semanal das actividades de enriquecimento curricular. Fixa, no Ponto 11, que a actividade de “Apoio ao Estudo” deverá ter uma duração semanal não inferior a noventa minutos. No Artigo 10.º, este Despacho, fixa como duração semanal das actividades do ensino de Inglês cento e trinta e cinco minutos, sendo quarenta e cinco minutos de duração diária. No entanto prevê, a título excepcional, a duração de apenas cento e vinte minutos com duração diária de sessenta minutos. Está também estabelecido que a Actividade Física e Desportiva e o Ensino da Música terão obrigatoriamente a duração semanal de cento e trinta e cinco minutos, sendo quarenta e cinco minutos de duração diária. Quanto a outras actividades de enriquecimento curricular que não as mencionadas, a sua duração semanal não deverá ser superior a noventa minutos.

De acordo com o Despacho anteriormente mencionado, o Programa de Generalização do Ensino de Inglês nos 3º e 4º anos e de Outras Actividades de Enriquecimento

Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico deveria ser acompanhado por uma comissão constituída para esse efeito, a CAP¹⁹. Esta comissão elaborou um “Relatório Intercalar de Acompanhamento” reportado a Dezembro de 2006, e um “Relatório Final de Acompanhamento”, respeitante ao ano lectivo de 2006/2007. No Relatório Intercalar de Acompanhamento consta que as AEC “pretendem cumprir o duplo objectivo de garantir, no espaço da escola a todos os alunos de forma gratuita, a oferta de um conjunto de aprendizagens enriquecedoras do currículo e das aprendizagens, ao mesmo tempo que se concretiza a prioridade enunciada pelo Governo de promover a articulação entre o funcionamento da escola e o fornecimento de respostas úteis no domínio do apoio às famílias” (p.4).

Uma das conclusões deste Relatório Intercalar é que o número de crianças que usufruem destas actividades aumentou consideravelmente. Está referido que “até ao ano de 2004/2005 apenas um quarto das crianças que frequentavam o 1º Ciclo podia beneficiar, mediante recurso a entidades privadas e ao esforço financeiro das famílias” (p.5) de um conjunto de actividades fora do período das aulas curriculares, e que “no ano lectivo de 2005/2006 cerca de 76% do total das escolas do 1º Ciclo, alargou o seu horário de funcionamento. Destas 31% tiveram prolongamento de horário em todos os dias da semana e em 45% das escolas o prolongamento ocorreu em alguns dias” (p.5).

As conclusões patentes no Relatório Final de Acompanhamento indicam um resultado bastante positivo nos mais diversos aspectos: recursos docentes, logísticos, qualidade pedagógica, supervisão pedagógica e apoio à família. No entanto, a nível da articulação

¹⁹ A CAP (Comissão de Acompanhamento do Programa) é constituída pelo Director-Geral da DGIDC e pelos Directores Regionais de Educação. No entanto, tal como está regulamentado, a CAP conta com a colaboração de outras entidades tais como: os Representantes da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP), Associação Portuguesa de Professores de Inglês (APPI), Associação Portuguesa de Educação Musical (APEM), Conselho Nacional das Associações de Professores e Profissionais de Educação Física (CNAPEF) e Sociedade Portuguesa de Educação Física (APEF).

curricular e organizacional, “as percepções dos observadores denunciam que há ainda muito trabalho a fazer nesta matéria” (p.6). Foram igualmente detectadas algumas dificuldades a nível dos horários e da organização. Como as AEC, na maioria dos casos, decorrem após as actividades lectivas, acabam por não interferir no funcionamento destas mesmas actividades lectivas, o que não permite a estabilidade e permanência dos professores da AEC, pois ficam com horários muito reduzidos. Outra dificuldade reside na falta de pessoal auxiliar para realizar o devido acompanhamento dos alunos que frequentam as AEC. Por último, outra dificuldade é a existência de muitas escolas com horário duplo, com turnos de manhã e tarde, que torna difícil a gestão dos horários das AEC.

No 2º ciclo assistimos à fixação (de um máximo global) de 17 blocos de 90 minutos para as áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, incluindo a frequência da disciplina de Educação Moral e Religiosa, de carácter facultativo, e ao crédito de 90 minutos (45 minutos para cada ano de escolaridade) a decidir pela escola. Esta carga horária aplica-se, de igual modo, ao 5º e ao 6º ano. Com excepção da área de Formação Cívica que corresponde a um bloco de 90 minutos no 5º ano corresponde a um tempo de quarenta e cinco minutos no 6º ano.

No 3º ciclo assistimos a fixação (de um máximo global) de 18 blocos de 90 minutos para as áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, incluindo a frequência da disciplina de Educação Moral e Religiosa, de carácter facultativo, e ao crédito de 135 minutos a decidir pela escola (sendo 45 minutos para cada ano de escolaridade).

No Despacho nº 12591/2006 vem descrito que a carga horária semanal se refere ao tempo útil de aula, mas ressalva que, em situações devidamente justificadas, a escola

poderá sugerir uma distribuição diferente dos tempos, mas respeitando sempre os totais indicados por área curricular, por ciclo e por ano de escolaridade.

Mais recentemente, o Despacho nº 17931/2008 de 3 de Julho estipula, no ponto 3.3 referente ao Calendário Escolar, que os estabelecimentos de ensino deverão assegurar “a ocupação dos alunos através da organização de actividades livres nos períodos situados fora das actividades lectivas e do encerramento para férias de Verão e em todos os momentos de avaliação e períodos de interrupção das actividades lectivas”.

O Despacho nº 19117/2008 de 17 de Julho dedica ainda um Artigo (Artigo 13º) específico para a ocupação plena dos tempos escolares. No ponto 7 deste Artigo está referido que “quando não for possível realizar as actividades curriculares nas condições previstas no número anterior²⁰, devem ser organizadas actividades de enriquecimento e complemento curricular que possibilitem a ocupação educativa dos alunos”. No Ponto 8 do mesmo Artigo é referido que devem ser consideradas as seguintes actividades educativas: a) Actividades em salas de estudo, b) Clubes Temáticos, c) Actividades de uso de tecnologias de informação e comunicação, d) Leitura orientada, e) Pesquisa bibliográfica orientada, f) Actividades desportivas orientadas e g) Actividades oficiais, musicais e teatrais. Para tal, as Direcções Executivas das escolas deverão “providenciar os recursos humanos, físicos e materiais necessários ao desenvolvimento destas actividades”,²¹ assim com elaborar “um plano anual de distribuição de serviço que assegure a ocupação plena dos alunos do Ensino Básico e Secundário, durante o seu

²⁰ Quando existe ausência temporária do docente titular de turma ou da disciplina.

²¹ Despacho nº 19117/2008, de 17 de Julho, Artigo 13º, Ponto 3, alínea b).

horário lectivo, na situação de ausência temporária do Docente Titular de Turma/Disciplina”²².

Ainda em relação a esta questão, a Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Educação aprovaram o Decreto-Lei nº 144/2008 de 28 de Julho que consagra em Lei “a transferência de competências para os órgãos dos municípios em matéria de educação, no que diz respeito à educação pré-escolar e ao ensino básico”. Tal como vem descrito no Decreto, o Governo preconiza um aprofundamento na descentralização das políticas educativas. No Artigo 11º deste Decreto, respeitante às Actividades de Enriquecimento Curricular, vem referido, no Ponto 1, que “são transferidas para os municípios em matéria de actividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do ensino básico, sem prejuízo das competências do Ministério da Educação relativamente à tutela pedagógica, orientações programáticas e definição do perfil de formação e habilitações dos professores”. No Ponto 2 do mesmo Decreto, “consideram-se as actividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do ensino básico as que incidam nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias da informação e comunicação, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação, nomeadamente: a) Ensino do Inglês, b) Ensino de outras línguas estrangeiras, c) Actividade física e desportiva, d) Ensino da música, e) Outras expressões artísticas e actividades que incidam nos domínios identificados.

Com todas estas medidas legisladas, assistimos a uma nova concepção de Tempo Escolar no nosso sistema de ensino assim como à inclusão de outros actores neste processo. Exige-se a participação das autarquias na elaboração dos horários e das

²² Despacho nº 19117/2008, de 17 de Julho, Artigo 13º, Ponto 3, alínea a).

actividades a desenvolver e é visível o aumento do tempo de permanência dos alunos nas escolas com vista a responder a um problema social: a necessidade de os alunos ficarem na escola até que os seus pais terminem o seu tempo de trabalho diário. Desta constatação emergem algumas dúvidas quanto aos benefícios destas medidas no processo educativo e na vida dos alunos, assim como quais as consequências que estas disposições legais poderão provocar.

4. Consequências das Disposições Legais do Tempo escolar

4.1. As consequências nos alunos – Contributos da Cronobiologia

“A demonstração da existência de mecanismos internos produtores de tempo, os assim chamados relógios biológicos, obriga-nos a reler muito do que sabíamos sobre as relações temporais dos organismos com os seus ambientes.”

Menna Barreto e Wey, 2007

Nóvoa (1992) refere a organização do tempo como uma das características organizacionais para a eficácia das escolas. Para o autor, uma escola de qualidade deverá ser capaz de otimizar o tempo disponível e tentar que essa gestão de tempo respeite os “ritmos próprios e o modo de organização interna de cada indivíduo” (p.27). Para tal, “os alunos devem dispor do máximo de tempo possível para aprender, no sentido amplo da palavra. As interrupções, as desarticulações curriculares e pedagógicas, a deficiente organização dos tempos e dos espaços, são factores que perturbam o funcionamento das escolas” (p.27).

Nesta citação, quando o autor faz alusão à existência de mecanismos de organização interna de cada indivíduo, indica-nos um caminho para a existência de ritmos biológicos que influenciam a aprendizagem. Torna-se, por este motivo, necessário clarificar a importância da Cronobiologia e dos Ritmos biológicos e a sua relação com os tempos escolares.

A Cronobiologia começou a ser reconhecida no mundo académico a partir de meados do século XX, apesar das primeiras investigações sobre este assunto terem sido

iniciadas no século XVIII com algumas experiências sobre os ritmos biológicos. (Menna-Barreto & Marques, 2000).

A Cronobiologia, como área do conhecimento que estuda as características temporais dos organismos em todos os seus níveis de organização e a relação temporal desses organismos com o meio (Marques *et. al*, 1999), fornece-nos dados sobre as consequências que o tempo escolar poderá ter sobre os alunos.

Esta área do conhecimento inclui o estudo dos ritmos biológicos que oscilam em função do tempo, sendo que essa oscilação se repete regularmente. Para autores do ramo da Psicologia (Almondres, 2006), o desenvolvimento do ser humano segue um padrão cronológico específico para cada etapa de vida. Esta autora refere que os conceitos de “saúde” e de “tempo” não podem estar dissociados, pois o tempo está sempre presente nas nossas experiências de vida, quer de forma interna – aspectos psicológicos e biológicos: o tempo do desenvolvimento da maturidade das nossas funções orgânicas (o tempo da expressão dessas funções e a repercussão nas várias etapas do seu desenvolvimento) quer de forma externa (aspectos sociais).

A Cronobiologia explica como determinadas características anatómicas e fisiológicas promovem e auxiliam a adaptação do sistema ao seu ambiente. Autores como Moore *et. al* (1982) e Moreno *et. al* (2002) indicam a existência dos conceitos de “Organização Temporal Interna” e de “Organização Temporal Externa”. Como Organização Temporal Interna temos o conjunto de eventos orgânicos que ocorrem durante o dia num organismo. (Moore *et. al*, 1982). A Organização Temporal Externa corresponde às relações temporais entre os eventos orgânicos e os eventos ambientais que sincronizam os nossos ritmos biológicos. (Moreno *et. al*, 2002).

Autores como Marques *et al.* (1999) defendem que a maior parte dos ritmos biológicos está associada aos ciclos geofísicos, como é o caso dos ciclos das marés (importantes para a reprodução de algumas espécies) e o ciclo claro-escuro (associado ao dia e à noite e ao aumento ou diminuição de actividade).

Uma das mais importantes contribuições que a Cronobiologia nos fornece em relação ao conceito de tempo é a noção da variabilidade das várias funções biológicas no decorrer das 24 horas do dia. Os seres humanos organizam as suas actividades segundo um ciclo de 24 horas, dividem-nas em horários de trabalho, horários escolares, horários de lazer e de descanso, etc. As próprias oscilações da temperatura corporal, da frequência cardíaca, da pressão sanguínea, das respostas celulares para os estímulos hormonais, demonstram esta ritmicidade dos ciclos, e esta situação deve-se à actuação de factores endógenos (Almondres, 2006). A autora faz aqui referência à existência do “relógio biológico”. Este relógio biológico consiste numa estrutura neural que produz oscilações regulares que servem de mecanismos temporizadores para o organismo.

Alguns autores referem a existência de conflitos entre os ritmos biológicos dos alunos, materializados pelos seus sistemas de temporização e os horários escolares.

Menna-Barreto e Wey (2007) utilizam a expressão “armadilha temporal” (p.7) quando se referem à forma como são elaborados os horários escolares. Segundo estes autores, os sistemas de temporização fazem com que as crianças entre os dez e onze anos, nas vésperas ou já no início da puberdade, necessitem de ciclos de sono mais tardios, e a escola exige que entrem mais cedo. A privação do sono a que as crianças ficam sujeitas tem, por isso, consequências no humor, na concentração, na memória e na aprendizagem.

Durante a infância existem importantes diferenças individuais na evolução das expressão dos ritmos biológicos que já se manifestavam até antes, durante e após o nascimento²³, mas estas diferenças são atenuadas quando as crianças começam a frequentar a escola. Verifica-se, assim, um nivelamento dos ritmos individuais de cada criança conforme a faixa etária, pois os seus ciclos de sono começam a ser de acordo com os horários escolares. Consta-se, também, que há uma maior duração do sono em dias não lectivos em relação aos dias lectivos. (Andrade & Lousada, 2002).

Segundo Menna-Barreto e Wey (2007), no final da década de oitenta surgiu o debate sobre a alta incidência de sonolência diurna em adolescentes, que envolveu pais e professores, e que até então estava ausente na literatura científica. Foram feitas várias investigações sobre esta problemática, das quais se concluiu que este atraso da fase de sono se devia à mudança dos sistemas de temporização, quer devido aos factores endógenos (características biológicas e fisiológicas), quer devido aos factores exógenos, estes últimos materializados pelos sincronizadores sociais (rotinas familiares, os horários escolares e o trabalho). Facilmente se verifica que os jovens tendem, cada vez mais, a ter menos horas de sono, devido aos inúmeros atractivos que a vida hoje proporciona (na rua, em casa, tv, internet, etc) e que os horários escolares continuam bastante exigentes.

4.2. As potencialidades do alargamento dos Tempos escolares

²³ Antes do nascimento, todos os ritmos biológicos do feto estão sincronizados pelos ritmos maternos (Hoppenbrouwers, *et al.*, 1978). Com o nascimento, há uma adaptação não só de ambientes mas dos sinais temporais, e é dentro desse novo universo temporal que se irá reorganizar a ritmicidade do bebé, como por exemplo o ciclo vigília/sono. (Sadeh, 2001).

A inclusão, no sistema de ensino, de modificações relativamente ao tempo escolar, promove o surgimento de outras questões, relacionadas quer com o conceito de curriculum, quer com o conceito de avaliação das aprendizagens efectuadas no tempo escolar. Num estudo sobre a avaliação do extra-curricular, Vilhena (1999), refere que

“na necessidade angustiante de acelerar o ritmo e não perder tempo com devaneios, como resultado da urgência do cumprimento do programa, deparamos com um panorama desequilibrado, caracterizado por uma grande incidência, nas actividades curriculares, de aprendizagens cognitivas e uma menor (ou quase nula) ênfase nas aprendizagens afectivas, que se delegam para as actividades extra-lectivas, sujeitas à causalidade da sua aquisição”(p.304).

Na opinião de Araújo (2009) as Actividades de Enriquecimento Curricular possibilitam o desenvolvimento das competências afectivas dos alunos. Segundo a autora, estas actividades, por decorrerem numa atmosfera mais informal, de maior proximidade com os alunos, permitem uma maior privacidade e promovem um ambiente mais lúdico e livre, propício à expressão e à manifestação de atitudes de satisfação e gosto pela escola. Todavia, estas competências só serão realmente concretizadas se as actividades forem desenvolvidas “com” os alunos e não apenas “para” os alunos, pois, segundo esta autora, as actividades desenvolvidas segundo os interesses das crianças dão espaço para que estas se sintam livres para se expressar e aprender. Ao contrário das actividades demasiado orientadas - e aqui estão incluídos também os TPC's - que provocam cansaço, quer físico quer psicológico, tal como elevados níveis de stress.

Outra mais valia decorrente do aumento do número de horas de permanência dos alunos na escola, mais especificamente através do Projecto “Escola a Tempo Inteiro”, é o princípio de igualdade de oportunidades para todos (Cunha, 2008). Todos os alunos, independentemente do seu extracto social ou capacidade financeira, podem aceder a um número de actividades que, até à aplicação do Despacho 12591/2006, estaria restrito apenas aos alunos cujas famílias podiam aceder financeiramente aos serviços de instituições particulares, onde teriam acesso a actividades de tempos livres tais como a música, actividades de expressão plástica, ou até mesmo da aprendizagem de uma língua estrangeira.

Tal como referem Cosme e Trindade (2007), a “Escola a Tempo Inteiro” dá a possibilidade “das crianças poderem usufruir de experiências e vivências pessoais e sociais significativas e gratificantes que constituam, só por si, uma oportunidade de formação integral para essa crianças” (p.70).

Outra potencialidade resultante destas medidas é o facto de corresponderem a uma necessidade social por parte das famílias que, assim, têm os seus educandos ocupados e entregues à guarda da escola enquanto os seus pais estão a trabalhar, e de forma gratuita. Outra potencialidade que é inerente a esta última é a partilha da educação das crianças entre a família e a escola. (Cosme & Trindade, 2007). Com a “Escola a Tempo Inteiro”, “a educação escolar assume maior relevância social porque, em primeiro lugar, as famílias estão juridicamente obrigadas a partilhar a educação das crianças com a escola, o que não só se deve ao mandato educativo que lhe é outorgado, como à articulação que se estabelece, hoje, entre os tipos de percursos escolares e o acesso ao mercado de trabalho” (p.48).

4.3. Os constrangimentos e vulnerabilidades do Projecto “Escola a Tempo Inteiro”

Não só o Projecto “Escola a Tempo Inteiro”, mas também toda a estrutura do tempo escolar têm sido alvo de discórdia entre os professores e restante comunidade escolar. Aumentar ou diminuir os tempos de permanência dos alunos na escola tem sido uma constante no quadro legislativo. Tal como regista Pintassilgo (2008), na primeira década do século XX surgia, na imprensa da altura, mais especificamente na “Revista Pedagógica” (p.5) o discurso de “pais impacientes com as traquinices dos filhos, desocupados dos trabalhos e da frequência escolar” (p.5). Como prever que este discurso se mantenha ainda tão actual? De acordo com (Araújo, 2009) há cada vez mais a preocupação dos adultos em manterem as crianças e os jovens ocupados com actividades “formativas organizadas pelos adultos, e com uma preocupação muito escolarizada, desvalorizando-se o brincar espontâneo como forma de interacção e de construção do conhecimento” (p.32). Por seu lado, Cunha (2008) considera que o acréscimo de actividades propostas aos alunos pela “Escola a Tempo Inteiro” significa mais trabalho e mais tarefas, o que é prejudicial aos alunos.

Ainda nesta perspectiva, Cosme e Trindade (2007) indicam dois tipos de vulnerabilidades do Projecto “Escola a Tempo Inteiro”: vulnerabilidades de natureza estruturante e vulnerabilidades de natureza conjuntural. Quanto ao primeiro tipo, os autores referem a “hiper-escolarização da vida das crianças” (p.15), a homogeneização das soluções encontradas pelas escolas a nível da oferta de actividades, e a rapidez da implementação do projecto. Quanto às vulnerabilidades de carácter conjuntural, são as que têm a ver com o tipo de gestão demasiado burocrática de todo o projecto, assim como com a “desqualificação profissional e social dos educadores envolvidos” (p.15).

A sobre ocupação dos tempos nos alunos, que lhes retira tempo para brincar e actividades de convívio, faz com que realizem essas actividades nos locais e nos tempos menos próprios, que são os tempos das aulas ou nas cantinas, ou à mesa do jantar etc, pois não resistem à pressão que lhes é colocada. (Araújo, 2009).

Foi nossa preocupação durante este capítulo descrever as teorias existentes sobre o conceito de Tempo e principalmente em torno do conceito de Tempo Escolar. Vimos como o Tempo escolar está revestido de complexidade e como não pode ser dissociado da sua função de regulador social e como está relacionado com a cultura de cada povo. Observamos que o Tempo escolar deverá ser visto como um sistema complexo que interfere na forma como estão elaborados os currículos. Através do quadro legal a nível dos Tempos Escolares verificamos que os tempos livres dos alunos são cada vez mais escassos e quais as consequências que esta situação lhes provoca. Decidimos assim, empreender uma investigação que nos permitisse averiguar “no terreno” alguns aspectos sobre o tempo escolar dos alunos.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA

1. Contexto da investigação e formulação da pergunta de partida

“O tempo escolar tem uma historicidade. Articula-se com a história da infância, com a história da família e se confunde com a própria história da educação”

Fernandes, 2008, p.7

O tempo escolar, tal como refere Fernandes (2008), não pode ser dissociado da história da infância, da família e da história da própria Educação. As crianças e jovens têm hoje em dia ao seu dispor uma grande diversidade de situações apelativas, tais como jogos diversificados, equipamentos electrónicos e de multimédia, acesso à internet, computadores, que não tinham há alguns anos atrás. O mundo competitivo de trabalho, e a própria evolução das sociedades, fazem com que as famílias sejam cada vez mais exigentes para com os seus filhos no sentido de aproveitarem a escola como um meio de alcançar uma vida melhor. É a escola que acaba por ser o espaço onde os alunos passam a maior parte do seu tempo diário enquanto os pais estão a trabalhar. Todavia, a “existência do tempo escolar (...) está associada à emergência do moderno sistema de ensino estatal.” (Correia, 2008, p.124).

A novas directrizes legislativas sobre os tempos escolares, mais especificamente com a implementação do Projecto “Escola a Tempo Inteiro” no 1º Ciclo, abordadas no Capítulo I deste trabalho, são bem o exemplo de como o sistema de ensino tenta responder às necessidades da sociedade. Também no 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico se registam modificações na legislação no sentido das escolas poderem oferecer cada vez mais actividades para ocupação plena dos horários dos alunos.

Perante esta concepção tão abrangente de tempo escolar, que tempo sobra aos alunos para o seu próprio tempo individual? Será que os alunos que estão mais ocupados com actividades têm melhores resultados escolares? Por outro lado, o grau de eficácia da realização das tarefas dependerá da boa ou má gestão do tempo individual dos alunos ou de outros factores que lhes são externos? Estas, e outras questões relacionadas com a oportunidade e a eficácia da ocupação do “tempo” dos alunos motivaram-nos para a realização do presente estudo. A nossa pergunta de partida foi formulada nos seguintes termos: “Será que os alunos do Ensino Básico fazem uma boa gestão do seu tempo?”

Para Quivy (1998), a pergunta de partida é a primeira etapa do procedimento científico. É a partir desta pergunta que vai surgir a segunda etapa do procedimento, a “exploração” e, através destas duas etapas, o investigador irá, tomando as palavras de Quivy, “romper com os preconceitos e as falsas evidências, que somente nos dão a ilusão de compreendermos as coisas.” (p.25). Foi nossa preocupação, respeitar os critérios de elaboração de uma boa pergunta de partida, que são a clareza, a exequibilidade e a pertinência. (Quivy, 1998).

Com o propósito de operacionalizar a problemática referida formulámos um conjunto de questões de investigação que nos permitiram detalhar as diferentes dimensões em que o estudo podia ser desenvolvido, mas também vislumbrar outras opções metodológicas que teriam que ser tomadas, nomeadamente a selecção e/ou construção de instrumentos de recolha de dados. As questões de investigação que enunciámos foram as seguintes:

- A frequência de actividades extra-curriculares dentro da própria escola interfere com o seu rendimento escolar dos alunos?
- Como é que os alunos ocupam os seus tempos livres?

- Será que o tempo dos alunos está tão preenchido que não lhes dá a possibilidade de terem os seus próprios tempos de lazer?
- Como organizam os alunos os seus tempos de estudo?
- Será que os alunos beneficiam verdadeiramente com a nova política educativa da “Escola a Tempo Inteiro”?

2. Mapa conceptual e reformulação da pergunta de partida

O mapa conceptual utilizado foi elaborado com base nas leituras efectuadas sobre o tema da “Gestão de Tempo Escolar”. Foram, então, clarificados os conceitos de “tempo” e de “tempo escolar”, considerados importantes para o enquadramento e compreensão do tema. Também foram definidas “dimensões”, “componentes” e os respectivos “indicadores”.

Por considerarmos que se adequava ao propósito da presente investigação, baseámo-nos no “Modelo de Tempo Escolar de Knight” (Pinto, 2001), oportunamente desenvolvido no âmbito do estudo que temos vindo a apresentar (pp 20-22). Trata-se de um modelo sistémico de organização do tempo, no qual estão contemplados os vários tempos que constituem o “tempo escolar”. Este modelo é composto pelo “Tempo da Macroestrutura”, que contempla o calendário escolar: ano, semana e jornada escolar; pelo “Tempo da Microestrutura”, que contempla os horários das aulas e das actividades escolares; e, ainda, pelo “Tempo Individual”, que contempla o tempo individual dos alunos e dos professores. Segundo o autor, estes tipos de “tempo” influenciam-se

mutuamente, mas também são influenciados por forças operacionais: as forças sociais, as forças históricas, as forças financeiras e as forças organizacionais.

Na concepção do estudo foram definidas duas dimensões: a dimensão “tempo escolar” e a dimensão “tempo extra-escolar”. A dimensão tempo escolar engloba as seguintes componentes: “gestão de tempo da microestrutura” e “gestão de tempo individual”; a dimensão tempo extra-escolar integra a componente “gestão de tempo individual”.

Foram considerados os seguintes indicadores da componente “gestão de tempo na microestrutura”: i) o número de horas lectivas; ii) as actividades extra-curriculares; iii) as actividades de complemento curricular; e iv) as aulas de apoio pedagógico.

Como indicadores da componente “gestão de tempo individual”, foram considerados os seguintes: i) as atitudes face ao estudo; ii) as atitudes face aos TPC’s; iii) as representações face aos TPC’s; iv) as representações face à gestão de tempo na aula; e v) as representações face à gestão de tempo na escola.

Quanto aos indicadores da componente “gestão de tempo individual”, foram consideradas: i) a tipologia das actividades de ocupação dos tempos livres; ii) o número de horas dispendidas nas actividades de tempos livres; e iii) as representações face à gestão do individual do tempo dos alunos (de que tempo os alunos sentem falta no seu dia a dia).

No Quadro 1 estão apresentadas as dimensões, componentes e indicadores que adoptámos no Mapa conceptual elaborado.

Quadro 1. Mapa conceptual

Dimensões	Componentes	Indicadores
Tempo escolar	Gestão de tempo da microestrutura	O número de horas lectivas;
		As actividades extra-curriculares;
	Gestão de tempo individual	As actividades de complemento curricular;
		As aulas de apoio pedagógico
Tempo extra-escolar	Gestão de tempo individual	A tipologia das actividades de ocupação dos tempos livres;
		O número de horas dispendidas nas actividades de tempos livres;
		As representações face à gestão do individual do tempo dos alunos (de que tempo os alunos sentem falta no seu dia a dia).

A partir deste Mapa Conceptual tomámos a decisão de reformular a pergunta de partida, pois considerámos que seria mais importante e interessante investigar quais as representações/opiniões que os alunos têm em relação à forma como gerem o seu tempo, do que nos limitarmos a confirmar se os alunos fazem uma boa gestão do seu tempo. A pergunta de partida para a nossa investigação passou a ser a seguinte:

- Quais são as percepções que os alunos do Ensino Básico têm em relação à forma como gerem o seu tempo?

3. O Modelo de Análise

Ao clarificarmos os conceitos no nosso mapa conceptual, e após a reformulação da pergunta de partida, passámos à construção do nosso modelo de análise teórico. Este modelo traduz o que se pretende investigar, pois, tal como refere Quivy (1998) “A problemática só chega realmente ao fim com a construção do modelo de análise” (p.148).

O Modelo de Análise que utilizámos (Figura 2) tem por base o modelo de Tempo Escolar de Knight (Pinto, 2001) mas adaptado à nossa problemática. Trata-se de um modelo que utiliza conceitos sistémicos, materializados nas componentes (Quivy, 1998), tais como a gestão de tempo individual, a gestão de tempo da microestrutura e a gestão de tempo na macroestrutura. Estas componentes são influenciadas pelas Forças Organizacionais, que correspondem à legislação sobre o Tempo escolar. Por fim, as interações que se estabelecem entre as componentes influenciam também as Dimensões Escolar e Extra-Escolar do conceito de Tempo.

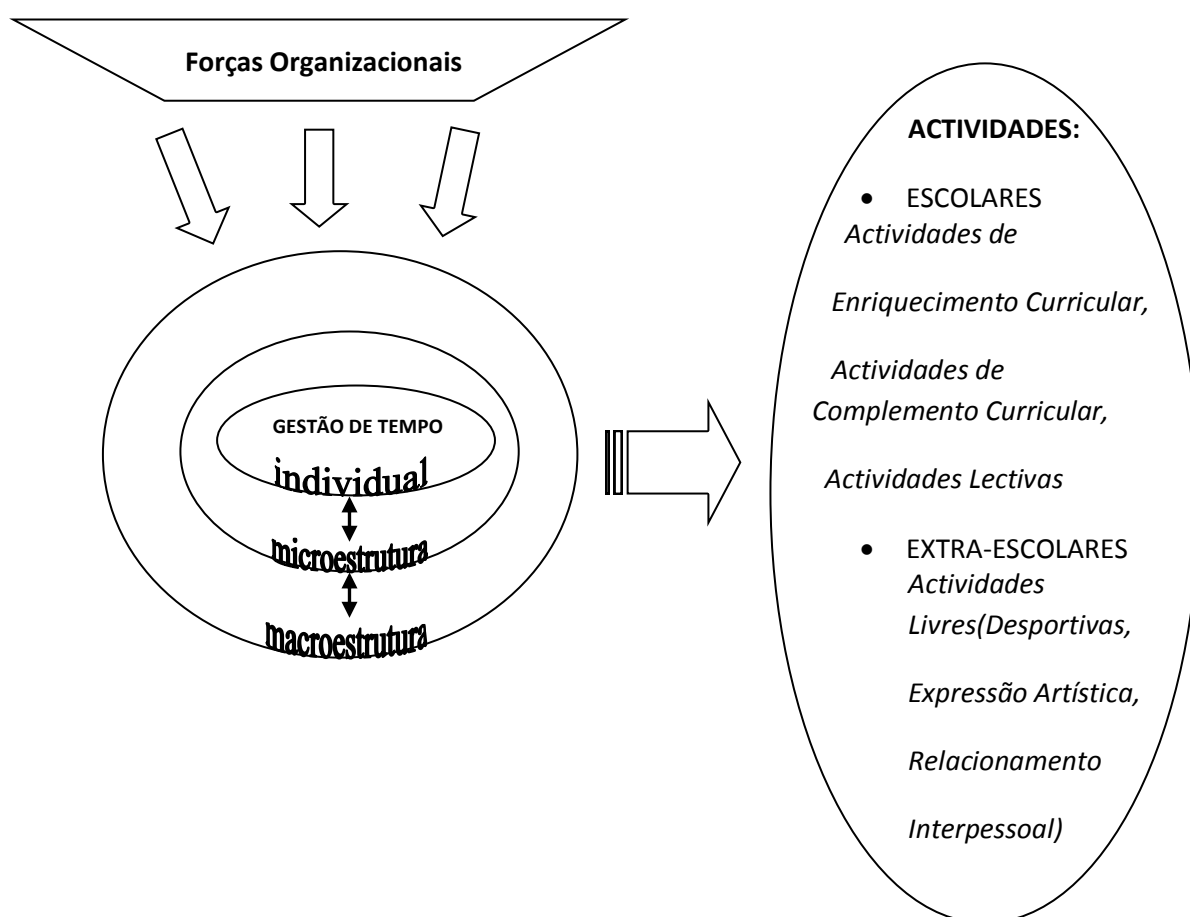


Figura 2. Modelo de análise

4. Objectivos da Investigação

Com base no Modelo de Análise apresentado no ponto anterior, definimos como principal objectivo da nossa investigação:

- Verificar quais as percepções/representações que os alunos do Ensino Básico têm sobre a gestão do seu tempo.

Estipulámos também os seguintes objectivos específicos:

- a) Avaliar a forma como os alunos do Ensino Básico ocupam o seu tempo (Tempo da Microestrutura e Tempo Individual).
- b) Identificar os tempos individuais extra – aula de dedicação ao estudo e realização de TPC's (Tempo Individual).
- c) Aferir quais as percepções que os alunos do Ensino Básico têm sobre a gestão do tempo (Tempo da Microestrutura e Tempo Individual).
- d) Verificar a influência dos factores organizacionais (Forças Organizacionais) nos tempos individuais dos alunos, dentro do Tempo da Microestrutura (que comporta os horários das aulas e das actividades) que, por sua vez, não pode estar dissociado do Tempo da Macroestrutura (jornada, semana e ano escolar).

5. Opções Metodológicas

O trabalho desenvolvido enquadra-se num estudo exploratório, que pretende levar a uma melhor compreensão da problemática definida. Optámos por realizar um estudo exploratório, porque os “estudos exploratórios são usados quando pouco se conhece o assunto, e se pretende conhecer melhor os fenómenos em causa ou descobrir novas ideias a respeito dos mesmos, sendo frequente as suas conclusões gerarem hipóteses para pesquisas futuras” (Cervo & Bervian, 1996, p.49).

Tratou-se, ainda, de um estudo misto, em que foram utilizadas, em simultâneo, metodologias qualitativas e quantitativas. Tal como referem Johnson e Onwuegbuzie (2004), “*mixed methods research is formally defined here as the class of research where the researcher mixes or combines quantitative and qualitative research techniques, methods, approaches concepts or language into a single study.*” (p.17). Neste caso, e de acordo com os objectivos que pretendíamos alcançar, construímos um Inquérito por Questionário, uma Grelha de Observação e uma Entrevista, que foram aplicados a diferentes amostras de sujeitos. Oportunamente procederemos à caracterização das respectivas amostras, bem como à apresentação, detalhada, de cada um dos instrumentos de recolha de dados utilizados.

6. Campo de estudo e amostra

A presente investigação tomou como objecto de estudo alunos pertencentes ao Ensino Básico. Como seria difícil realizar uma investigação que englobasse toda a população de alunos que frequentam o Ensino Básico, foi nossa opção proceder à observação dos alunos pertencentes a um Agrupamento Vertical de Escolas – o Agrupamento de Escolas de Vila do Bispo.

Este Agrupamento está localizado no Concelho de Vila do Bispo. Trata-se de um concelho situado na extremidade sudoeste de Portugal Continental e da Europa, o que lhe confere uma singularidade geográfica significativa.

As características ambientais do Concelho, únicas a nível nacional e europeu, designadamente uma orla costeira preservada, associada a uma paisagem e cultura rurais tradicionais, foram salvaguardadas com a criação, em 1988, da Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, através do Dec. Lei nº 241/88, de 7 de Julho. O reconhecimento da importância ambiental e ecológica desta zona foi reforçado pela elevação desta área, em 1995, à categoria de Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, através do D. R. nº 26/95, de 21 de Setembro, integrando-se actualmente com este estatuto na Rede Nacional de Áreas Protegidas.

Ao nível europeu, o valor ambiental desta zona encontra-se igualmente reconhecido, integrando-se na Rede Europeia para a Conservação da Natureza, na Rede Natura 2000 (95% do concelho) como Zona Especial para a avifauna (ZPE) da Costa Sudoeste, no âmbito da Directiva Habitats (Directiva nº 92/43/CEE).

No Concelho de Vila do Bispo existem estabelecimentos de educação Pré-Escolar e Ensino Básico. Não existem instituições vocacionadas para o Ensino Secundário, Superior e Profissional.

Existem sete escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, verificando-se que, desde 2004 até ao início do ano de 2008/09, foram encerradas duas escolas por haver um reduzido número de alunos matriculados. Neste Ciclo desenvolvem-se actividades de enriquecimento curricular, embora, em algumas das escolas, não existam espaços adequados para estas actividades.

No estudo realizado foram utilizadas duas amostras. A primeira amostra, que passamos a designar de Amostra 1, a quem foi aplicado um “Inquérito por Questionário” que apresentaremos oportunamente, integra 279 alunos pertencentes aos três ciclos do Ensino Básico (do 3º ano até ao 9º ano de escolaridade). A segunda Amostra, que designaremos de Amostra 2, é composta por 45 sujeitos, engloba alunos pertencentes a todos os anos de escolaridade (desde o 1º ao 9º ano de escolaridade), e foi-lhes solicitado que preenchessem uma “Grelha de Registo de Ocupação dos Tempos Individuais”; foi igualmente a estes sujeitos que foram realizadas “Entrevistas Colectivas” (por grupos).

6.1. Caracterização dos Sujeitos da Amostra 1

A constituição da amostra seguiu o “Método da Amostragem por Grupos²⁴” e contém alunos que frequentam desde o 3º ao 9º ano de escolaridade.

Quanto ao facto de o Questionário não ter sido aplicado aos alunos do 1º e do 2º Ano de Escolaridade, prende-se, essencialmente, ao facto destes alunos ainda não terem adquirido bem as noções básicas da compreensão da Língua Portuguesa, o que iria dificultar bastante o preenchimento do Questionário.

Nas Tabelas seguintes estão descritas as características da Amostra 1, especificamente o número de alunos por idade (Tabela 1), por género (Tabela 2), por ano de escolaridade (Tabela 3) e, ainda, a existência de casos de reprovação e/ou multi-reprovação (Tabela 4).

A Tabela 1, revela-nos que a amostra é constituída por alunos com idades compreendidas entre os 8 e os 16 anos.

Tabela 1. Idade dos alunos pertencentes à Amostra 1

IDADE	Nº DE ALUNOS	PERCENTAGEM (%)
8 Anos	21	7,5
9 Anos	33	11,8
10 Anos	30	10,8
11 Anos	38	13,6
12 Anos	43	15,4
13 Anos	38	13,6
14 Anos	36	12,9
15 Anos ou mais	40	14,3
TOTAL	279	100,0

²⁴ Segundo Almeida & Freire , a amostragem por grupos, não caracteriza os indivíduos singulares mas grupos em que a população se encontra organizada , como por exemplo os distritos de um país ou as turmas de um dado ano de escolaridade.(2007)

A Tabela 2 fornece-nos informações sobre a percentagem de alunos distribuídos pela variável Género. Dos 279 alunos que compõem a amostra, 51,6% são do género feminino e 48,4% dos alunos são do género masculino.

Tabela 2. Género dos alunos pertencentes à Amostra 1

GÉNERO	Nº DE ALUNOS	PERCENTAGEM (%)
Feminino	144	51,6
Masculino	135	48,4
TOTAL	279	100,0

A tabela 3 revela que a amostra é constituída por 16,5% de alunos que frequentam o 3º ano de escolaridade, por 11,1% de alunos que frequentam o 4º ano de escolaridade, por 12,5% de alunos que frequentam o 5º ano de escolaridade, por 13,3% de alunos que frequentam o 6º ano de escolaridade, por 17,2% de alunos que frequentam o 7º ano de escolaridade, por 11,1% de alunos que frequentam o 8º ano de escolaridade e, ainda, por 18,3% de alunos que frequentam o 9º ano de escolaridade.

Tabela 3. Percentagem de alunos que pertencem à Amostra 1 por Ano de Escolaridade

IDADE	Nº DE ALUNOS	PERCENTAGEM (%)
3º Ano	46	16,5
4º Ano	31	11,1
5º Ano	35	12,5
6º Ano	37	13,3
7º Ano	48	17,2
8º Ano	31	11,1
9º Ano	51	18,3
TOTAL	279	100,0

Quanto aos alunos com situações de reprovação, como podemos ver pela Tabela 4, dos 279 alunos pertencentes à amostra, 23,7% já reprovaram em algum ano de escolaridade. Convém acrescentar que destes 23,7%, 7,2 % (ou seja, 20 alunos), são casos de multi-reprovação.

Tabela 4. Percentagem de alunos com reprovação em algum ano de escolaridade

REPROVAÇÃO	Nº DE ALUNOS	PERCENTAGEM
Sim	66	23,7
Não	213	76,3
TOTAL	279	100,0

6.2. Caracterização dos Sujeitos da Amostra 2

Para procedermos à recolha das informações respeitante à “Grelha de Registo de Ocupação dos Tempos Individuais dos Alunos”, tornou-se necessário proceder à definição do grupo de sujeitos ao qual este instrumento seria aplicado. Através do processo de amostragem estratificada, ou seja “quando a população está estratificada por grupos homogéneos com respeito à característica que se estuda, e que dentro de cada estrato os sujeitos são retirados ao acaso simples ou sistemático” (Almeida & Freire, 2000, p.115), foram seleccionados 45 alunos provenientes de todas as turmas do Ensino Básico. O processo utilizado consistiu, em primeiro lugar, em seleccionar de forma aleatória simples uma turma de cada ano de escolaridade do Ensino Básico (do 1º Ano até ao 9º Ano). Segundo Almeida & Freire (2007), o método de amostragem aleatório simples é a modalidade que alcança maior rigor científico, pois possibilita que qualquer

indivíduo tenha a mesma probabilidade de integrar uma amostra e que a saída de um indivíduo não afecta a probabilidade da saída dos restantes. Em seguida seleccionámos novamente de forma aleatória simples 5 alunos de cada turma. Tal como referimos anteriormente, também foi a estes sujeitos que aplicámos a Entrevista colectiva, outro dos instrumentos de recolha de dados utilizados na presente investigação.

7. Técnicas e instrumentos de recolha de dados

7.1. O inquérito por questionário

Lessard-Hébert (1996) explicita que “o inquérito é uma maneira indirecta de recolher dados sobre a realidade. Através do inquérito poderemos obter respostas que exprimam percepções ou opiniões sobre acontecimentos, sobre outras pessoas ou sobre si próprio, ou então que permitam supor que os sujeitos apresentam capacidades, comportamentos ou processos que não poderiam ser observados ao vivo” (p.100).

A nossa opção em escolher o inquérito por questionário como um dos instrumentos a utilizar no presente estudo, deveu-se, essencialmente, à possibilidade de obter mais informação junto de uma amostra alargada, num espaço de tempo reduzido.

Ao construirmos o inquérito por questionário, o nosso principal objectivo foi recolher dados sobre:

- Atitudes/comportamentos dos alunos em relação à gestão do seu tempo (frequência de actividades de tempos livres na escola e extra-escola, atitudes face ao estudo e realização de TPC's);

- Opiniões/representações dos alunos sobre a gestão de tempo;
- Opiniões/representações sobre a frequência de actividades extra-curriculares;
- Opiniões/representações sobre os TPC's.

A utilização deste instrumento facultou uma recolha de informações transversal, pois permitiu traçar um panorama dos hábitos dos alunos do Ensino Básico num determinado momento.

7.1.1. Processo de construção do inquérito por questionário

No processo de construção do inquérito por questionário, optámos pela utilização de itens de escolha múltipla e, predominantemente, fomentando respostas fechadas.

Tentámos respeitar as regras de construção dos itens tendo em atenção os enviesamentos, a sequência e a clareza, e procurámos construir um questionário que fosse adequado não só aos objectivos da investigação como também, adequado à natureza da população.

De acordo com as dimensões a avaliar o Inquérito por Questionário ficou com a seguinte estrutura: primeiramente com um conjunto de questões relacionadas com a caracterização da amostra que contemplam dados sobre a idade, género, ano de escolaridade, reprovação em algum ano de escolaridade e casos de multi-reprovação. O questionário apresenta ainda conjuntos de questões distribuídas pelas componentes: “Gestão de Tempo na Microestrutura”, “Gestão de Tempo Individual na escola” e

“Gestão de Tempo Individual extra-escola”. Na componente “Gestão de Tempo na Microestrutura” estão inseridas questões relacionadas com a frequência de aulas de apoio na escola, com a frequência de actividades livres na escola, com a frequência de modalidades do Desporto escolar (nº de modalidades e nº de horas semanais dispendidas nessas actividades).

Na componente “Gestão de Tempo Individual na escola” estão contempladas questões sobre a forma de ocupação dos tempos livres na escola, as representações/opiniões que os alunos têm sobre os TPC’s, local de realização dos TPC’s, atitudes dos alunos face aos TPC’s, representações/opiniões que os alunos têm sobre as actividades de tempos livres na escola, representações/opiniões que os alunos têm face à ocupação do tempo das aulas e do tempo na escola, disciplinas às quais é dedicado mais tempo de estudo, formas de organização do tempo de estudo, formas de organização do tempo na escola e ainda representações/opiniões face à ocupação dos tempos livres na escola.

Por último, a componente “Gestão do Tempo Individual extra-escola” contempla questões sobre a frequência de actividades de tempos livres extra-escola (número de horas semanais dedicadas a essas actividades e dias da semana em que ocorrem) e, finalmente, opiniões dos alunos sobre que tipo de tempo sentem falta no seu dia a dia.

7.1.2. Processo de validação do inquérito por questionário

Para validar o nosso Inquérito por Questionário construímos dois instrumentos para entregar a Especialistas da área das Ciências da Educação. Foram contactados, em primeiro lugar através de contacto pessoal para aferir a disponibilidade em aceitar a

nossa solicitação, e acederam ao nosso pedido um Especialista na Área da Supervisão Pedagógica, um Especialista em Investigação e outro Especialista na área da Psicologia da Educação com experiência profissional ligada ao ensino. Foram também contactados, e acederam também ao nosso pedido, três professores em exercício de funções no Ensino básico, dois deles com experiência em Direcção Executiva e todos com mais de vinte anos de experiência profissional.

Construímos então um instrumento para aferir a validade externa da estrutura geral do questionário (Anexo 1) e outro instrumento para aferir a sua validade externa dos diferentes itens do Questionário (Anexo 2). Por validade externa, neste contexto, entende-se a sua ligação à prática, o seu poder preditivo (Almeida & Freire, 2001).

Quando recebemos as respostas da avaliação feita pelos Especialistas constatámos que, pelo número de críticas e sugestões sugeridas, o nosso Questionário não tinha sido validado. Voltámos então a reformular o Questionário, tendo em conta as críticas recebidas e aplicando as sugestões dos Especialistas.

O processo de reformulação do Questionário consistiu na elaboração de um novo instrumento de recolha de informações, diminuindo o número de questões, tornando a linguagem utilizada mais acessível aos vários escalões etários, alterando o tipo de letra utilizada e, ainda, acrescentando algumas questões sobre a gestão do tempo no dia a dia dos alunos, nas aulas e na escola.

Tomámos, então, a decisão de construir dois instrumentos: Questionário 1 – Para o 1º Ciclo e Questionário 2 – Para o 2º e 3º Ciclos. Os Instrumentos que construímos, já com as alterações efectuadas, foram novamente enviados para análise dos Especialistas,

acompanhado dos instrumentos de validação para cada Questionário utilizando a mesma estrutura que utilizámos no 1º instrumento de validação do questionário.

Quando recebemos as respostas dos Especialistas, verificámos com agrado que os Questionários tinham sido validados.

Decidimos realizar um pré-teste do Instrumento a um grupo restrito de sujeitos de modo a verificar a sua inteligibilidade, a clareza e a extensão. Almeida e Freire (2001) salientam a importância da realização de um pré-teste, de forma a avaliar a exequibilidade do instrumento.

Para procedermos à recolha das informações com o objectivo de validar os instrumentos construídos (Questionário 1 – 1º Ciclo, e Questionário 2 – 2º e 3º Ciclos) criámos uma situação manipulada para administrarmos a prova (Ketele & Rogiers, 1993). A amostra de sujeitos era constituída por 35 alunos pertencentes a todos os anos de escolaridade do Ensino Básico (cinco alunos por cada ano de escolaridade).

A aplicação do Questionário aos grupos de alunos referidos, revelou-se profícua para a continuação da elaboração dos instrumentos, pois foi bastante importante para testar se o questionário era ou não claro e perceptível. As diferenças de atitudes dos grupos foram notórias. Enquanto os alunos do 3º, 4º e 5º ano revelaram algumas dificuldades em perceber algumas questões e palavras dos Questionários, os alunos do 6º (2º ciclo) e os alunos do 3º ciclo não revelaram dúvidas no seu preenchimento. Baseados neste pré-teste, decidimos reformular mais uma vez os Questionários de forma a colmatar as dificuldades sentidas aquando da sua aplicação.

Uma vez que os alunos do 5º Ano, tal como os alunos do 3º e 4º Ano, também tinham tido alguma dificuldade na compreensão de alguns aspectos do Questionário, decidimos

reformular os dois questionários, mantendo a mesma estrutura simplificada (apesar dos alunos do 6º ao 9º Ano não terem revelado dificuldades) mas alterando alguns aspectos onde se registaram dificuldades.

Construímos a Versão final dos Instrumentos tendo por base todas estas alterações, construímos o Questionário 1 – destinado aos alunos do 1º Ciclo (Anexo 3) e o Questionário 2 – destinado aos alunos do 2º Ciclo (Anexo 4).

O Questionário foi submetido à aprovação da DGIDC, o qual recebeu resposta positiva.

7.1.3. A aplicação do inquérito por questionário

Foi adoptado um procedimento padrão que consistiu na aplicação colectiva dos questionários em contexto de sala de aula. Após a obtenção da permissão e autorização dos Encarregados de Educação dos alunos e dos Professores das turmas, assim como da autorização do Conselho Executivo e Conselho Pedagógico do Agrupamento, foi explicado aos alunos que se tratava de um estudo com o objectivo de avaliar a forma como os alunos fazem a gestão do seu tempo e a sua relação com a escola e tarefas escolares. De seguida, acrescentaram-se informações apenas restritas à forma como deveria ser preenchido o Questionário: responder a todas as questões e não deixar nenhum item em branco, responder individualmente e, em caso de dúvida, procurar esclarecer junto do responsável pela aplicação. Também se informou, mais uma vez, que as respostas seriam tratadas estatisticamente e que os Questionários seriam anónimos.

Foram respondidos 279 questionários, não se registrando na sua aplicação grandes dificuldades no seu preenchimento. O tempo médio de resposta dos questionários foi de 30 minutos.

7.1.4. Procedimentos de análise dos dados recolhidos

Após o preenchimento dos questionários, executámos os seguintes procedimentos para analisar os dados recolhidos: a) Elaboração de uma base de dados com o Programa SPSS envolvendo todos itens do Questionário; b) Inserção dos dados referentes às respostas dadas nos questionários; c) Elaboração de quadros (por agrupamento e por ciclo: 1º, 2º e 3º) com o registo da frequência das respostas e percentagens com recurso aos comandos de análise estatística descritiva do SPSS; d) Elaboração de Gráficos com recurso ao programa EXCEL, referentes a todos os itens dos questionários (por agrupamento e por ciclo: 1º 2º e 3º).

Com este procedimento, todos os dados recolhidos através das respostas dadas no questionário foram observados e sujeitos a uma análise quantitativa – estatística descritiva, pois foram registadas as frequências e as percentagens referentes a essas respostas.

7.2. Grelha de Registo da Ocupação dos Tempos Individuais de cada aluno

De modo a conseguir atingir de forma mais abrangente os objectivos da nossa investigação, tentámos estudar “a realidade sem a fragmentar e sem a descontextualizar”, partindo, sobretudo, “dos próprios dados, e não de teorias prévias, para os compreender ou explicar” (Almeida & Freire, 2007, p.110). Houve, então, a necessidade de construir um instrumento de observação (qualitativo) que permitisse uma maior diversidade de dados recolhidos num determinado espaço e num determinado tempo. Optámos por construir uma grelha de observação sistemática, ainda que com características muito específicas, que permitiria o registo da frequência de determinados comportamentos por unidade de tempo, e/ou por actividades típicas. Segundo, Léssar-Hébert (1996) a Observação Sistemática é uma técnica de recolha de dados que pressupõe que o/os comportamentos a observar sejam predeterminados pelo observador. A especificidade desta Grelha consiste no facto de ser o próprio sujeito da investigação a registar o comportamentos e a frequência desses mesmos comportamentos, que serão posteriormente avaliados pelo investigador.

Com a utilização deste instrumento, que designámos de “Grelha de Registo da Ocupação dos Tempos Individuais dos Alunos”, pretendemos observar a forma como os alunos do Ensino Básico ocupam o seu tempo durante as vinte e quatro horas do dia, e durante uma semana, verificando o tipo de actividades e o número de horas dispendidas em cada actividade, e nas dimensões em estudo: “Tempo Escolar” e “Tempo Extra-Escolar”.

A Grelha de Registo de Ocupação dos Tempos Individuais dos Alunos (Anexo 5) consiste numa Tabela de dupla entrada, onde, no eixo horizontal, constam todos os dias da semana (de domingo a segunda-feira), e no eixo vertical constam as vinte e quatro horas do dia. As restantes células encontram-se em branco, para que os sujeitos

registem, em forma de resposta aberta, todas as actividades com as quais ocuparam o seu tempo durante todos os dias da semana e a todas as horas.

Foi solicitado aos alunos e encarregados de educação que as grelhas fossem preenchidas com a maior veracidade possível, pois só assim o estudo teria validade. Cada coluna da Grelha seria preenchida no dia posterior à ocorrência dos comportamentos (p.e., na terça-feira seria preenchida a coluna referente à segunda-feira, e na quarta-feira seria preenchida a coluna referente à terça-feira).

O grau de condicionamento da recolha de informações era dispare entre os alunos do 2º e 3º Ciclos, quando comparados com os do 1º Ciclo. Enquanto que no primeiro grupo de alunos a recolha era uma situação criada, pois foram estipulados momentos em vários dias para o preenchimento das grelhas na escola sede (situação *de recolha artificial de informações*), os alunos do 1º ciclo preenchiam as grelhas tranquilamente em casa ou noutra local, em situações decididas pelos Encarregados de Educação (situação de recolha natural de informações).

O Preenchimento destas Grelhas, em todos os grupos, constituiu uma situação de recolha de informações “não manipulada” pois os alunos ou Encarregados de Educação que iriam preencher as Grelhas iriam fazê-lo de forma livre, tinham espaços em branco onde poderiam escrever as várias formas de ocupação do tempo.

Foi elaborada uma calendarização para o Preenchimento das Grelhas (Anexo 6).

Depois de recebidas todas as autorizações (Anexo 7) dos Encarregados de Educação dos alunos envolvidos, assim como da Comissão Executiva e Conselho Pedagógico para a realização deste estudo, contactámos com os Professores das várias turmas de forma a seleccionar quais os horas e os locais mais adequados para o preenchimento das grelhas

referentes aos alunos do 2º e 3º Ciclos. Quanto aos alunos pertencentes ao 1º Ciclo, as grelhas foram entregues aos Encarregados de Educação para serem preenchidas por eles em todos os dias da semana.

As Grelhas de Ocupação dos Tempos Individuais de cada Aluno foram preenchidas durante uma semana consecutiva e incluíam todas as horas do dia e todos os dias da semana.

Durante o preenchimento das Grelhas não se registaram dúvidas, e todas as grelhas foram preenchidas na sua totalidade. No entanto, há a registar que os alunos pertencentes aos anos de escolaridade mais elevados, 7º, 8º e 9º Ano, revelaram inicialmente alguma ansiedade pelo tempo que demorariam no preenchimento das Grelhas. Alguns alunos referiam que tinham pouco tempo livre na escola.

7.2.1. Procedimentos de análise dos dados recolhidos

Para Ketele e Roegiers (1993) “as estratégias de tratamento da informação são múltiplas e muito variáveis consoante os diferentes métodos de recolha de informações. Muitas vezes consiste numa estratégia compósita com várias componentes...” (p.247). Seguindo este pressuposto, foi nossa opção utilizar vários procedimentos para analisar os dados obtidos nas Grelhas. Primeiramente depois de uma observação e análise exhaustiva de todas as grelhas (45), optámos por elaborar uma lista que continha todas as actividades registadas o que resultou em quarenta e nove (49) formas de ocupação do tempo dos alunos. Para facilitar a análise codificámos todas as formas de ocupação do tempo com um número (do 1 ao 49) (Anexo 8). Verificámos, no entanto, que o elevado

número de ocupações do tempo enumeradas dificultava a análise dos resultados, o que nos levou a optar por uma reorganização dos dados recolhidos em categorias, de modo a tornar mais eficaz a sua análise. Com esta reformulação obtivemos dez (10) categorias, correspondentes às diversas ocupações do tempo enumeradas e que passamos a apresentar: 1) Dormir; 2) Aulas (aulas, actividade física-desportiva extra-curricular, inglês, actividades religiosas, aula de música, frequência de outra escola ou para “explicações da matéria dada, ou escola privada; 3) Alimentação; 4) Deslocações; 5) Higiene pessoal; 6) Brincar/Actividades de Convívio (ir para casa dos amigos, andar de patins, andar de bicicleta, tratar dos animais de estimação, jogar à bola com os amigos, jogar matraquilhos, andar de skate, namorar, ir à praia, conversar com os amigos, Desenhar/pintar, ir ao cinema, ouvir música); 7) actividades de tempos livres extra-escola (actividades físicas extra-escola, participação em provas desportivas, actividades de Tempos livres extra-escola); 8) Âmbito familiar (passear com os pais, ir às compras com os pais, consultas médicas, conversar com a família, estar no local de emprego dos pais, arrumar a casa, ir ao café, ir para a casa dos avós); 9) Estudo/TPC’s (estudar, ler, ir à biblioteca, fazer TPC’s); 10) Equipamento electrónico (ver televisão, jogar computador, computador – MSN, computador – Hi5, Computador SIMS, jogar computador, jogar PSP, Internet – Youtube).

Com a reestruturação da lista das Ocupações do tempo, procedemos à elaboração de novas tabelas e gráficos por aluno, por ano de escolaridade , por ciclo de ensino e por agrupamento.

7.3. A entrevista

“A entrevista é um método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupos, com várias pessoas seleccionadas cuidadosamente, a fim de obter informações sobre factos ou representações, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspectiva dos objectivos da recolha de informações”(Ketele & Rogiers, 1993, p.22).

A nossa opção em utilizar a entrevista como instrumento de recolha de dados deveu-se ao facto de pretendermos aprofundar junto dos mesmos sujeitos (Amostra 2) as informações relativas às dimensões que tinham sido obtidas através da observação (Grelha de Registo de Ocupação dos Tempos Individuais dos Alunos).

Através da realização das entrevistas pretendíamos, mais especificamente,

- a) Reconstituir a acção desenvolvida durante a semana, ou seja, com que actividades ocuparam os alunos a sua semana, durante as vinte e quatro horas do dia;
- b) Analisar as opiniões que os alunos têm em relação à forma como fazem a sua gestão de tempo;
- c) Analisar a forma como os alunos reagem em relação aos TPC's, ao “estudo”, e à falta (ou não) de tempo.

Quanto ao método, escolhemos realizar entrevistas semi-dirigidas, porque este tipo de entrevistas permite uma maior liberdade de expressão aos sujeitos, pelo que teríamos

apenas algumas perguntas previstas, que permitiam alcançar os objectivos traçados, e que lançaríamos como referência. Tal como Quivy (1998) recomenda “o investigador esforçar-se-á simplesmente por reencaminhar a entrevista para os objectivos cada vez que o entrevistado deles se afastar e por colocar as perguntas às quais o entrevistado não chega por si próprio no momento mais apropriado e de forma tão natural quanto possível” (p.193).

As entrevistas foram realizadas na semana posterior ao preenchimento das Grelhas de Registo da Ocupação dos Tempos Individuais.

As entrevistas seriam feitas em grupo (grupos de cinco alunos distribuídos por ano lectivo), pois considerámos que, assim, seriam promovidas as interacções entre os sujeitos, o que facilitaria a enumeração de factos precisos, e traria ao estudo maior riqueza de informação.

No caso dos alunos dos 1º e 2º anos de escolaridade, estes foram seleccionados pelos Professores Titulares de Turma.

Foi elaborado um Guião para a realização das entrevistas (Anexo 12). Este Guião é composto por dois conjuntos de questões. O primeiro é destinado aos alunos do 1º Ciclo, com questões mais específicas sobre o seu dia a dia – o que é que os alunos pensam sobre a escola (se gostam ou não de andar na escola); o que é que os alunos pensam sobre os TPC’s, (se gostam de realizá-los, se têm tempo para os realizar, motivos porque não realizam os TPC’s); como é que ocupam o seu dia a dia na escola e fora da escola (com que actividades, a brincar com o quê?); se os alunos têm tempo para realizar todas as actividades que gostam e querem, ou se têm falta de tempo e porquê;

ainda outra questão sobre o tempo dedicado à família e aos amigos (se têm tempo para estar/conversar com a família e os amigos e porquê).

Quanto às Questões destinadas aos alunos do 2º e 3º Ciclos, optámos por elaborar duas questões principais: em primeiro lugar qual a opinião dos alunos sobre a forma como ocupam o tempo durante a semana, e a segunda pretendia recolher a opinião dos alunos sobre a forma como gerem o seu tempo, e se consideram que dispõem de tempo para realizar tudo o que querem.

As entrevistas foram gravadas em áudio após obtida autorização dos próprios alunos, encarregados de educação, professores titulares de turma e directores de turma, assim como do Conselho Pedagógico e Direcção Executiva do Agrupamento.

7.3.1. Procedimentos de análise dos dados recolhidos

Para procedermos à análise dos dados recolhidos através das entrevistas (nove entrevistas de grupo), primeiramente ouvimos atentamente as gravações áudio e, posteriormente, transcrevemo-las (Anexo 13). No processo de categorização que desenvolvemos na fase seguinte utilizámos o Guião da Entrevista como um quadro prévio de categorização, tendo assumido os blocos temáticos da entrevista como categorias de análise. Desta forma, as categorias de análise consideradas foram as que passamos a enumerar:

- Representações sobre a ocupação do tempo na escola – integra observações/opiniões dos alunos em relação à forma como estes aproveitam os tempos livres na escola;

- Atitudes face aos TPC's – inclui representações/opiniões dos alunos em relação aos TPC's, atitudes destes quando há TPC's para fazer, local de realização dos TPC's, etc;
- Formas de ocupação do tempo livre (escolar e extra-escolar) – engloba respostas relacionadas com a frequência de actividades desportivas, de tempos livres e de convívio em meio escolar e extra-escolar;
- Organização/Gestão do tempo de estudo autónomo – contém respostas relacionadas com formas e métodos de estudo autónomo, disciplinas às quais é dedicado mais tempo de estudo, hábitos de estudo, assim como a frequência destas atitudes;
- Organização/gestão do tempo na escola – abrange referências relacionadas com a forma como os alunos fazem a gestão do seu tempo na escola, se aproveitam bem o tempo na escola, se precisam de algum tempo ou não;
- Representações face à gestão do tempo – relaciona-se com todo o tipo de respostas que indiquem modos de organização/atitudes dos alunos face ao seu tempo individual.

Com base nesta categorização foram elaborados quadros onde estão organizadas as asserções incluídas em cada uma das categorias de análise referidas e que se constituíram nos dados que utilizámos no processo de análise e de discussão dos resultados.

CAPÍTULO III

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Introdução

De acordo com Johnson e Owuegbuzie (2004), a utilização de metodologias mistas – que combinam procedimentos de natureza qualitativa e quantitativa –, constitui uma tentativa de “legitimar o uso de múltiplas abordagens para responder às questões da investigação e não uma tentativa de restringir as escolhas ou opções do investigador” (p.17). Segundo estes autores, o objectivo de misturar as duas metodologias não é testar o conhecimento, mas sim expandir esse mesmo conhecimento. Tendo em conta estes aspectos, foi nossa opção proceder a uma triangulação dos resultados e, desta forma, iremos, simultaneamente, utilizar a apresentação dos dados quantitativos resultantes da aplicação do inquérito por questionário e da grelha de observação, mas também dos dados qualitativos apurados nas entrevistas efectuadas.

O modelo de Tempo Escolar proposto por Knight (1991), que serviu de linha orientadora da nossa investigação e do nosso modelo de análise, será o ponto de partida para a apresentação dos resultados.

Decidimos realizar a apresentação e discussão dos resultados em dois pontos distintos. Numa primeira fase apresentaremos os resultados obtidos através do inquérito por questionário, tendo como referência os blocos correspondentes às componentes do nosso mapa conceptual. Recordemos que o primeiro bloco se refere à “Gestão de tempo na Microestrutura”, e corresponde aos seguintes pontos do inquérito por questionário: i) frequência de aulas de apoio na escola; ii) frequência de actividades de tempos livres na escola; iii) frequência de actividades do desporto escolar. O segundo bloco corresponde à “Gestão de Tempo Individual na Escola” e corresponde aos seguintes questões do

inquérito: i) como aproveitas o tempo livre na escola? ii) o que pensas dos TPC's?; iii) local de realização dos TPC's; iv) atitudes face aos TPC's; v) o que pensas das actividades de tempos livres na tua escola?; vi) ocupas bem o tempo das aulas?; vii) ocupas bem o tempo na escola?, Quais são as disciplinas às quais dedicas mais tempo de estudo?, Como organizas o teu tempo de estudo?, Como organizas o teu tempo na escola?, Aproveitas bem o tempo livre na escola? Relativamente ao terceiro bloco, este corresponde à Gestão de Tempo individual extra-escola e operacionaliza-se nas seguintes questões do inquérito por questionário: i) frequentas actividades de tempos livres fora da escola? ii) quantas horas por semana dedicas às actividades de tempos livres fora da escola?; iii) em que dias ocorrem as actividades de tempos livres extra-escola?; iv) de que tipo de tempo sentes falta no teu dia a dia?

Numa segunda fase, apresentaremos os resultados obtidos através do preenchimento das “Grelhas de Registo de Ocupação dos Tempos Individuais dos Alunos”.

Os resultados obtidos através das entrevistas serão introduzidos, e obviamente discutidos, quando se revelar oportuno, tanto na apresentação dos resultados provenientes do inquérito por questionário, como na apresentação dos resultados provenientes das grelhas de registo.

1. Gestão do Tempo na Microestrutura

1.1. Resultados relativamente à Gestão de Tempo na Microestrutura

Relativamente aos resultados obtidos em relação à gestão de tempo na microestrutura, que comporta o número de horas lectivas, as actividades extra-curriculares, as

actividades de complemento curricular e as aulas de apoio, fizemos a seguinte leitura, que passamos a analisar em seguida.

As Figuras 3, 4 e 5 referem-se às percentagens de respostas dadas à frequência de aulas de apoio, de actividades de tempos livres e de actividades do desporto escolar.

Questão nº 6 -
FREQUÊNCIA DE AULAS DE APOIO NA ESCOLA

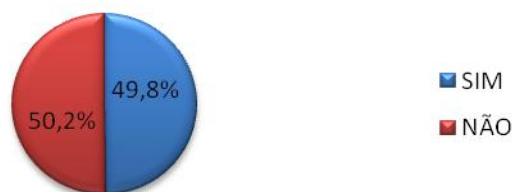


Figura 3. Frequência de aulas de apoio na escola

Questão nº 11 -
FREQUÊNCIA DE ACTIVIDADES DE TEMPOS LIVRES
NA ESCOLA



Figura 4. Frequência de actividades de tempos livres na escola

Questão nº 13 -
FREQUÊNCIA DE ACTIVIDADES DO DESPORTO ESCOLAR



Figura 5. Frequência de actividades de desporto escolar

Verificamos que as percentagens de respostas dadas à questão 6 – Frequência de aulas de Apoio, questão 11 – Frequência de actividades de tempos livres na escola, e questão 13 – Frequência de actividades do desporto escolar, registam valores para as respostas “Sim” que se situam entre os 41% e os 49%, o que significa que quase metade dos alunos do Agrupamento ocupa o seu tempo na escola (Microestrutura), com a frequência de actividades de enriquecimento curricular e complemento curricular.

Tabela 5. Percentagens resultantes das respostas às questões 6, 11, 13 e 14 por ciclos de ensino

	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO
Aulas de Apoio	66,2%	45,8%	45,8%
Actividades de tempos livres	62,3%	47,2%	33,1%
Actividades do Desporto escolar	63,6%	39%	33%
Mais do que uma modalidade do Desporto escolar	27,3%	13,9%	7,7%

Através da análise do Tabela 5, constata-se que são os alunos do 1º Ciclo os que ocupam maior percentagem do seu tempo em AEC e ACC. Poderemos explicar este resultado à luz das políticas educativas com a introdução do Projecto “Escola a Tempo Inteiro” (Despacho 12591/2006). Com esta legislação, o Estado dá a possibilidade a todos os alunos de poderem permanecer mais tempo na escola ocupados com actividades diversas, enquanto os pais estão a trabalhar. No entanto, ao observarmos as percentagens do 1º Ciclo, verificamos que, apesar da implementação do Projecto, há uma grande percentagem de alunos que ainda não aproveita as actividades que a escola oferece. Verifica-se, também, que são igualmente os alunos do 1º Ciclo aqueles que frequentam mais do que uma modalidade do Desporto escolar, dentro da totalidade de 14,7% de alunos da amostra que responderam “Sim” a esta Questão.

Quanto à Questão 15 – “Quantas horas semanais dedicadas às modalidades do Desporto escolar?”, registam-se os valores de 15,1% para 1 hora semanal, 12,9% para 2 horas semanais e 7,5% para 3 horas semanais. As restantes percentagens, correspondentes a 4, 5, e 6 ou mais horas, são pouco significativas.

As entrevistas / conversas-balanço realizadas indicaram que o “sentimento” geral dos alunos em relação à escola, é bastante positivo. Os alunos gostam de frequentar a escola e nenhum aluno demonstrou qualquer tipo de animosidade, quer directa quer indirectamente. Todavia, alguns alunos revelaram um certo cansaço pela escola, atribuído ao elevado número de aulas e aos tempos de duração destas (...) *acho que a gente não devíamos ter tantas aulas durante a semana por causa que é cansativo e... e assim não conseguimos organizar o nosso tempo.*” - aluno do 8º Ano; “ (...) *Acho que as aulas mais cansativas, Português e Matemática... devíamos ter só quarenta e cinco minutos.*” - aluno do 8º Ano; ou, ainda, um aluno do 6º Ano questionado sobre a ocupação do tempo durante a semana, responde com ar “enfadado” “*Muita escola...*”.

Alguns alunos também referiram que têm muito do seu tempo da escola ocupado com demasiadas tarefas e estudo: “*Bem, eu ... ahh... Acho que o tempo que... eu passo é em bocadinho cheio. Por causa dos estudos, também por causa dos trabalhos da escola.*” - aluno do 9º Ano.

No entanto, são os alunos pertencentes ao 1º Ciclo que verbalizam mais vezes esse gosto pela escola “*Eu gosto da escola porque brincamos, aprendemos, fazemos muitas coisas.*” – aluno do 2º ano.

As representações que os alunos têm em relação ao tempo que ocupam com as aulas, está em sintonia com os resultados obtidos através da grelha de observação, onde se

verificou que 19% do tempo dos alunos (respeitante à semana observada) é ocupado com aulas.

Os resultados obtidos através da aplicação destes instrumentos confirmam a fundamentação teórica adoptada no presente estudo, nomeadamente no que se refere à saúde e aos ritmos biológicos dos alunos que, de acordo com (Almondres, 2006), entram em conflito com os horários escolares e o excesso de aulas, provocando cansaço e alguma desmotivação. Autores como Menna-Barreto e Wey (2007) afirmam que os sistemas de temporização fazem com que as crianças de 10 e 11 anos necessitem de ciclos de sono mais tardios, no entanto, ao serem sujeitas a um maior número de aulas, ficam privadas dos seus tempos para dormir e descansar. Esta situação vai ter consequências no humor, na concentração, na memória e na aprendizagem.

1.2. Apresentação dos resultados relativamente à Gestão de Tempo Individual dedicado à escola

Os resultados relativos à gestão de tempo individual dos alunos na escola correspondem às atitudes face ao estudo, às atitudes face aos TPC's, às representações face aos TPC's, às representações face à gestão do tempo na aula e às representações face à gestão de tempo na escola.

Nas respostas dadas à questão 7 – “Como aproveitas o tempo livre na escola?” –, 62% dos alunos escolheu a opção 7.1 – Ocupação do tempo a brincar/conversar com os amigos. Na análise por ciclo de ensino também se constatou que esta foi a opção mais escolhida. A opção de escolha que registou uma percentagem mais reduzida foi a 7.7 –

Ocupação do tempo livre na escola a ler. Esta tendência nas repostas coloca em evidência as preferências dos alunos, que se inclinam mais para a realização de actividades que impliquem interacção com colegas, do que com actividades que solicitem uma postura de isolamento ou estudo individual. Tal como refere Perrenoud (1994), a maior parte do tempo que os alunos passam na escola não é dedicada ao trabalho escolar, mas sim aos investimentos afectivos.

Na Tabela 6 apresentamos os resultados referentes à questão 8 – “O que pensas dos TPC’s?”

Tabela 6. Percentagens resultantes das respostas à questão 8 - O que pensas dos TPC’s?

	CONCORDO	NÃO CONCORDO
8.1. São importantes para melhorar os resultados escolares.	88,2%	11,8%
8.2. Quando tenho TPC’s para fazer fico com menos tempo para mim.	68,8%	31,2%
8.3. Consigo compreender melhor a matéria dada nas aulas quando faço TPC’s.	64,9%	35,1%
8.4. Gosto de fazer TPC’s.	38,4%	61,6%
8.5. Demoro muito tempo a fazer os TPC’s.	38%	62%

Relativamente às representações face aos TPC’s, uma maioria bastante significativa da amostra, 88,2%, concorda que os TPC’s são importantes para melhorar os seus resultados escolares, assim como para compreender melhor a matéria dada nas aulas, 64,9%. No entanto, apesar de 62% dos alunos não concordar que demora muito tempo a fazer os TPC’s, 68,8% considera que, pelo facto de realizar TPC’s, fica com menos tempo para eles, e 61,6% dos alunos não gosta de fazer TPC’s. Há ainda a salientar que são os alunos do 1º Ciclo os que gostam mais de realizar TPC’s e que atribuem mais importância aos TPC’s para a sua aprendizagem. Tanto Perrenoud (1994) como Araújo

(2009), consideram que a realização de TPC's significa uma sobrecarga de trabalho, não só para os alunos, mas também para os pais, opinião que não parece ser totalmente partilhada pelos sujeitos do nosso estudo.

A Figura 6 refere-se à percentagem de respostas obtidas relativamente à questão 9 – “Local de realização dos TPC's”.

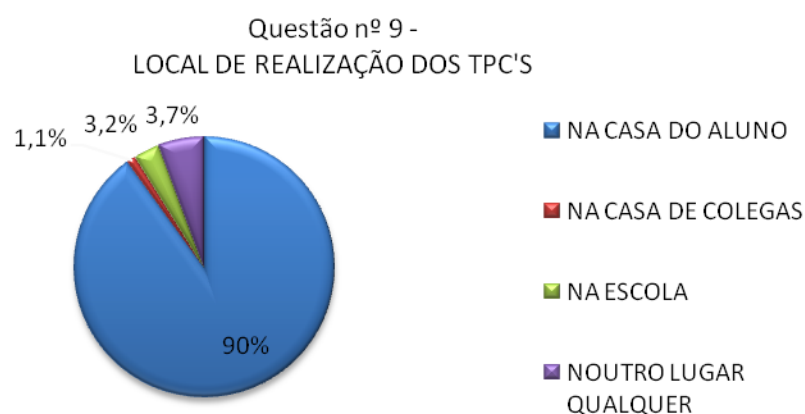


Figura 6. Local de realização dos TPC'S

Como se constata, 90% dos alunos realiza-os na sua própria casa. Ao compararmos os resultados referentes aos três ciclos de ensino verificamos que são apenas os alunos do 3º Ciclo que referem realizar os TPC's noutro local qualquer.

Nas entrevistas, os alunos referiram que os TPC's são realizados, na maioria das vezes, em casa ou até mesmo em casa dos avós, sobretudo no caso dos alunos do 1º ciclo. No entanto, no 2º e 3º Ciclos, há alunos que os realizam nos intervalos, mesmo antes da aula, e até mesmo durante o trajecto para a escola, na camioneta.

Outro dado recolhido a partir das entrevistas realizadas é que alguns alunos necessitam de ajuda para realizar os TPC's, quer seja em aulas particulares pós-aulas (explicação),

quer da ajuda de familiares: “*Eu gosto de fazer os trabalhos de casa mas gosto de fazer mais na minha avó por causa que...que em casa... que a minha mãe, os meus pais, andam a ver televisão e depois aquilo faz barulho, por isso gosto muito de fazer isso na minha avó porque a minha avó ajuda-me.*” – aluno do 1º ano.

Na Tabela 7 apresentamos as percentagens de respostas dadas à questão 10 – “Quando tens TPC’s para fazer qual é a tua atitude?”

Tabela 7. Percentagens resultantes das respostas à questão 10 - quando tens TPC’s para fazer qual é a tua atitude?

	SIM	NÃO
10.1.Escreves no caderno para não te esqueceres	79,2%	20,8%
10.2.Pensas logo em que altura do dia vais realizar o TPC	48,7%	51,3%
10.3.Pensas logo em pedir ajuda para realizar o TPC	24,4%	75,6%
10.4.Combinas com os teus colegas quando e onde vão realizar o TPC	15,8%	84,2%
10.5.Preciso da ajuda de adultos para fazer os TPC	33%	67%
10.6.Pensas que não vais realizar o TPC porque não queres	14,7%	85,3%
10.7.Pensas que não vais conseguir fazer o TPC porque não tens tempo	25,1%	74,9%
10.8.Fazes sempre os TPC	54,8%	45,2%
10.9.Fazes os TPC antes do jantar	59,5%	40,5%
10.10.Fazes os TPC a qualquer hora do dia	67%	33%

Os resultados apurados indicam que 79,2% dos sujeitos escreve no caderno quando tem TPC’s, para não se esquecer, no entanto os alunos revelam pouca preocupação na sua realização, o que está bem demonstrado nas percentagens obtidas nas opções 10.2, 10.3, 10.4 e 10.5. Nestes casos, os alunos não estão muito preocupados com a altura do dia em que vão realizar os TPC’s, nem em pedir ajuda para os efectuar, e não combinam

com colegas quando (e onde) os vão executar. De salientar que 67% dos alunos considera que não necessita da ajuda de adultos para realizar os TPC's. Os resultados apurados permitem, ainda, concluir que uma maioria relativa dos alunos – 54,8%, admite realizar sempre os TPC's, e que 67% dos alunos os realizam em qualquer hora do dia.

Fazendo uma análise comparativa dos resultados obtidos entre os três ciclos de ensino, a análise da Tabela 7 e permite ainda concluir que onde se regista maior diversidade de respostas é nas opções 10.1,10.8 e 10.9.

No caso da 10.1 – “Escreves no caderno para não te esqueceres” –, existem diferenças significativas entre as respostas dadas pelos alunos do 2 e 3º Ciclos e os alunos do 1º Ciclo. Enquanto que os do 2º e 3º Ciclos apresentam percentagens de 91,7% e 88,5%, respectivamente, no 1º Ciclo apenas 51,9% dos alunos escreve no caderno que tem TPC'S para fazer. Estes resultados poderão ser explicados devido à maior responsabilidade e maturidade que os alunos do 2º e 3º Ciclo, quando comparados com os do 1º Ciclo.

Quanto às respostas dadas à opção 10.8 – “Faço sempre os TPC's” –, são os alunos do 1º Ciclo que registam percentagens de respostas “Sim” mais elevadas: 77,9%. No caso dos alunos do 2º Ciclo 45,8% respondeu “Sim”, e no 3ª Ciclo a percentagens de “Sim” observou-se em 46,2% de respostas.

No que se refere à opção 10.9 – “Faço os TPC's antes do jantar” –, constata-se, mais uma vez, que são os alunos do 1º Ciclo que registam percentagens mais elevadas de respostas “Sim”: 74%. Pelo contrário, relativamente à opção 10.10 – “Faço os TPC's a

qualquer hora do dia” –, os valores mais elevados observam-se nos 2º e 3º Ciclos, 81,9% e 66,9% respectivamente.

As opiniões dos alunos durante as entrevistas em relação aos TPC’s foram bastante explícitas, mas divergentes em função dos três ciclos de ensino. Enquanto que a maioria dos alunos do 1º Ciclo mostra agrado, tanto pelo facto dos professores lhes pedirem para realizarem TPC’s, como na sua execução, os alunos dos 2º e 3º Ciclos, já verbalizam alguma resistência e descontentamento: *“acho que os professores “mandam” muitos TPC’s, não temos tempo para os fazer e temos que ter mais tempo para brincar”*. – Aluno do 6º Ano.

No entanto, afirmam que quando os professores pedem TPC’s não se recusam realizá-los, por falta de tempo ou por outro motivo qualquer, simplesmente não os realizam. Mas a maioria dos alunos deixa transparecer nas suas verbalizações que, apesar de considerarem que lhes são pedidos TPC’s “a mais”, e que têm pouco tempo para os realizar, tentam cumprir, ainda que essa tarefa implique algum esforço, pois ao final do dia já se encontram bastante cansados e ainda têm que ir fazer os TPC’s - *“Eu, às vezes, gosto de fazer trabalhos de casa, mas às vezes também não, porque não tenho tempo. E faço logo os trabalhos de casa quando chego a casa (...) e gosto de fazer os trabalhos de casa”* – aluno do 3º Ano; ou, ainda, – *“Às vezes (...) às vezes temos inglês, ginástica e (...) música e depois saímos tarde e, por isso, não tenho tempo para fazer, mas faço sempre.”* – aluno do 3º Ano.

Um outro dado que está presente nas entrevistas é uma certa organização do tempo, por parte dos alunos, ainda que irregular, em relação à realização dos TPC’s – *“ Às vezes quando tenho trabalhos de casa numas disciplinas, por exemplo, quando é sexta ou quinta, faço só nos fins-de-semana. Mas quando tenho logo a seguir - por exemplo,*

tenho na 4ª Inglês e depois na 5ª Inglês - faço logo quando chego a casa, mesmo que seja tarde.” – aluno do 5º Ano.

Quanto à Questão 12., que se refere às representações dos alunos acerca das actividades de tempos livres promovidas pela escola, verifica-se uma homogeneidade de respostas aos diversos itens da Questão (Tabela 8).

Tabela 8. Percentagens resultantes das respostas à questão 12 – O que pensas das Actividades de Tempos Livres na tua Escola

	NÃO	
	CONCORDO	CONCORDO
12.1.São importantes para melhorar os teus resultados escolares.	62%	38%
12.2.Ficas mais motivado para a escola.	68,8%	31,2%
12.3.Gostas de frequentar actividades de tempos livres	77,8%	22,2%
12.4.Quando frequentas actividades de tempos livres, ficas mais tempo na escola.	69,2%	30,8%
12.5.Tens mais a atenção do professor nas actividades de tempos livres	55,6%	44,4%
12.6.Não te inscreves nas actividades de tempos livres porque não tens tempo	70,3%	29,7%

Uma percentagem bastante significativa dos alunos, 77,8%, gosta de frequentar actividades de tempos livres promovidas pela escola. Consideram que estas actividades são importantes para melhorar os resultados escolares e para tornar os alunos mais motivados para a escola. No entanto, 70,3% dos alunos não se inscreve nas actividades de tempos livres porque não tem tempo, o que é patente na percentagem de 69,2% de alunos que considera que quando frequentam actividades de tempos livres ficam mais tempo na escola.

Quanto aos mesmos dados analisados por Ciclo, verificamos que já não existe uma homogeneidade a nível das respostas, pois são os alunos do 1º Ciclo que evidenciam percentagens mais elevadas. São estes alunos que gostam mais das actividades de tempos livres – 97,4% –, que afirmam ficar mais motivados para a escola pela frequência destas actividades – 85,7% – e, ainda, 87% dos alunos afirma que as actividades de tempos livres são importantes para melhorar os seus resultados escolares.

É de referir que nas entrevistas efectuadas existiu uma ausência de verbalizações sobre as actividades relacionadas com clubes promovidas pelo meio escolar, o que é de estranhar devido à oferta bastante diversificada existente no Agrupamento, principalmente na escola EB 2,3. Apenas os alunos do 1º Ciclo referiram, várias vezes, a frequência das actividades de Inglês, das Actividades Físicas e da Música.

Tal como o Despacho 12591/2006 – referente ao Projecto “Escola a Tempo Inteiro” destinado aos alunos do 1º Ciclo –, o Despacho 17931/2008 estipula que as escolas deverão organizar actividades livres para a ocupação dos tempos dos alunos fora das actividades lectivas, para o 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico. Os resultados obtidos com a aplicação dos vários instrumentos confirmam que as AEC são do agrado dos alunos. Tal como preconizam Cosme e Trindade (2007), as actividades desenvolvidas nas AEC poderão ser significativas para os alunos na medida em que lhes permitem experiências sociais e pessoais gratificantes.

Passemos à apresentação e discussão das representações dos alunos sobre a ocupação do tempo nas aulas (Figura 7).

Questão nº 19 -
REPRESENTAÇÕES FACE À OCUPAÇÃO DO TEMPO NAS AULAS
(OCUPA BEM O TEMPO NAS AULAS ?)



Figura 7. Representações face à ocupação do tempo nas aulas – ocupas bem o tempo nas aulas?

Como se pode constatar 85% dos alunos considera que “Sim”, que aproveita bem o tempo nas aulas. Estes valores apresentam-se similares nos vários Ciclos. Já no que se refere

Centremo-nos na representação dos sujeitos sobre a ocupação do tempo na escola (questão 20). De acordo com os resultados apurados e apresentados na Figura 8, as respostas dadas a esta Questão foram exactamente iguais à questão anterior: 85% dos alunos considera que ocupam bem o tempo na escola.

Questão nº 20 -
REPRESENTAÇÕES FACE À OCUPAÇÃO DO TEMPO NA ESCOLA
(OCUPA BEM O TEMPO NA ESCOLA ?)

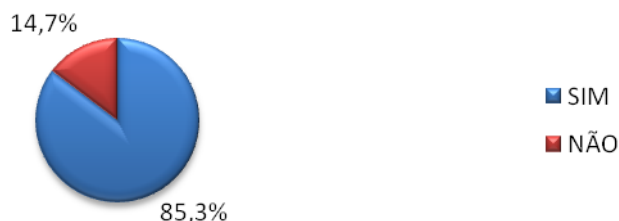


Figura 8. Representação face à ocupação do tempo na escola – ocupa bem o tempo na escola?

Analisando os resultados por Ciclo nota-se, no entanto, que é relativamente aos alunos do 3º Ciclo que a percentagem de respostas “Sim” é menor - 76,2% -, o que denota alguma exigência face à sua gestão de tempo na escola.

Os resultados obtidos nestas duas questões do inquérito mostram que os alunos, apesar de, em outras questões, revelarem que ocupam muito do seu tempo com as actividades escolares, demonstrando até algum desagrado por essa situação, consideram que fazem uma boa gestão do seu tempo de aula e do seu tempo na escola. Este resultado vai ao encontro da perspectiva de Frago (1998) que concebe o “tempo escolar” como um factor cultural e social. Os alunos ocupam muito do seu tempo no espaço escolar. É na escola que convivem com os amigos, que estabelecem relações afectivas com todos os elementos que englobam a comunidade escolar. As representações que os alunos possuem quanto à gestão do seu tempo na aula e na escola, permitem inferir que a razão primordial que leva os alunos a gostarem de andar na escola tem mais a ver com a socialização do que com a obtenção de conhecimentos.

Quanto às disciplinas a que é dedicado mais tempo de estudo, a Figura 9 mostra as percentagens relativas às respostas dos alunos.

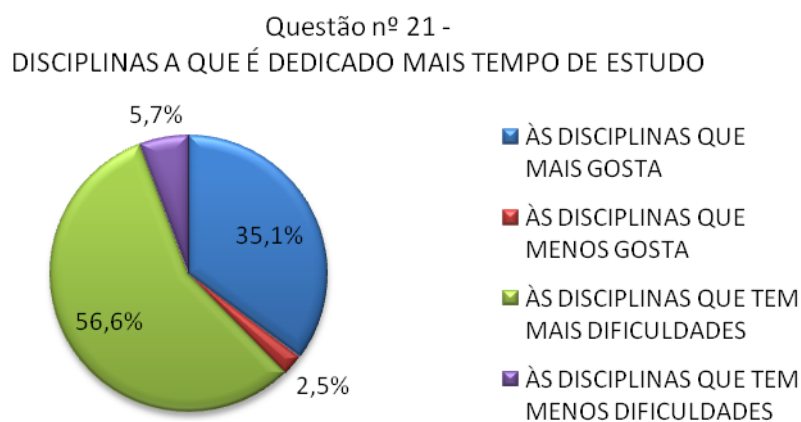


Figura 9. Disciplinas a que é dedicado mais tempo de estudo

Como se constata, 56,6% dos alunos afirma que dedica mais tempo às disciplinas em que tem mais dificuldades. Estes resultados são homogêneos na análise dos resultados dos três Ciclos, o que denota uma preocupação generalizada, por parte dos sujeitos, de reforçarem o estudo nas áreas de aprendizagem em que julgam necessitarem de um esforço acrescido.

Quanto às formas de organização do tempo de estudo - questão 22 -, e de acordo com os valores apresentados na Tabela 9, verifica-se que 42,3% dos alunos admite que quando vai estudar planeia sempre o que vai estudar; 26,5% às vezes planeiam o que vai estudar, e 31,2% não planeia o que estuda; 44,1% dos alunos afirma que estuda em qualquer hora do dia, ou seja não tem horas do dia específicas para estudar; 51,6% dos alunos estuda antes dos testes; 27,2% às vezes estuda antes dos testes; e 21,1% não estuda apenas antes dos testes; 47% dos alunos costuma estudar sozinho; 16,9% dos alunos às vezes costuma estudar sozinho; e 16,9% dos alunos não costuma estudar sozinho; por último, 73,1% dos alunos refere que estuda melhor em casa.

É interessante verificar que, ao analisarmos as respostas dadas em cada iten da questão 22, comparando os três Ciclos, não existem diferenças significativas. As respostas a todos os Itens foram homogêneas.

Tabela 9. Percentagens resultantes das respostas à questão 22 – Como organizas o teu tempo de estudo?

	SIM	ÀS VEZES	NÃO
22.1.Tens o hábito de estudar na escola	14,7%	47,3%	38%
22.2.Estudas todos os dias a matéria dada em todas as disciplinas desse dia	12,5%	37,6%	49,8%
22.3.Estudas todos os dias a matéria dada em algumas disciplinas	16,1%	36,9%	47%
22.4.Estudas apenas antes dos testes	51,6%	27,2%	21,1%
22.5.Estudas apenas as disciplinas que gostas	58,1%	25,4%	16,5%
22.6.Nunca estudas	10,4%	21,1%	68,5%
22.7.Estudas sempre antes do jantar	31,5%	36,2%	32,3%
22.8.Estudas em qualquer altura do dia	44,1%	30,5%	25,4%
22.9.Estudas com colegas	14,3%	47,7%	38%
22.10.Estudas com a ajuda de adultos	20,8%	35,5%	43,7%
22.11.Costumas estudar sozinho	47%	16,9%	16,9%
22.12.Costumas estudar na biblioteca	12,5%	26,9%	60,6%
22.13.Estudas melhor na tua casa	73,1%	16,5%	10,4%
22.14.Quando vais estudar, planeias sempre o que vais estudar	42,3%	26,5%	31,2%
22.15.Tens horas específicas do dia para estudar	22,2%	23,7%	22,2%
22.16.Quando comesças a estudar demoras sempre mais que uma hora	30,8%	44%	25,1%
22.17.Costumas estudar antes de te ires deitar	38%	30,1%	31,9%
22.18.O teu tempo de estudo diário nunca ultrapassa uma hora	25,4%	42,7%	31,9%

Através das entrevistas verificou-se que os alunos demonstram alguma preocupação na organização dos seus tempos individuais destinados ao estudo e realização de TPC's: - *“Também consigo gerir bem o meu tempo na escola, nas disciplinas. Consigo conciliar os meus trabalhos de casa com os estudos. Quando tenho testes “adianto-me” alguns*

dias antes (...) Também pratico uns desportos (...) Pratico ao Sábado BodyBoard. Consigo (...) Consigo conciliar o tempo porque o BodyBoard é só de manhã (...) e à tarde (...) e depois a partir da tarde tenho o tempo livre suficiente que quiser (...) Faço pausas para ir ao computador, ao MSN, durante o dia por isso” – aluno do 8º Ano.

Tentam conciliar os seus momentos para estudar dentro da diversidade de actividades e de tempo ocupados: - *“Tinha treinos à 2ª, 4ª e 6ª e o BodyBoard era ao Sábado, mas dava tempo para estudar, para fazer exercícios para a Matemática e para as outras disciplinas.” – aluno do 8º Ano*

Ficou nítido que os alunos “reservam” esses tempos de estudo apenas nas alturas que antecedem os testes, todavia há alunos que vão acompanhando a matéria através da realização dos TPC’s, possivelmente porque os pais lhes impõem determinadas regras nesse sentido. É de referir, também, que na maioria dos casos o tempo de estudo ocorre nas últimas horas do dia, antes ou depois do jantar, conforme o número de actividades a que os alunos se dedicam, ou conforme o horário escolar: - *“Às vezes à noite, ou quando vinha dos treinos de KickBoxing ou logo de manhã quando acordava.” – aluno do 8º Ano*

Por vezes, até os tempos dos intervalos são ocupados de forma a estudar a matéria que vai surgir no teste da aula a seguir: - *“Às 4ª feiras tenho Apoio e às vezes nos intervalos aproveito para estudar quando tenho testes nas aulas a seguir.” – aluno do 8º Ano*

Alguns alunos referiram as aulas da “explicação” como locais onde têm ajuda para estudar e realizar os TPC’S: - *“Eu consigo conciliar bem o meu tempo. Pratico Karaté às 3ª e 4ª, e como também tenho algumas dificuldades em algumas disciplinas, eu vou à explicação às 2ª e 4ª à noite. E é logo quando faço mais os TPC’s e estudo mais para os testes que preciso e consigo conciliar bem o meu tempo.” – aluno do 8º Ano.*

Os resultados apurados permitem concluir que alunos têm atitudes razoáveis face ao estudo. O estudo surge como uma rotina, à qual todos os alunos estão sujeitos, como forma de obter o sucesso escolar. A forma como está estruturado o tempo escolar, impõe horas, prazos, datas para a realização de tarefas, que os alunos são incentivados a cumprir. Estes resultados conduzem-nos à constatação de que o tempo escolar é também um regulador social, tal como referem vários autores que foram citados na componente teórica do presente estudo (Escolano, 1993; Ferreira & Arco Verde, 2001; Hall, 1996).

No capítulo da organização do tempo da escola (questão 23), os resultados apurados são apresentados na Tabela 10.

Tabela 10. Percentagens resultantes das respostas à questão 23 – Como organizas o teu tempo na escola?

	SIM	ÀS VEZES	NÃO
23.1.Tentas sempre respeitar os tempos que o professor dá para a execução das tarefas	73,1%	23,7%	3,2%
23.2.Nunca consegues terminar uma tarefa no tempo que o professor dá	12,9%	50,2%	36,9%
23.3.Quando tens um tempo livre na escola aproveitas para fazer os TPC'S	16,1%	35,5%	48%
23.4.Quando tens um tempo livre na escola aproveitas para estudar	13,6%	35,8%	50,5%
23.5.Quando tens um tempo livre na escola aproveitas para ir para a biblioteca ou sala de estudo	13,6%	28,3%	58,1%
23.6.Quando tens um tempo livre na escola aproveitas para brincar	66,3%	2,6%	11,1%

Como se constata, 73,1% dos alunos tenta sempre respeitar os tempos que o professor proporciona para a execução das tarefas; 50,2% dos alunos respondeu que só às vezes é nunca consegue terminar uma tarefa no tempo que o professor facultado; 48% dos alunos respondeu que não aproveita para fazer os TPC's quando tem um tempo livre na

escola; 50,5% dos alunos respondeu que não aproveita para estudar quando tem um tempo livre na escola; e 58,1% nem vai para a biblioteca ou para a sala de estudo; por último, 66,3% dos alunos respondeu que quando tem um tempo livre na escola aproveita para brincar. Mais uma vez não se observam diferenças significativas nas respostas dadas por alunos que frequentam diferentes ciclos de ensino.

Passemos à representação sobre o aproveitamento que é dado aos tempos livres na escola (questão 24) (Figura 10).

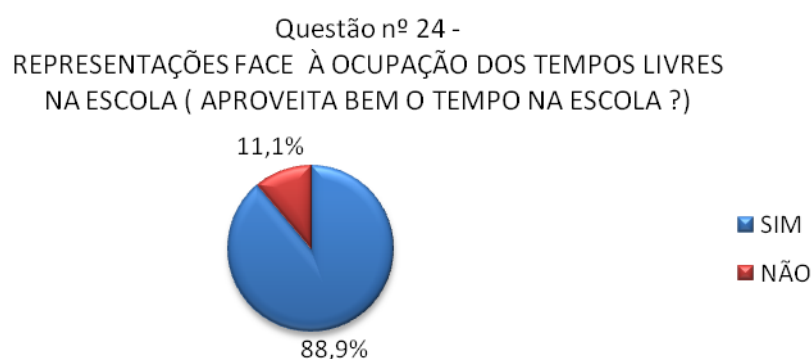


Figura 10. Representações face à ocupação dos Tempos Livres na Escola – aproveita bem o tempo na escola?

Como se comprova, 88,9% dos alunos respondeu “Sim”, e 11,1% respondeu “Não”.

Considerando a variável “ciclo de ensino”, é interessante verificar que a percentagem de respostas de sinal positivo – “Sim”, diminui na razão directa do nível mais elevado. Temos, assim, 98,7% de respostas “Sim” para os alunos do 1º Ciclo; 90,3% de respostas “Sim” nos alunos do 2º Ciclo; e 85,4% de respostas “Sim” dos alunos do 3º Ciclo. A inferência que podemos retirar é que os alunos do 3º Ciclo são, eventualmente, mais criteriosos em relação a gestão do seu tempo.

No que se refere aos dados apurados nas entrevistas que realizámos, os alunos afirmaram que o elevado número de aulas que têm durante a semana não lhes permite uma boa gestão dos seus tempos individuais. A forma como estão estruturados os horários - baseados na matriz curricular muito densa no que se refere aos tempos lectivos -, não lhes “deixa” tempo para poderem realizar as actividades de estudo e os TPC’s que lhes são solicitados. Revelam também cansaço, dada a existência de muitas aulas durante a semana, e afirmam: -*“acho que a gente não devia ter tantas aulas durante a semana porque é cansativo (...) assim não conseguimos organizar o nosso tempo”* – aluno do 7º Ano.

Todavia, há alunos que consideram ter tempo para realizar todas as actividades que lhes são solicitadas, e admitem conseguir organizar bem o seu tempo: -*“Acho que temos muitas horas de escola (...) Mas também acho que podemos fazer o que queremos e podemos fazer os trabalhos de casa e essas cenas. E acho que é bom fazer este trabalho.”* – aluno do 7º Ano.

2. Gestão de Tempo Individual Extra-escola

2.1. Apresentação dos resultados relativamente à Gestão do Tempo Individual extra-escola

Os resultados relativos à gestão do tempo individual dos alunos extra-escola referem-se às actividades de ocupação dos tempos livres, ao número de horas dispendidas nessas actividades, e às representações face à gestão individual de tempo (de que tempo os alunos sentem falta no seu dia a dia).

No que se refere à frequência de actividades de tempos livres extra-escola (questão 16), os resultados apurados estão apresentados Figura 11.

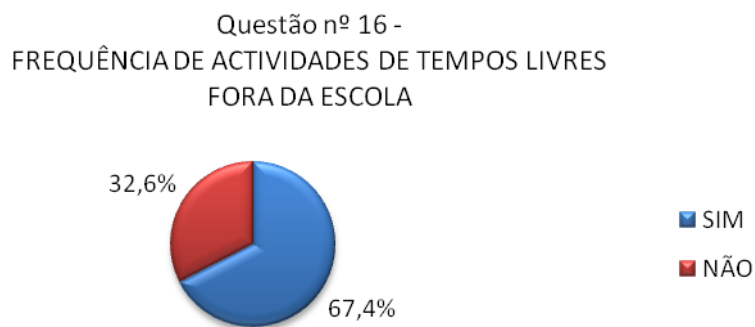


Figura 11. Frequência de actividades de Tempos Livres fora da escola

Como se verifica, 67,4% dos alunos respondeu frequenta actividades extra escolares, e 32,6% não as realiza. Analisando as respostas dadas nos diferentes ciclos, constatamos, mais uma vez, homogeneidade nas respostas dadas.

Passemos à questão 17 – “Quantas horas semanais dedicas às actividades do Tempos Livres extra-escola?”. Os resultados apurados são os que se apresentam na Figura 12.

Questão nº 17 -
 Nº DE HORAS SEMANAIS
 DEDICADAS À FREQUÊNCIA DE
 ACTIVIDADES DE TEMPOS LIVRES
 FORA DA ESCOLA

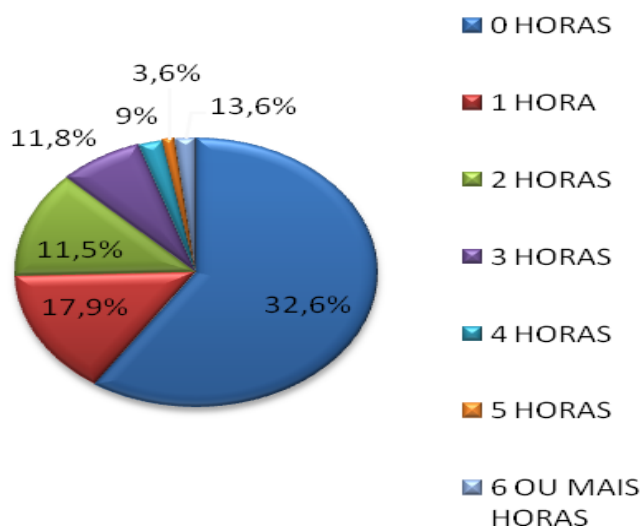


Figura 12. Número de horas semanais dedicadas à frequência de actividades de tempos livres fora da escola

Através da leitura do gráfico chegamos à conclusão de que 17,9% dos alunos dedicam 1 hora à frequência de actividades de Tempos Livres extra-escola; 11,5% dedicam 2 horas; 11,8% dedicam 3 horas; 13,6% dedicam 6 ou mais horas; 9% dedicam 4 horas e 3,6% dedicam 5 horas semanais às actividades de Tempos livres extra-escola. Comparando as respostas dadas nos três ciclos de ensino, constata-se que no 3º Ciclo 20,8% dos alunos inquiridos afirmou dedicar 6 ou mais horas semanais às actividades de Tempos Livres extra-escola (Tabela 11).

Tabela 11. Percentagens resultantes das respostas à questão 17, item 17.6 – 6 horas semanais dedicadas às actividades de Tempos livres extra-escola, por ciclos de ensino

CICLO	PERCENTAGEM
1º CICLO	6,5%
2º CICLO	8,3 %
3º CICLO	20,8%

Os dias da semana em que decorrem as actividades de Tempos livres extra-escola (questão 18) registam os resultados que se apresentam na Figura 13.

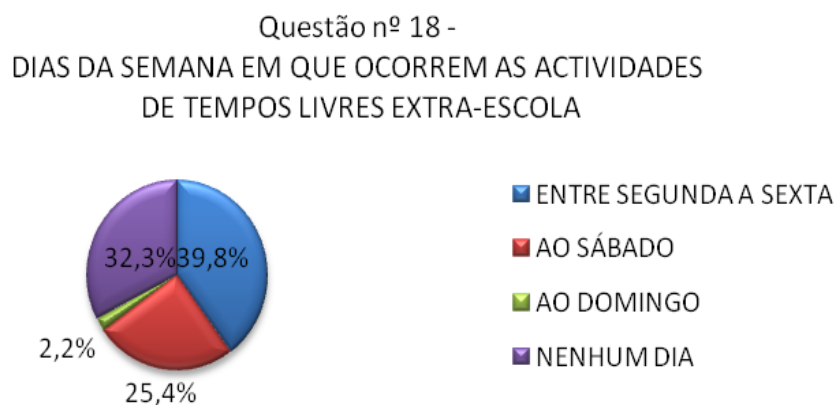


Figura 13. Dias da semana em que ocorrem as actividades de tempos Livres extra-escola

Verificou-se que, em 39,8% dos inquiridos, as actividades de Tempos Livres extra-escola decorrem entre 2ª e 6ª feira; 25,4% ao sábado; e apenas 2,2% ao domingo. Ao compararmos as respostas dadas nos diversos Ciclos verificamos que são os alunos do 3º Ciclo os que têm mais actividades de tempos livres extra-escola ao sábado: 30,8%.

Os relatos orais feitos recolhidos nas entrevistas indicam-nos que os alunos ocupam o seu tempo livre extra-escolar de diversas formas. A ocupação dos seus tempos

individuais é, na maioria das vezes, limitada ao tempo que sobra das actividades institucionalizadas pela matriz dos horários escolares. Os alunos passam o tempo livre a brincar sozinhos, ou com irmãos, e são poucos os que brincam com amigos fora do contexto escolar.

É interessante verificar que nos dados apurados através da Grelha de Registo de Ocupação dos Tempos Individuais, apenas 1% do tempo dos alunos foi ocupado com actividades de ocupação de tempos livres extra-escola; 7% do tempo dos alunos foi ocupado a brincar e em actividades de convívio; apenas 2% é dedicado à família; as restantes horas livres são ocupadas em actividades desportivas.

Durante as entrevistas, os alunos também exprimiram, ainda que de forma implícita, o desconforto de passarem muitas horas sem os pais, pois estes estão ocupados com as suas profissões, e o tempo que sobra para estarem juntos também é pouco: - *“Eu, às 6ª e 2ª vou para a loja do meu pai e depois venho para casa; tomo banho e depois fico a descansar no sofá a ver televisão e depois vou para a cama, na hora (...) no sábado e domingo fico em casa porque a minha mãe está a trabalhar. E às vezes quando uma colega minha vem para brincar eu vou brincar com ela”*. - aluno do 4º Ano.

São os alunos pertencentes ao 1º e 2º Ciclo os que se referem mais ao verbo “brincar”: - *“Ao fim de semana, quando acabo de almoçar vou para a natação e depois quando volto, às vezes brinco sozinho ou vejo televisão.”* – aluno do 2º Ano.

Os alunos dos 7º, 8º e 9º Ano, quase não utilizam este verbo, preferindo, na maioria das vezes, empregar a expressão “estar com amigos”, ou realizar actividades relacionadas com a utilização de equipamento electrónico, nomeadamente a utilização do computador e da Internet nas suas múltiplas funções, principalmente em redes sociais de

conversação, tal com a utilização da televisão: -“*Costumo estar com os meus amigos e umas vezes vou para a Internet*” – aluno do 5º Ano.

Todavia alguns admitem um certo cansaço ao utilizarem estes equipamentos. No entanto, continuam a utilizá-los, pois consideram-nos como um “vício”: -“*Eu costumo gerir bem o meu tempo, excepto algumas vezes que estou sempre agarrado ao computador (... é como um vício*”. - aluno do 8º Ano. “*No fim-de-semana faço surf e depois ando sempre de bicicleta, ou vejo televisão ou jogo playstation, depende (...) algumas horas mas... depois saio... farto-me... aquilo é sempre a mesma coisa.*” - aluno do 4º Ano.

Verificámos com a observação feita através das grelhas que 12% do tempo dos alunos foi ocupado com a utilização de equipamento electrónico (computadores, televisão, telemóvel, playstation, etc). Esta ocupação do tempo ficou em terceiro lugar a nível de percentagem de horas, depois das aulas - 19%, e de dormir - 38%.

Para concluirmos a apresentação dos resultados relativamente à componente “Gestão de Tempo Individual extra-escola”, na questão 25 do inquérito por questionário era solicitado aos alunos que ordenassem (do 1º ao 5º lugar), o “tempo” de que sentiam mais falta no seu dia a dia. As escolhas dos alunos estão apresentadas na Tabela 12.

Tabela 12. Percentagens resultantes das respostas à questão 25 – de que tipo de tempo sentes mais falta no teu dia a dia?

1º	25.1. Tempo para estar com os amigos
2º	25.2. Tempo para conversar/estar com os pais
3º	25.3. Tempo para brincar
4º	25.4. Tempo para fazer os TPC's
5º	25.5. Tempo para estudar

Com se constata, em primeiro lugar, surge a referência à falta de tempo para estar com os amigos.

Comparando as respostas dadas por alunos dos três ciclos de ensino, são os alunos do 3º Ciclo que atribuem maior importância “à falta de tempo para estar com os amigos”, enquanto que os alunos do 1º Ciclo atribuem maior importância “à falta de tempo para conversar/estar com os pais”. Esta situação talvez seja devida às características das faixas etárias dos alunos, nomeadamente ao facto dos alunos que frequentam o 3º ciclo se encontrarem em plena fase da adolescência, altura em que o “papel” e a “importância” dos amigos é, como se sabe, muito valorizada. Quanto aos outros Itens, as respostas foram homogéneas.

Nas opiniões apuradas nas entrevistas a tendência geral é para afirmarem que “têm tempo para tudo”. Todavia, a análise de conteúdo que realizámos às verbalizações mostram exactamente o contrário; revelam que os alunos têm falta de tempo para realizar todas as actividades que gostariam: - *“Eu acho que temos muito tempo de aulas, devíamos ter menos para conseguirmos fazer mais aquilo o que gostamos, mas dá sempre tempo para fazer os trabalhos de casa e para fazer um bocados das coisas que gostamos.”* – aluno do 7º Ano

Revelam, também, alguma tristeza pelo facto de os pais estarem ocupados demasiado tempo, quer no local de emprego quer em casa, o que não facilita o diálogo e a brincadeira em conjunto: - *“Eu, às vezes, não tenho tempo para falar com a minha mãe (...) Porque depois (...) a minha mãe está a lavar a loiça.”* – aluno do 1º Ano *“Porque estou a fazer alguma coisa, tem que estar silencioso, tenho que estar em silêncio e às vezes não tenho tempo para conversar.”* – aluno do 1º Ano.

Afirmam, também, que têm pouco tempo para brincar e estar com os amigos: - “... *com os meus avós é que eu estou mais tempo do que com os meus pais, pois eles estão sempre um pouco mais ocupados. A minha mãe vai trabalhar quase sempre e o meu pai também. (...) Eu quase não tenho tempo para falar com os meus amigos.*” – aluno do 2º Ano. “*Eu, durante a semana, não tenho muito tempo, mas quando chega aos fins-de-semana tenho... tempo para fazer todas as actividades que eu quero.*” – aluno do 2º ano.

Os alunos do 9º Ano são os mais críticos em relação à sua gestão de tempo. Consideram que ocupam excessivamente o seu tempo com tantas actividades que acabam por não ter tempo para estar com a família e os amigos: - “*Por exemplo... às vezes não “tou” muito tempo com a minha família... jogo muito tempo computador... vejo muita televisão e acho que ... acho que... o fundamental é a família. E acho que não devia passar assim muito tempo*”. “*Acho ... que devíamos ter mais tempo para nós próprios porque estamos só a pensar em estudar, estudar e estudar e ... é que eu acho*”. “*Eu acho que... até aproveito o tempo bem, só que... como... os meus pais chegam tarde a casa e quando eles chegam eu já estou cansada, porque estive a estudar e a arrumar as coisas, e assim já não tenho tempo para estar com eles*”.

3. Apresentação dos resultados da “Grelha de Registo da Ocupação dos Tempos Individuais dos alunos

Através da análise que fizemos ao número de horas dispendidas em cada actividade, foi possível apurar a percentagem de tempo semanal que os sujeitos da amostra dedicam a diferentes actividades. Os resultados obtidos são os que constam na Figura 14.

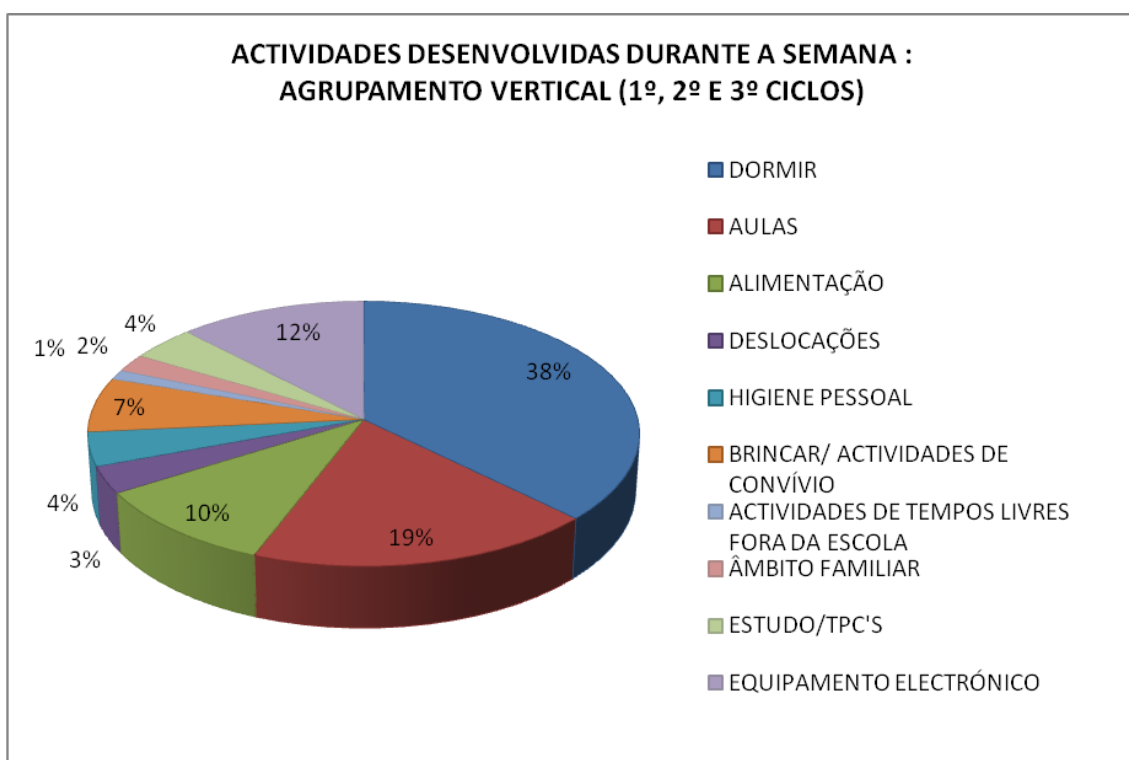


Figura 14. Actividades desenvolvidas durante a semana

Como se constata, o tempo semanal - 24 horas x os 7 dias da semana = 168 horas por aluno - é ocupado da seguinte forma: 38% das horas a dormir; 19% em aulas; 12% na utilização de equipamento electrónico; 10% são destinadas à alimentação; 7% a brincar e/ou em actividades de convívio, 4% com higiene pessoal; 3% em deslocações, quer em

meios de transporte quer a pé; 2% ocupadas dentro do âmbito familiar; e, por último, 1% das horas foi ocupada em actividades de tempos livres extra-escola.

Todavia, ao apreciarmos a variável “ciclo de ensino” constatamos algumas diferenças que se encontram ilustradas Tabela 13.

Tabela 13. Actividades desenvolvidas durante uma semana; por ciclo de ensino (% de horas dispendidas por actividade)

	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO
1 -Dormir	43%	34%	32%
2 -Aulas	20%	12%	21%
3 -Alimentação	11%	10%	9%
4 -Deslocações	6%	6%	5%
5 -Higiene pessoal	3%	5%	4%
6 -Brincar/actividades de convívio	2%	5%	4%
7 -Actividades de Tempos livres extra-escola	9%	1%	1%
8 -Âmbito familiar	2%	2%	2%
9 -Estudo/TPC's	3%	5%	6%
10 -Equipamento electrónico	6%	20%	16%

No que se refere relativamente ao tempo que dedicam ao sono (dormir), a diferença entre os três Ciclos é pouco significativa, mas os alunos que despendem mais tempo são os do 1º Ciclo, que utilizam 43% das horas semanais.

Quanto ao tempo que ocupam com “aulas”, os alunos dos 1º e 3º Ciclo apresentam valores semelhantes, 20% e 21% respectivamente, enquanto que os alunos do 2º Ciclo referem utilizar 12% do seu tempo com aulas. Esta diferença de resultados deve-se ao facto dos alunos do 1º Ciclo ficarem na escola até às 17.30, aproveitando as actividades da Escola a Tempo Inteiro. Os resultados referentes aos alunos do 3º Ciclo, devem-se ao facto destes alunos ocuparem muito de seu tempo em actividades de apoio ao estudo (aulas de explicação), trabalhos de grupo, realização de TPC's e tempos dedicados aos estudo autónomo. Tudo isto faz parte da categoria “Aulas”. Quanto aos alunos do 2º Ciclo este resultado é explicado ao facto destes alunos ainda não terem grandes hábitos

de estudo e a realização de TPC's não inclui com tanta frequência a realização de trabalhos de grupo com colegas tal como acontece com os alunos do 3º Ciclo

No tempo dedicado à alimentação, as percentagens de horas utilizadas apresentam valores homogéneos, no entanto são os alunos do 3º ciclo que menos horas despendem a comer, 9%.

Quanto às deslocações, as percentagens de horas utilizadas apresentam também valores semelhantes, no entanto são os alunos do 3º ciclo que menos horas utilizam em deslocações, 5%.

Na categoria higiene pessoal, são os alunos do 2º e 3º ciclos que apresentam valores mais altos, 4% e 5% respectivamente, enquanto os do 1º ciclo referem utilizar 3% do seu tempo semanal nestas actividades.

No capítulo do “brincar / actividades de convívio”, os valores apurados são realmente preocupantes, dado o tempo reduzido que os alunos dizem empregar nestas actividades: 2% das horas semanais para os alunos do 1º Ciclo; 5% para os do 2º Ciclo e 4% para o 3º Ciclo.

As actividades realizadas no “âmbito familiar” registam, igualmente, um valor muito baixo – 2% do tempo semanal – que, curiosamente, é igual para qualquer ciclo de ensino.

No que se refere ao “estudo / realização de TPC's”, as percentagens obtidas nos vários ciclos divergem, ainda que ligeiramente: 3% de horas semanais são as que os alunos do 1º ciclo dizem ocupar; 5% os do 2º Ciclo; e 6% os do 3º Ciclo.

Por último, analisemos o tempo que os alunos ocupam na utilização de equipamento electrónico. É nesta categoria que se observam percentagens mais díspares entre os três

ciclos de ensino: enquanto que os alunos do 1º Ciclo ocupam apenas 6% do seu tempo semanal com estes equipamentos, os dos 2º e 3º ciclos, despendem, respectivamente, 16% e 20% do total de horas semanais em actividades que implicam a utilização de equipamento electrónico. Este resultado demonstra que os alunos do 1º Ciclo brincam mais através de outro tipo de actividades sem ser com a televisão e o computador ou jogos electrónicos. Por outro lado, os pais dos alunos do 1º Ciclo exercem um maior controlo sobre os alunos na utilização destes equipamentos.

Ao refinarmos a análise sobre a forma como os alunos do 1º ciclo ocupam o seu tempo, constatamos que existem diferenças entre alunos que frequentam diferentes anos de escolaridade (do 1º ao 4º), o que nos parece curioso apreciar (Tabela 14).

Tabela 14. Actividades desenvolvidas durante uma semana – por ano de escolaridade – 1º ciclo (% de horas despendidas por actividade)

	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO
1 -Dormir	42%	47%	44%	38%
2 -Aulas	18%	20%	19%	22%
3 -Alimentação	14%	12%	10%	8%
4 -Deslocações	3%	0%	0%	1%
5 -Higiene pessoal	3%	2%	4%	4%
6 -Brincar/actividades de convívio	7%	9%	9%	11%
7 -Actividades de Tempos livres extra-escola	1%	2%	2%	2%
8 -Âmbito familiar	4%	1%	4%	1%
9 -Estudo/TPC's	3%	3%	2%	2%
10 -Equipamento electrónico	5%	4%	6%	11%

Verificámos que são os alunos do 4º Ano de escolaridade que registam a percentagem de horas a dormir mais reduzida, 38%, em comparação com as percentagens 42%, 47% e 44% dos alunos do 1º, 2º e 3º Anos, respectivamente.

No que se refere à “alimentação”, a percentagem de horas diminui conforme aumenta o ano de escolaridade: são os alunos do 4º Ano os que registaram menor percentagem de

horas ocupadas com a alimentação, 8%, em comparação com os 14%, 12% e 10% respeitantes ao 1º, 2º e 3º Anos de escolaridade. Quanto ao tempo dedicado ao “brincar / actividades de convívio”, são os alunos do 4º Ano quem utiliza um número de horas mais levado, 11%, em comparação com os valores registados nos outros anos de escolaridade: 7% pelos alunos do 1º Ano, 9% pelos alunos do 2º, e também 9% de horas ocupadas nesta Categoria pelos alunos do 3º Ano.

Quanto à utilização de equipamento electrónico, são novamente os alunos do 4º Ano os que utilizam uma percentagem mais elevada de horas semanais na realização destas actividades, 11%, em comparação com os 5% do 1º Ano, 4% do 2º Ano e 6% do 3º Ano.

No que se refere aos alunos do 2º ciclo, os resultados apurados estão apresentados na Tabela 15.

Tabela 15. Actividades desenvolvidas durante uma semana – por ano de escolaridade – 2º ciclo (% de horas despendidas por actividade)

	5º ANO	6º ANO
1 -Dormir	34%	35%
2 -Aulas	19%	3%
3 -Alimentação	10%	10%
4 -Deslocações	4%	7%
5 -Higiene pessoal	5%	5%
6 -Brincar/actividades de convívio	4%	8%
7 -Actividades de Tempos livres extra-escola	1%	1%
8 -Âmbito familiar	1%	3%
9 -Estudo/TPC's	5%	5%
10 -Equipamento electrónico	17%	23%

Relativamente a este ciclo de ensino, apenas há a registar duas situações atípicas dentro da homogeneidade de resultados, nomeadamente no que se refere ao “brincar / actividades de convívio”, e à utilização de “equipamento electrónico”. Quanto à primeira, verifica-se que são os alunos do 6º Ano os que registam valores mais

elevados, 8%, enquanto os do 5º ano referem utilizar apenas 4% do seu tempo. No que se refere à segunda - utilização de equipamento electrónico – os alunos do 6º ano referem utilizar 23% do seu tempo semanal, enquanto os do 5º ano utilizam, unicamente, 5%.

Os valores apurados para o 3º ciclo são os que se apresentam na Tabela 16. Quanto aos vários Anos de escolaridade que compõem o 3º Ciclo, também observamos alguns pontos que poderão ter significado para este estudo.

Tabela 16. Actividades desenvolvidas durante uma semana – por ano de escolaridade – 3º ciclo (% de horas despendidas por actividade)

	7º ANO	8º ANO	9º ANO
1 -Dormir	33%	32%	29%
2 -Aulas	21%	22%	20%
3 -Alimentação	9%	9%	10%
4 -Deslocações	4%	5%	5%
5 -Higiene pessoal	5%	4%	5%
6 -Brincar/actividades de convívio	5%	2%	4%
7 -Actividades de Tempos livres extra-escola	0%	1%	1%
8 -Âmbito familiar	1%	2%	6%
9 -Estudo/TPC's	3%	4%	11%
10 -Equipamento electrónico	19%	19%	9%

Constatámos que é nos alunos do 9º Ano que se regista uma percentagem mais elevada de horas ocupadas em actividades de “âmbito familiar”, 6%, em comparação com as percentagens obtidas nos 7º e 8º Ano, que são de 1% e 2%, respectivamente. O mesmo fenómeno ocorre com a percentagem de horas dedicadas às actividades “estudo / TPC's”. Os alunos do 9º Ano utilizam 11% das suas horas semanais nestas actividades, enquanto que os dos 7º e 8º anos dizem utilizar, respectivamente, 3% e 4%.

Outro resultado surpreendente prende-se com a utilização de material electrónico: os alunos do 7º e do 8º Ano dedicam muito mais tempo a estas actividades - 19% de horas

semanais, do que os alunos do 9º ano que dizem utilizar só 9% de horas semanais. Este resultado vem confirmar os resultados já explicados anteriormente a respeito do número de horas que os alunos despendem com a categoria “aulas”. São os alunos do 9º Ano que utilizam um maior número de horas dedicados ao estudo, realização de TPC’s, Trabalhos de grupo e aulas de Explicação. Esta situação deve-se a uma maior responsabilidade e preocupação que estes alunos têm em relação à escola e ao seu sucesso escolar.

4. Análise global

Quatro componentes de análise organizaram o processo de apresentação e de discussão dos resultados: o primeiro foca na dimensão escolar, a componente “Gestão de Tempo na Microestrutura”; o segundo permite aferir, ainda na dimensão escolar, a componente “Gestão de tempo Individual”; o terceiro incide na dimensão extra-escolar, componente “Gestão de tempo Individual”; e o quarto abre caminho para uma verificação da influência dos factores organizacionais (forças organizacionais) nos tempos individuais dos alunos, dentro dos tempos da Micro e Macroestrutura.

A primeira reflexão a retirar da componente “Gestão de tempo na Microestrutura”, que corresponde, no modelo de Tempo escolar de Knight (1991), à ocupação e distribuição dos horários escolares, é que os alunos estão sujeitos a matrizes horárias de tempos lectivos bastante extensas, quer por dia, quer por semana. Os resultados apurados com a aplicação do inquérito por questionário comprovaram que entre 41,2% a 49,8% dos alunos, para além das horas lectivas, ainda frequentam aulas de apoio na escola,

actividades de tempos livres na escola e, ainda, actividades relacionadas com o desporto escolar (2º e 3º Ciclos) ou Actividades Físico-desportivas (1º Ciclo).

Nos resultados obtidos através da aplicação da grelha de observação, verificou-se que na Categoria de análise “aulas”, os alunos despendem 19% das suas horas semanais, ou seja, trata-se da actividade que ocupa o segundo lugar na percentagem de utilização de horas. Nos resultados obtidos através das entrevistas os alunos referiram, por diversas vezes, o excesso de tempos de aulas aos quais estão sujeitos. Esta constatação suscitou-nos a seguinte reflexão: será que com a recente legislação sobre a “Escola a Tempo Inteiro” no 1º Ciclo, tal como a legislação sobre a ocupação plena dos tempos livres dos alunos no 2º e 3º Ciclos, o Estado não estará, como referem Cosme e Trindade (2007), a hiper-escolarizar os alunos? Os resultados do presente estudo parecem apontar para a confirmação desta hipótese. Os alunos do Ensino Básico têm o seu tempo demasiado ocupado com as aulas, com as actividades extra-curriculares, com os TPC’s e, ainda, com o estudo. Com as recentes alterações legislativas já mencionadas, prolongaram-se não só os horários dos alunos, como também se acrescentaram mais horas dedicadas ao currículo formal, em detrimento do currículo não formal. Autores como Cosme e Trindade (2007) e Cunha (2008), consideram que as AEC deveriam, em princípio, ser entendidas no âmbito do currículo não formal, devendo proporcionar experiências mais significativas aos alunos. Contudo, os resultados que apurámos mostram que não é o que está a acontecer presentemente devido às vulnerabilidades do próprio sistema de ensino. Actividades que viessem ao encontro dos interesses dos alunos seriam as mais adequadas para a ocupação plena dos seus tempos livres, e a situação ideal para completar as horas que passassem na escola, em vez da sobrecarga de conteúdos a que os alunos estão sujeitos actualmente.

A segunda reflexão que poderemos retirar deste estudo refere-se à componente “Gestão de tempo Individual”. Os resultados obtidos através do Inquérito por Questionário mostram que o tempo individual dos alunos - expresso nos tempos livres que ainda vão tendo na escola, apesar das aulas de substituição, das actividades de complemento curricular e das actividades de enriquecimento curricular -, são utilizados, na sua maioria, para brincar/actividades e conviver, e a actividade menos escolhida são as actividades de leitura e estudo/realização dos TPC’s. Todavia verifica-se uma dualidade entre as representações que os alunos têm face à gestão de tempo na escola e às representações face ao estudo e TPC’s com as atitudes tomadas por estes na prática. Apesar de 88,2% dos alunos considerarem os TPC’s importantes para melhorarem os seus resultados escolares e para compreenderem melhor a matéria, persistem na opinião que os TPC’s lhes retiram tempo individual e, por isso, não gostam de os realizar. No que concerne às atitudes face ao estudo e realização de TPC’s, verificou-se que existe uma heterogeneidade entre os alunos, embora se constate uma supremacia da resposta “Faço sempre os TPC’s” - 54,8%, ainda que, por vezes, ao final do dia, e já bastante cansados, o que é confirmado pelos dados recolhidos através das entrevistas. Quanto à frequência de actividades de tempos livres nas escola e AEC, os alunos admitem gostar mas não se inscrevem porque não têm tempo. No entanto, 88,9% dos alunos admite fazer uma boa gestão do seu tempo individual quando estão na escola, 66,3% ocupa esses tempos livres a brincar/conversar com os amigos.

Quanto à componente “Gestão de tempo Individual”, o estudo permite verificar que os alunos inquiridos passam 22% do seu tempo, em actividades relacionadas com a utilização de equipamento electrónico, âmbito familiar, actividades de tempos livres fora da escola e brincar/actividades de convívio, sendo que a percentagem desta última

foi apenas de 7%. Os restantes 78% do seu tempo é ocupado a dormir, com aulas, estudo, realização de TPC's, deslocações e higiene pessoal.

Os alunos consideram que fazem uma boa gestão do seu tempo, que acabam por ter tempo para tudo, apesar de 66,4 % frequentar actividades de ocupação dos tempos livres fora da escola, e muitas dessas actividades serem realizadas durante a semana (em conjugação com os horários da escola) e ao sábado. Todavia, demonstraram sentir alguma falta de tempo em relação a estar/conversar com os amigos e com a família.

A nossa última reflexão confirma o modelo teórico em que nos apoiámos na realização da presente investigação. Tal como Knight preconiza, confirmámos a existência de forças organizacionais que influenciam os tempos individuais dos alunos, quer dentro da Microestrutura quer ao nível da Macroestrutura. Os factores organizacionais impõem novas formas de organização do tempo escolar que, por sua vez, fazem emergir novas formas de gestão do tempo dos alunos, quer na escola, quer extra-escola. As recentes alterações a nível das políticas educativas são exemplo disso. “Ir ao encontro das necessidades das famílias” parece ser o princípio orientador de toda a nova estrutura curricular e materializada pelo aumento do capital horário da escola.

Consideramos que estes resultados permitem também inferir que os alunos têm a percepção da importância do tempo na sua vida quotidiana. Os alunos são enquadrados no mundo temporal, o que confirma a ideia preconizada por Ramalho *et tal*, (1998). A forma como fazem a gestão do seu tempo está relacionada com a cultura pois os alunos reproduzem os modelos culturais que os rodeiam, ou seja, agem seguindo os códigos culturais da sua comunidade. Esta ideia confirma a teoria de Ricœur que se refere aos códigos culturais como modelos organizadores de experiências.

Numa outra perspectiva, observamos que os alunos são condicionados a seguir o sistema complexo do tempo escolar, na medida em que são condicionados através das regras impostas pelo sistema, a organizar a sua vida diária seguindo os padrões de tempo convencionados pela escola e como tal, a gestão do seu tempo individual tem sempre como base em primeiro lugar os horários escolares e só depois é que os alunos fazem a gestão do tempo que lhes resta diário. Tal evidência é confirmada pela teoria de Hall (1996) que considera que a forma como cada indivíduo interpreta o tempo depende da posição que este ocupa numa organização.

Consideramos também que os alunos seguem as orientações dos tempos escolares instituídos pela escola, apesar de alguns referirem nas entrevistas que existe “escola a mais” adquirindo assim hábitos de organização temporal, tal como nos alertava Escolano (1993) quando considerava o Tempo como uma ordem que se experimentava e se aprendia na escola. O processo de aquisição e assimilação dos horários escolares impõe determinados ritmos e hábitos de organização, ainda que os alunos não tenham consciência disso, e faz com que os alunos vão interiorizando as regras escolares, tal como preconizava Durkheim (1992). O Tempo como regulador social foi possível verificar através da aplicação dos vários instrumentos.

CONCLUSÕES

Chegados ao final deste trabalho, e revisitando o percurso realizado, ao pensarmos em extrair conclusões surgem algumas constatações relacionadas com os objectivos gerais da investigação.

Tal como o poeta, que no soneto introdutório desta dissertação enuncia os inúmeros efeitos do “Tempo”, somos unânimes em concordar com as teorias e perspectivas apresentadas na primeira parte do trabalho, onde é bem visível a complexidade deste conceito.

Muitas seriam as possíveis abordagens e caminhos a seguir. No caso da investigação que nos propusemos realizar, e tal como referimos inicialmente, a profissão docente que exercemos encorajou-nos a centrarmo-nos no conceito de tempo escolar que, como hipótese inicial de pesquisa, consideramos que tem muitas e diversificadas implicações na vida dos alunos, na vida das suas famílias e no funcionamento da instituição escolar.

O percurso de investigação efectuado permitiu recolher, através dos instrumentos utilizados, factos e representações relacionados com a gestão do tempo dos alunos, tanto no que se refere à dimensão microestrutural, como com a ocupação dos seus tempos individuais.

Consideramos que os objectivos propostos para esta investigação foram atingidos. Centremo-nos nos objectivos específicos. Como primeiro, pretendíamos avaliar a forma como os alunos do Ensino Básico ocupam o seu tempo (Tempo da Microestrutura e Tempo Individual).

Observámos que os alunos ocupam o seu Tempo da Microestrutura com um elevado número de horas diárias em aulas, actividades extra-curriculares, actividades de complemento curricular e aulas de apoio. Um aluno do Ensino Básico passa uma média de 9 horas diárias no espaço escolar. Verificámos, também, que para além do tempo que os alunos passam na escola, algum do seu Tempo Individual é dedicado a tarefas para a escola – e que se incluem na Gestão de Tempo da Microestrutura – nomeadamente na realização de TPC's, Trabalhos de Grupo, Estudo e Aulas de apoio (Explicação), ou frequência de outras escolas que não a oficial (como, por exemplo, escolas particulares).

Quanto ao Tempo Individual dos alunos extra-escola, que é muito reduzido, é ocupado essencialmente em actividades promovidas por entidades particulares relacionadas com actividades desportivas ou, menos frequentemente, em actividades recreativas. Os resultados apurados com a aplicação dos questionários mostram que 67,4% dos alunos frequenta Actividades de Tempos livres extra-escola; verificámos, ainda, que são os alunos do 3º Ciclo quem mais tempo dedica a Actividades de Tempos livres extra-escola, inclusive aos fins-de-semana. Através do projecto “Escola a Tempo Inteiro” os alunos do 1º Ciclo ocupam o seu tempo em actividades promovidas pela escola e pela autarquia. Os restantes alunos não são abrangidos por estas duas situações. Ficam com os avós, no local de emprego dos pais ou, então, ficam sozinhos até à altura em que os pais terminam a jornada diária.

Os alunos também ocupam bastante do seu Tempo Individual com a utilização de equipamento electrónico: televisão, computador e jogos electrónicos, existindo uma grande utilização das redes sociais de conversação pela Internet.

As actividades que incluem “brincar” ou “estar/conversar com os amigos” tiveram pouca expressão a nível de resultados estatísticos. Quanto ao tempo dedicado à

componente familiar é praticamente inexistente e resume-se apenas aos tempos em que o núcleo familiar se encontra reunido, ou seja, quando os pais ou familiares voltam para casa após um dia de trabalho.

Como segundo objectivo pretendíamos identificar os tempos individuais extra-aula de dedicação ao estudo e realização de TPC's (que se inclui na Gestão de Tempo Individual pertencente à Microestrutura). Constatámos, através dos resultados apurados nos questionários, que 44% dos alunos respondeu “às vezes” ao Item “Quando começa a estudar demoras sempre mais que uma hora”, o que permite concluir que existe um verdadeiro investimento no estudo. Verificámos, também, que 56,6% dos alunos dedica mais tempo de estudo às disciplinas em que tem mais dificuldades, o que vem reforçar a ideia de que há uma intencionalidade e um direccionamento na gestão do tempo. Quanto a realização de TPC's – um dos tópicos a que, deliberadamente demos grande importância na componente de fundamentação teórica do presente estudo por se constituir como um tema polémico e que suscita opiniões muito divergentes – verificámos que os alunos não só os realizam, como também reconhecem vantagens para o seu processo de aprendizagem com este tipo de actividade.

O nosso terceiro objectivo consistia em aferir as percepções dos alunos do Ensino Básico sobre a gestão do tempo (Tempo da Microestrutura e Tempo Individual).

Constatámos que os sujeitos do estudo, apesar de revelarem algum desagrado pelo número elevado de aulas e de tarefas escolares, consideram que fazem uma boa gestão dos seus tempos de aula e tempos de escola. Nas respostas dadas aos inquéritos por questionários 73,1% dos alunos afirmou que tenta sempre respeitar os tempos que o professor dá para a execução das tarefas. No entanto, nas entrevistas, os alunos

afirmaram que, pelo facto de terem muitas aulas, não conseguem gerir bem o seu tempo individual. Afirmam que necessitam de tempo para estar/conversar com os amigos.

A ocupação do tempo na escola é vista, segundo vários autores oportunamente citados, como um factor social. É na escola que os alunos convivem e estabelecem as suas relações afectivas. Neste estudo, os alunos afirmaram que necessitam de tempo no seu dia a dia para estar/conversar com os amigos e com os pais.

Constatámos, ainda, que a panóplia de actividades em que os alunos estão absorvidos, dentro e fora da escola, lhes deixa pouco tempo para a componente familiar (e o vice-versa também acontece, ou seja, os pais têm pouco tempo para os seus filhos). Verificámos que existe um esforço, por parte das políticas educativas, para ajudar (ou substituir?) as famílias na ocupação dos tempos dos alunos. Esta constatação é comprovada pelo número de horas de actividades escolares que são atribuídas aos alunos. Pareceu-nos evidente que os alunos do 1º Ciclo se mostram satisfeitos com a oferta de actividades proporcionada pela política da “Escola a Tempo Inteiro”, o que não sucede com os alunos dos 2º e 3º Ciclos. Estes revelam cansaço pelo elevado número de aulas e de tarefas que têm para realizar durante a semana. Os alunos, como seres humanos que são, têm os seus próprios ritmos e organizam as suas actividades segundo um ciclo de vinte e quatro horas. Se ocupam grande parte do seu tempo em actividades relacionadas com a escola, acrescido a uma utilização excessiva do seu tempo em actividades desportivas que ocorrem durante a semana e se prolongam pelo fim-de-semana, dispõem de poucas horas de sono. Esta situação provoca irritabilidade, cansaço, falta de atenção, impaciência e até agressividade, o que é denunciado nos resultados que obtivemos.

Verificámos, também, que as percepções que os alunos têm sobre a gestão dos seus tempos individuais se situam dentro da variedade de modos de actuar de cada aluno: o Tempo escolar concebido como cultura (Hall, 1996; Ricceur, 1978). Todavia, constatamos que as suas percepções e modos de actuar não têm grande liberdade de actuação no contexto rígido e pouco flexível dos horários escolares. Antes pelo contrário, são os alunos que adaptam os seus tempos individuais aos tempos instituídos pelo modelo organizacional da escola.

O último objectivo que enunciámos consistia em verificar a influência dos factores organizacionais (Forças Organizacionais) nos tempos individuais dos alunos, dentro do Tempo da Microestrutura (que comporta os horários das aulas e das actividades) que, por sua vez, não pode estar dissociado do Tempo da Macroestrutura (jornada, semana e ano escolar).

A análise do quadro legal acerca dos tempos escolares mostra que o nosso sistema de ensino se rege por normativas europeias que seguem uma tendência de inclusão de todos os alunos, procuram evitar as fugas à escolaridade e, ainda, pretendem ocupar os alunos de modo a propiciar, a todos, as condições necessárias à sua educação/escolarização. Tal como preconizava Compère (1997), o Estado, como regulador do tempo escolar, normalizou os tempos de modo a unificar o sistema de controlo da educação. No que a este aspecto respeita, o estudo que realizámos mostra que os alunos, para além de seguirem os normativos impostos pela escola a nível dos tempos escolares, os interiorizam na sua vida diária. Tanto através das entrevistas, como dos inquéritos por questionários, como das grelhas de observação, constatou-se que os alunos fazem a gestão do seu tempo partindo, em primeiro lugar, da estrutura do “tempo escolar”. E esta constatação é válida tanto para os alunos, como para as suas famílias. O

facto dos alunos poderem ficar mais tempo na escola garante aos pais um local seguro onde os seus filhos podem aprender, brincar e estar ocupados, o que predetermina uma supremacia da gestão do tempo escolar na organização da vida familiar.

Verificámos que as medidas de política educativa recentemente implementadas influenciam toda a Microestrutura. As escolas e as autarquias tiveram que disponibilizar recursos humanos, recursos materiais e actividades, de modo a implementar o projecto da “Escola a Tempo Inteiro”; as escolas tiveram que se reorganizar para a concretização deste projecto e foram estipulados novos horários de aulas, novos períodos de permanência nas escolas, novos horários de encerramento das escolas, etc. Mas também a Microestrutura influencia o “tempo individual” dos alunos, na medida em que estes têm que gerir os seus tempos individuais de forma a aproveitar, com mais eficácia, o tempo dedicado à escola e o seu tempo livre. Não podemos, no entanto, esquecer que foi precisamente o Tempo individual dos alunos o que deu origem a estas alterações no sistema, ou seja, a necessidade sentida pelas famílias de ocuparem os tempos individuais dos seus educandos. Fica, assim, demonstrado o estabelecimento de relações dinâmicas entre as várias componentes do Sistema de Tempo Escolar.

Podemos concluir que exigências sociais estão na origem das modificações de todo o sistema de Tempo Escolar. Assistimos, hoje em dia, a uma evolução dos conceitos de Tempo e de Tempo Escolar. Já não vigora o conceito de Tempo Escolar como regulador social, defendido por autores como Durkeim (1992), Escolano (1993) e Veiga-Neto (2002), mas sim a ideia do próprio Tempo Social que regula o Tempo Escolar. Por incrível, e até insólito que nos pareça, parece estarmos a voltar às Teorias da Mitologia Clássica, explicadas por Ferreira e Arco-Verde (2001), o Tempo de Kairós (Tempo Social) a pretender e a conseguir regular e controlar o Tempo de Chrónos (Tempo

Cronológico). Todavia, não podemos esquecer que os alunos convivem, nos dias de hoje, com um Tempo que passa depressa demais, o Tempo dos *bits* exactos, tal como defendia Assmann (1998), um tempo onde a rapidez da informação é enorme, onde os alunos têm acesso a uma grande diversidade de tecnologias e formas de ocupação do tempo.

Será que também nós, professores, educadores, pais e também os sistemas de ensino, não teremos que empreender uma reflexão sobre esta matéria? Será benéfico permitir que os alunos tenham o seu tempo demasiado ocupado e que lhes reste pouco tempo para as suas próprias actividades livres? O estudo que desenvolvemos permite concluir que “não”. No entanto, não temos a pretensão de considerar errados projectos como o da “Escola a Tempo Inteiro”, apenas consideramos que deveriam ser “repensados” de forma a dotar as escolas de actividades diversas em que os alunos tivessem realmente a possibilidade de escolha, aproveitando o currículo não formal, em vez de persistir com um acréscimo de conteúdos, tal como está a acontecer.

Consideramos, no entanto, que o tema do “tempo” não se esgota na realização deste estudo. Pelo contrário, são inúmeras as perspectivas passíveis de abordar, e mesmo o estudo que realizámos poderá suscitar controvérsia ou abrir novos caminhos de discussão e de investigação.

Quanto a uma Agenda de investigações futuras, seria interessante realizar estudos que dessem seguimento a este e o complementassem, nomeadamente verificar, através de análise estatística, diferenças e correlações entre respostas dadas pela variável “género”, de modo a verificar eventuais alterações nas percepções/representações que as raparigas têm sobre a gestão do seu tempo em comparação com as dos rapazes. Outra linha de investigação a considerar é a percepção que os professores possuem quanto à forma

como os alunos gerem o tempo e, também, quanto à sua própria gestão do tempo. Por último, outro tópico que seria interessante pesquisar seria o factor “espaço” nas rotinas escolares.

No que se refere às limitações deste estudo, estamos conscientes que se trata de um trabalho que não permite generalização, não só devido à singularidade do tema como ao próprio campo de estudo. As dificuldades que tivemos consistiram, essencialmente, no facto de se tratar de um objecto de estudo pouco explorado a nível da investigação, o que tornou difícil a nossa pesquisa teórica. No entanto, o nosso interesse por esta problemática fez com que o trabalho prosseguisse apesar das dificuldades encontradas.

Quanto à mais valia desta investigação, consideramos ter contribuído para o aprofundamento do conhecimento científico sobre esta matéria, não só pelo enquadramento teórico realizado, como pela possibilidade de aplicabilidade do estudo no próprio Agrupamento de Escolas onde foi efectuado, ou em qualquer outro contexto educativo.

Porque consideramos fundamental que os trabalhos de investigação tenham também uma função pedagógica e de desenvolvimento profissional e/ou organizacional, elaborámos, um “Plano de Acção” a implementar no nosso local de trabalho. Este projecto, que já foi apresentado e aceite pela direcção do agrupamento, é composto por duas vertentes principais. Num primeiro momento serão realizadas sessões de divulgação e de esclarecimento aos Encarregados de Educação e aos alunos sobre as conclusões do estudo que efectuámos e, num segundo momento (fase), será proporcionada formação sobre a gestão “racional” e “útil” do tempo, o que, em nossa opinião, contribuirá para a promoção das competências parentais dos pais, para o

sucesso escolar dos alunos, e também para a aproximação dos Encarregados de Educação à instituição educativa.

Consideramos que, com este trabalho, conseguimos construir mais conhecimento sobre o tema em questão, no entanto temos a convicção de que o mesmo pode originar novas interrogações e outras perspectivas de estudo, pois tal como diz o antropólogo Edward Hall ...

“O erro mais grave em relação ao tempo é considerá-lo como uma realidade simples.” (1983)

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, L., FREIRE, T. (2007). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. (4ª Ed.). Braga: Psiquilíbrios Edições.
- ALMONDRES, K. M. (2006). O Tempo na Psicologia: Contribuição da Visão Cronobiológica à compreensão Biopsicossocial da Saúde. *Psicologia Ciência e Profissão*, 26(3), (pp.352-359). Acedido em 12 de Julho (2009) em <http://scielo.bvpspsi.org.br/pdf/pcp/v26n3/v26n3ao2.pdf>Artigo:
- AMARO L, SERRA. L., NUNES J.(2000). *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Edições Verbo.
- ANDRADE, M., LOUSADA, F. (2002). Ritmos biológicos em ambientes escolares. In Donald Golomek (Org.), *Cronobiologia humana: ritmos Y relojes biológicos en la salud y en la enfermedad*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Ediciones.
- ARAÚJO, M. J. (2009). *Crianças ocupadas – Como algumas opções erradas estão a prejudicar os nossos filhos*. Porto: Editora PrimeBooks.
- ASSMANN, H. (1998). *Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente*. (2ª Ed.). Petópolis: Vozes.
- BARRÈRE, A. (s/d). O Trabalho dos alunos”. Lisboa: Rés Editora.
- BARRETO, A. (1995). Centralização e Descentralização no Sistema Educativo Português. *Análise Social*. Vol.XXX (130) (1º).
- BARROSO, J. (1997). *Autonomia e gestão das escolas*. Lisboa: Ministério da Educação.

- BENITO, A.E. (2008). La invencion del tiempo escolar. In Fernandes e Mignot (Org.). *O Tempo na Escola*. Porto: Profedições.
- BERTRAND Y., GUILLEMET P. (1994). *Organizações: uma abordagem sistémica*. Lisboa: Instituto Piaget.
- CARREIRA, H. M. (1996). A Educação. In Barreto (Org). *A situação Social em Portugal, 1960-1995*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- CERVO, A. L, BERVIAN, P. A.(1996). *Metodologia Científica*. São Paulo: MakronBooks.
- COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA (2008). *Relatório Final de Acompanhamento 2006/2007, ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR, Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3ºs e 4º Anos e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico*. Ministério da Educação, Coordenação do Programa.
- COMPÈRE, M. (1997). Histoire du temps scolaire en Europe. In Compère, M. Madeleine (Org.), *Histoire du temps scolaire en Europe*, (pp.5-160): Paris : INPR / Économica.
- CORREIA, A. C. (1997). Les représentations du temps dans l'organisation de l'école primaire publique au Portugal (1772-1940). In Marie Madeleine Compère (Org.) *Histoire du Temps scolaire en Europe*. Paris: Económica/INRP.
- CORREIA, A. C. (2008). Entre o campanário da igreja e a sineta da escola – notas sobre a organização das temporalidades no Ensino Primário em Portugal (Séc.XIX-XX). In Fernandes e Mignot (Org). *O Tempo na Escola*. Porto: Profedições.

- COSME, A., TRINDADE, R. (2007). *Escola a Tempo Inteiro – Escola para que te quero?* Maia: Profedições.
- CUNHA, E. (2008). *A Escola a Tempo Inteiro num contexto de mudança*. Dissertação de Mestrado em Supervisão e Coordenação da Educação. Universidade Portucalense Infante D. Henrique.
- DURKHEIM, E. (1992). *L'éducation morale*. Paris: PUF, Quadrige.
- ELIAS, N. (1998). *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ESCOLANO, A. (1993). Tiempo y educación. La formation del cronosistema: horario en la escuela elemental (1825-1931). *Revista de Educación*, Vol. 301 (27-163).
- FELGUEIRAS, M. L. (2008). A organização do tempo da criança em internato. In Fernandes e Mignot (Org.). *O Tempo na Escola*. Porto: Profedições.
- FERREIRA, V. M. R., ARCO-VERDE, Y. F. S. (2001). Chrónos & Kairós: o tempo nos tempos da escola. *Educar*, nº 17 (63-78). Curitiba: Editora UFPR.
- FERNANDES, R. (2008). A borboleta e o tempo escolar. In Fernandes e Mignot (Org.). *O Tempo na Escola*. Porto: Profedições.
- FRAGO, A. V. (1998). *Tempos escolares, tiempos sociales - La distribución del tiempo y del trabajo en la enseñanza primaria en España (1938-1936)*. Barcelona: Ariel.
- GRILO, E. M. (1995). Uma reflexão sobre alguns temas educativos em Portugal. In Bártolo Paiva Campos (Org) *A Investigação Educacional em Portugal*. Edição do Instituto de Inovação Educacional. Colecção Ciências da Educação. (1ª Ed.)
- HALL, E. T. (1996). *A Dança Da Vida – A Outra Dimensão Do Tempo*. Santa Maria da Feira: Relógio D'Água Editores.

- HARVEY, D. (1992) *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.
- HOPPENBROUWERS, T., UGATECHEA, J. C., COMBS, D., HODGMAN, J. E., HARPER, R. M., STEARMAN, M. B. (1978). Studies of maternal-fetal interaction during the last trimester of pregnancy: Ontogenesis of basic-rest activity cycle. *Experimental Neurology*, 61(136-153).
- HUSTI, A. (1992). Del tiempo escolar a la planificación móvil del tiempo. *Revista de Educación*, 298 (271-305).
- JOHNSON, R., ONWUEGBUZIE, B. (2004). Mixed Methods Research: A Research Paradigm Whose Time Has Come. *Educational Researcher*, Vol.33, No.7, (14-26).
- KETELE, J. M., ROGIERS, X. (1993). *Metodologia da Recolha de Dados – Fundamentos dos Métodos de Observações, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos*. Lisboa: Instituto Piaget.
- KNIGHT, B. (1991). *Managing school time*. London: Longman.
- LESSARD-HÉBERT, M. (1996). *Pesquisa em Educação*. Lisboa: Horizontes Pedagógicos. Instituto Piaget.
- LIMA, L. (1998). *A Escola como Organização e a Participação na Organização Escolar*. Instituto de Educação e Psicologia – Centro de Estudos em Educação e Psicologia. 2ª Edição. Universidade do Minho.
- MARQUES, M. D., GOLOMBECK, D. E., MORENO, C. (1999). Adaptação Temporal. In Marques e Barreto (Org.). *Cronobiologia: Princípios e Aplicações*. S. P. Fiocruz e Edusp.
- MARX, K. (1983). *O capital*. São Paulo. Abril Cultural.

- MENNA-BARRETO, L., MARQUES, N. (2000). *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*. Datação da crise de Incorporação do Tempo na Biologia. Vol.2. S.P.Fiocruz e Edusp.
- MENNA-BARRETO, L., WEY, D. (2007). Ontogênese do sistema de temporização: a construção e as reformas dos ritmos biológicos ao longo da vida humana. *Psicol.USP*, Vol.18, n.2, Jun (133-153).
- MORENO, C., FISHER, F., ROTEMBERG, L. (2002). Tolerância al trabajo en turnos: una cuestión multidimensional. In Donald Golombeck (Org). *Cronobiologia humana: Ritmos y relojes biológicos en la salud y en la enfermedad*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Ediciones.
- MOORE, M. C., SULZMAN, F. M, FULLER, C. A. (1982). *The clock that time us*. Cambridge: Harvard University Press.
- MOURA, A. F. (2005). *Estudo do Tempo Escolar na Escola Primária: Tempo de Escola e Tempo de Vida*. Tese de Doutoramento. Universidade do Minho. Instituto de Estudos da Criança.
- NÓVOA, A. (1992). *As Organizações Escolares em Análise*. Lisboa: Dom Quixote.
- NICOLESCU, B.(1997). *A evolução Transdisciplinar. Condição para o Desenvolvimento Sustentável*. Acedido em 26/06/09 em <http://pers.club-internet.fr/nicl/ciret>.
- PACHECO, J. A. (2001). *Currículo: Teoria e Práxis*. Colecção Ciências da Educação. Porto: Porto Editora.
- PERRENOUD, P. (1994). *O Ofício do aluno e o sentido do trabalho escolar*. Porto: Porto Editora.

- PINTASSILGO, J., COSTA, R. (2008). A construção histórica do tempo escolar em Portugal (Do final do século XIX às primeiras Décadas do Século XX). Acedido em 12 de Outubro de 2009 em http://cie.fc.ul.pt/membrosCIE/jpintassilgo/textos_08/tempo_escolar.doc.
- PINTO, M. (1999). *As pessoas que moram nos alunos*. Colecção Perspectivas Actuais. Porto: Edições Asa.
- PINTO, M. S. (2001). *O tempo e a aprendizagem – subsídios para uma nova organização do tempo escolar*. Porto: Edições Asa.
- PORTO EDITORA (2009). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- PRIGOGINE, I. (1988). *O nascimento do Tempo*. Lisboa: Edições 70.
- QUIVY. R., CAMPENHOUDT L.V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Publicações Gradiva.
- RAMALHO, F., FERRARO, N., SOARES, P. (1998). *Os fundamentos da Física Mecânica*. (6ª Ed.). São Paulo: Editora Moderna.
- RICCEUR, P. (1978). *Le Temps et les philosophies, Introduction*. Paris: Unesco/Payot.
- ROSNAY, J. (1997). *O Macroscópio para uma Visão Global*. Lisboa: Arcádia.
- SADEH, A. (2001). *Sleeping like a baby: A sensitive and sensible approach to solving your child's sleep problems*. New Haven, CT: Yale University Press.
- SARAIVA, J. (1991). *Camões. Sonetos*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- SOBRAL, L. (1993). *Gestão Flexível do Tempo Escolar*. Lisboa: Departamento de Programação e Gestão Financeira do Ministério da Educação.
- VEIGA-NETO, A. (2002). De geometrias, currículo e diferenças. *Educação e sociedade*. Vol. XXIII, nº 79, Agost. (163-186).

VILHENA, T. (1999). *Avaliar o extra-curricular – A referencialização como nova prática de avaliação*. Porto: Edições Asa.

LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei nº 144/2008, Diário da República, 1ª Série – Nº144 - 28 de Julho de 2008

Decreto-Lei nº 6/2001, Diário da República – I Série – A, Nº 15 – 18 de Janeiro de 2001.

Decreto-Lei nº 75/2008, Diário da República, 1ª Série – Nº79 – 22 de Abril de 2008.

Despacho nº 12591/2006, Diário da República – II SÉRIE, Nº 115 – 16 de Junho de 2006.

Despacho nº 17931/2008, Diário da República, 2ª série – Nº 127 – 3 de Julho de 2008.

Despacho nº 19117/2008, Diário da República, 2ª série – Nº 137 – 17 de Julho de 2008.

Lei nº 49/2005, Segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior. Diário da República – I Série - A, Nº 166 – 30 de Agosto de 2005.

ANEXOS

ANEXO 1- Instrumento para aferir a validade externa da estrutura geral do Questionário.

ANEXO 2- Instrumento para aferir a validade externa dos diferentes Itens do Questionário.

ANEXO 3- Versão Final do Questionário 1 – destinado aos alunos do 1º Ciclo.

ANEXO 4- Versão Final do Questionário 2 – destinado aos alunos do 2º e 3º Ciclos.

ANEXO 5- Grelha de Registo de Ocupação dos Tempos Individuais dos alunos.

ANEXO 6- Calendarização para o Preenchimento das Grelhas de Registo de Ocupação dos Tempos Individuais dos Alunos/Entrevistas

ANEXO 7- Formulário para a autorização dos Encarregados de Educação dos alunos para a realização do estudo a realizar.

ANEXO 8- Lista de actividades registadas nas Grelhas de Registo de Ocupação dos Tempos Individuais dos Alunos.

ANEXO 9 – Guião para a realização das Entrevistas.

ANEXO 10 – Transcrições das Entrevistas/ conversas-balanço efectuadas.

